



DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E SOCIOLOGIA

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLINICA E DE ACONSELHAMENTO

**Estilos Parentais, Delinquência e Resiliência em Jovens
Institucionalizados e não Institucionalizados**

Dissertação para a obtenção do grau Mestre em Psicologia Clínica e de Aconselhamento

Autor: Isabel Maria Duarte Moreira – nº 20151276

Orientadora: Professora Doutora Mónica Rute Taveira Pires

Julho de 2017

Lisboa

Agradecimentos

Agradeço,

A todos os docentes, não docentes e colegas da Universidade Autónoma de Lisboa, pelo carinho, apoio e por me fazerem sentir bem-vinda.

À minha orientadora, Professora Doutora Mónica Pires por toda a paciência, conforto, ajuda e partilha de conhecimentos.

Aos professores José Magalhães, Rute Brites e Paula Pires, pelos bons momentos ao final da tarde.

Aos meus pais, por todo o amor incondicional e por me ensinarem o que é uma família!

Ao meu companheiro e ao meu filho, pelo apoio, compreensão das “ausências” destes dois anos e por darem a este trabalho um simbolismo ainda mais excepcional!

A toda a minha família, por me ensinarem o conceito de resiliência!

Ao Rúdi e á Sónia, por me “salvarem” quando mais precisei e por todas as palavras de encorajamento!

A ti Carine, por todo o teu apoio e amizade!

A todas as minhas amigas, amigos e colegas, por me ajudarem e por me “suportarem” durante estes dois anos e por nunca me deixarem ir abaixo!

A vocês, Rafaela e Mimi, que foram a grande fonte de inspiração para este trabalho, pois não há letras nem números sobre resiliência que me ensinem o que vocês me ensinaram!

Às directoras técnicas das casas de acolhimento, ao conselho executivo da escola e aos técnicos do gabinete de apoio ao aluno, sem a vossa ajuda e apoio, este trabalho não tinha sido possível.

Aos alunos, por me terem permitido aplicar os questionários de forma tão colaborante e aos encarregados de educação que permitiram que os vossos educandos fizessem parte deste estudo.

Aos meninos e meninas das casas de acolhimento, não só por preencherem os questionários, mas por tudo o que me ensinam diariamente, pela inspiração, pela vossa força, coragem e resiliência. Obrigado!

Epígrafe

*“Os filhos são como águias,
Ensinarás a voar mas não voarão o teu voo.
Ensinarás a sonhar, mas não sonharão os teus sonhos.
Ensinarás a viver, mas não viverão a tua vida.
Mas em cada voo, em cada sonho e em cada vida,
permanecerá para sempre a marca dos ensinamentos recebidos”.*
Madre Teresa de Calcutá

Resumo

A construção familiar altera-se com o nascimento do primeiro filho, que dá início à parentalidade. Neste constructo dinâmico de educação dos filhos enfatiza-se as suas estratégias, comportamentos e atitudes dos pais que dão predominância a um estilo parental que pode ser autoritário, autoritativo ou permissivo. O presente estudo teve como principal objectivo analisar possíveis relações entre Estilos Parentais, Resiliência e Delinquência, em adolescentes institucionalizados e não institucionalizados, numa amostra total de 175 participantes, com idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos. Foram aplicados os instrumentos: Escala de Delinquência auto-relatada (ASRDS), Measuring State Resiliense (MSR), Questionário de Autoridade Parental (PAQ), bem como um Questionário Sociodemográfico. Os resultados indicam que os adolescentes não institucionalizados percebem o estilo parental autoritativo como predominante e os adolescentes institucionalizados percebem o estilo parental autoritário. Os adolescentes institucionalizados cometem mais crimes, tendo um comportamento mais delinvente do que os adolescentes não institucionalizados. A média da resiliência é ligeiramente superior nos jovens não institucionalizados e encontrou-se correlação significativa entre o estilo parental autoritativo e a resiliência. Mais se acrescenta que, quanto menor é a escolaridade dos adolescentes institucionalizados, mais percebem os pais como permissivos e menores são os níveis de resiliência. Os dados obtidos não confirmam a resiliência como factor moderador entre os estilos parentais e a delinquência.

Palavras-chave: Estilos Parentais, Delinquência, Resiliência, Adolescência, Institucionalização

Abstact

The family construction changes with the birth of the first child, which initiates the parenting. In this dynamic construct of children's education, their parental strategies, behaviors and attitudes are emphasized, giving a predominance of a parental style that can be authoritarian, authoritative or permissive. The main objective of this study was to analyze possible relations between Parenting Styles, Resilience resources and Delinquency in institutionalized and non - institutionalized adolescents. We intend to study the relationship between these variables and the resilience of institutionalized adolescents in shelters and in a public school, in a total sample of 175 participants (90 male and 85 females) between the ages of 13 and 17 years. The following instruments were applied: Adapted Self-reported Delinquency Scale (ASRDS), Measuring State Resilience (MSR), Parental Authority Questionnaire (PAQ), as well as a Sociodemographic Questionnaire. The results indicate that non-institutionalized adolescents perceive authoritarian parental style as predominant and institutionalized adolescents perceive authoritarian parental style. Institutionalized adolescents commit more crimes, having a more delinquent behavior than non-institutionalized adolescents. The mean of resilience is slightly higher in non-institutionalized youth and a significant correlation was found between authoritative parental style and resilience. Moreover, the lower the schooling of institutionalized adolescents, the more they perceive parents as permissive and the lower are levels of resilience. The data obtained do not confirm resilience as a moderating factor between parenting styles and delinquency.

Keywords: Parenting Styles, Delinquency, Resilience, Adolescence, Institutionalization

Índice

INTRODUÇÃO.....	8
PARTE I ENQUADRAMENTO TEÓRICO	10
1.1. Família, Parentalidade e Estilos Parentais	11
1.1.1. Família e Parentalidade	11
1.1.2 Estilos Parentais.....	17
1.2. Parentalidade na Adolescência	21
1.3. Delinquência Juvenil e Institucionalização	26
1.3.1. Delinquência juvenil.....	26
1.3.2 Institucionalização	31
1.4. Resiliência	36
1.4.1. Resiliência como factor protector.....	38
PARTE II METODOLOGIA	43
2.1. Problema e Perspectiva de Investigação.....	44
2.2. Delineamento do estudo	46
2.2.1. Questões de investigação.....	47
2.2.2. Variáveis de investigação	48
2.3. Participantes	49
2.4. Instrumentos	51
2.4.1 Questionário sociodemográfico	52
2.4.2. Escala de Delinquência Auto-Reportada Adaptada (ASRDS).....	52
2.4.3. <i>Measuring State Resiliense (MSR)</i>	54
2.4.4. Questionário de Autoridade Parental (PAQ).....	54
2.5. Procedimentos	56
2.5.1. Procedimentos de recolha de dados.....	56
2.5.2. Procedimentos estatísticos.....	57
PARTE III RESULTADOS	58
3.1. Características sociodemográficas dos jovens institucionalizados e não institucionalizados	59
3.2. Questionário de autoridade parental (PAQ) em jovens institucionalizados e não institucionalizados	62
3.3. Escala de delinquência auto-reportada adaptada (ASRDS) em jovens não institucionalizados e institucionalizados	63

3.4. Escala de resiliência – Measuring State Resilience (MSR) em jovens institucionalizados e não institucionalizados.....	64
3.5. Correlações entre estilos parentais, delinquência e resiliência em jovens institucionalizados e não institucionalizados.....	65
3.6. Correlações entre estilos parentais delinquência e resiliência e variáveis sociodemográficas em jovens institucionalizados e não institucionalizados	66
PARTE IV DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	69
4.1. Descritiva sociodemográfica dos jovens não institucionalizados e institucionalizados	71
4.2. Estilos parentais percebidos por jovens institucionalizados e não institucionalizados	72
4.3. Delinquência auto-reportada por jovens institucionalizados e não institucionalizados	73
4.4. Níveis de resiliência em jovens institucionalizados e não institucionalizados....	74
4.5. Correlação entre estilos parentais, delinquência e resiliência em jovens institucionalizados e não institucionalizados.....	75
4.6. Correlação entre estilos parentais, delinquência e resiliência e variáveis sociodemográficas em jovens institucionalizados e não institucionalizados	75
4.7. A resiliência como factor moderador entre os estilos parentais e a delinquência	76
Conclusão	78
Referencias Bibliográficas.....	81
ANEXOS	102

Lista de Tabelas

Tabela 1 Estudos sobre estilos parentais	25
Tabela 2 Estudos sobre delinquência juvenil	30
Tabela 3 Estudos sobre institucionalizações	35
Tabela 4 Estudos sobre resiliência	41
Tabela 5 Delineamento das variáveis.	49
Tabela 6 Caracterização dos participantes (n=175).....	250
Tabela 7 Caracterização familiar dos participantes (n=175).....	301
Tabela 8 Alpha de Cronbach – ASRDS, MSR e PAQ	35
Tabela 9 Caracterização dos participantes não institucionalizado/ institucionalizados .	60
Tabela 10 Caracterização da família por tipologia de jovem	61
Tabela 11 Testes t e medidas descritivas do PAQ por tipologia de jovem	62
Tabela 12 Testes t e medidas descritivas do ASRDS por tipologia de jovem.....	64
Tabela 13 Testes t e medidas descritivas do MSR por tipologia de jovem	65
Tabela 14 Correlações PAQ, ASRDS e MSR por tipologia de jovem.....	66
Tabela 15 Correlações Variáveis Sociodemográficas, PAQ, ASRDS e MSR	67
Tabela 16 Questões de investigação e respectivas respostas	77

Lista de Figuras

Figura 1 Teoria da aceitação/rejeição	17
Figura 2 Modelo dos estilos parentais	19
Figura 3 Operacionalização das variáveis	47
Figura 4 Delineamento do estudo	47

INTRODUÇÃO

As relações têm um valor imprescindível, inigualável e indubitável, como demonstra o efeito do abandono e do isolamento das “Crianças Selvagens”, como Victor d’ Aveyron capturado nos bosques de Caune em 1799, e entregue ao Dr Itard que o submeteu a um intenso programa de reeducação nunca tendo alcançado o desenvolvimento próprio da sua idade nem do ponto de vista cognitivo, nem do ponto de vista afectivo.

Por isso, uma das mais antigas e importantes questões da Psicologia prende-se com o papel desempenhado pelo ambiente no desenvolvimento do individuo. Tal como refere Sameroff (1993 citado por Canavarro, 1999), o ambiente relacional revela-se neste contexto, imbuído de interesse especial, sendo considerado pelos actuais modelos desenvolvimentais, conjuntamente com o sistema biológico, como o seu mais importante sistema regulador.

Berger (1997) determina três eixos, essenciais no papel da família, em torno dos quais a criança irá construir a sua personalidade: a representação de si próprio; o controlo das emoções – directamente ligado ao controlo da agressividade, cuja forma de violência evolui consoante a resposta educativa da família; e a edificação da auto-estima.

Nesta área de estudos da família e da parentalidade salienta-se os Estilos Parentais que a par de vários estudos tem demonstrado que o Estilo Parental exerce um impacto importante em diversas áreas do desenvolvimento psicossocial, ajustamento social e da psicopatologia (Maccoby & Martin, 1983; Macintyre & Dusek, 1995; Slicker, 1998; Steinberg, Elmen & Mouts, 1989 citado por Costa, Teixeira & Gomes, 2000).

A investigação indica que o Estilo parental Autoritativo é o que mais predita comportamentos adequados (Pires, 2010). Segundo Hutz (2005) os estudos empíricos demonstram que os filhos que percebem os seus pais como autoritativos tendem a apresentar menores índices de comportamento agressivo e disruptivo, em contrapartida os jovens que percebem os seus pais como negligentes (pouco responsivos e pouco exigentes) são aqueles que apresentam os piores resultados estabelecendo assim, em muitos casos, uma trajectória de exclusão social e marginalização.

Neste sentido, experiências infantis de disciplina inconsistente, fraca supervisão, antipatia dos progenitores e experiências escolares pouco gratificantes apresentam-se como principais variáveis preditoras da psicopatia adulta (Marshall & Cooke, 1996) e segundo alguns estudos, estão associadas ao estilo autoritário e permissivo (Pires, 2010).

Assim, a delinquência, na perspectiva do desenvolvimento aponta que a génese da socialização terá um lugar importante na tentativa de compreensão dos actos delinquentes, salientando que o processo de socialização age ao longo de toda a vida, mas é particularmente importante durante a infância e sobretudo durante a adolescência (Born, 2005).

No seu estudo sobre estilos parentais, Baumrind (1978), encontrou um pequeno subgrupo de pais que não conseguiu categorizar, pais que não usavam disciplina ou controlo e mesmo assim as crianças eram adequadas e prosperam.

Assim, surge a questão: como se explica que crianças negligenciadas pelos progenitores sejam competentes? O que as leva a superar?

Segundo Born (2005), a visão dos factores de risco deve ser encarada à luz da dinâmica familiar que a rodeia e também tendo em conta factores protectores que podem ter uma relação compensatória. Actualmente, as pesquisas sobre resiliência revelam-se prometedoras, mas necessitam de ser mais pormenorizadas no campo da resiliência (Born & Helin, 2000 citado por Born, 2005).

Assim, considera-se pertinente comparar a percepção que os adolescentes têm sobre os estilos parentais dos pais, tendo em conta o factor resiliência e se o mesmo funciona como um factor moderador entre os estilos parentais e os comportamentos delinquentes em jovens institucionalizados e não institucionalizados. Consideramos uma mais valia poder contribuir para a compreensão destes factores de modo a aumentar a capacidade de interveniência na prevenção e intervenção dos técnicos que trabalham com os adolescentes, nomeadamente na área da psicologia clínica.

Iniciamos a primeira parte com o enquadramento teórico, seguida pela segunda parte que visa apresentar a metodologia, a apresentação dos resultados na terceira parte e a discussão dos mesmos na quarta e última parte.

PARTE I
ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Família, Parentalidade e Estilos Parentais

1.1.1. Família e Parentalidade

A compreensão do conceito de família, do seu estatuto e do seu funcionamento, foi mudando ao longo dos séculos, continuando, ainda hoje, a sofrer constantes alterações.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) a família é um grupo de pessoas de casa que têm certo grau de parentesco por sangue, adoção ou casamento, limitado em geral pelo chefe de família, esposa e filhos solteiros que convivem com eles e é o primeiro agente social e no bem-estar (OMS, 1991).

Em 1994, a OMS adita que o conceito família não pode ser limitado a laços de sangue, casamento, parceria sexual ou adoção e especifica que qualquer grupo cujas ligações sejam assentadas na confiança, suporte e com um destino comum, deve ser considerado como uma família.

Quando se fala do conceito Família é imprescindível falar do seu carácter social e cultural em diferentes momentos históricos e diferentes culturas do mundo (Oliveira, et al., 2002).

No século XVIII e XIX, devido às transformações políticas e sociais, passa-se de um constructo político para um plano de liberdade e direitos iguais perante a lei. Neste século o poder é ainda do patriarca e chefe de família sobre a mulher e filhos (Casey, 1989) e a mulher é restrita ao seu papel de doméstica e mãe, condição de subordinada e dependente (Beck, 1992).

Até ao anos 60 o pai tinha a obrigação de alimentar os filhos, e estes dependiam da sua vontade até à maioridade, por sua vez, os filhos eram herdeiros dos pais e deviam assistência aos pais idosos (Durkheim, 1975).

Nos mesmos anos 60 nos países anglo-saxónicos, após reivindicações feministas, as mulheres conquistaram a sua ingressão no mundo do trabalho, sobe o número de divórcios e desce a natalidade, alterando assim o paradigma do contexto familiar (Michel, 1983).

A ingressão da mulher no mercado de emprego e consequente autonomia veio alterar o conceito de família aumentando o numero de divórcios, passando a união conjugal para o plano sentimental. A mulher deixa assim de estar submissa às ordens do marido devido à sua liberdade financeira, a título de curiosidade na Europa, passa a haver 1 divórcio para 2 casamentos (Torres, 1996).

No século XX afirma-se a independência e liberdade da vontade dos filhos, nomeadamente na conjugalidade, ou seja, passa-se da família patriarcal ou paternal para a família conjugal que se assenta no respeito pelos sentimentos em detrimento da lógica da prestação de serviços. Contudo é de salientar a importância da cultura, uma vez que hoje ainda existem famílias patriarcais, nomeadamente nos países orientais e africanos.

Na concepção de Durkheim (1975) sobre a família acrescenta a importância do Estado em que afirma que os laços de parentesco são dissolúveis porque o Estado assume responsabilidades de se certificar que há normas (direitos e deveres) tanto no casamento como na filiação, ou seja, passa a haver protecção para os mais frágeis, passa a haver limitação à intervenção dos pais quando eles excedem certos limites.

Só nos finais do século XX o papel do Estado torna-se mais evidente tendo em conta a sua actuação, por exemplo: no trabalho infantil, na regulação do poder parental no caso de divórcio e limitação ou interdição no caso de maus tratos às crianças, tudo isto com vista à igualdade de direitos entre homens, mulheres e crianças.

Ao longo do século XX, Portugal antecipou-se em relação à Europa em relação à lei do divórcio antes da primeira república e aprovou o pacote de leis referentes à família logo após o novo regime (Torres, 1996, 2001).

Contudo, apesar da cultura, a tipologia familiar segundo a sua estrutura e dinâmica, tem sofrido alterações ao longo do tempo. Caniço (2014), num estudo de carácter quantitativo com 1050 elementos agrupados em 420 famílias propõe a seguinte tipologia familiar, entre outras, segundo a sua estrutura e dinâmica: Família Unitária (uma pessoa sozinha); Família Grávida (uma mulher está grávida); Família Nuclear (Pai, Mãe e Filho (s)); Família Monoparental (Pai ou Mãe e Filhos); Família Reconstruída (nova união conjugal); Família com Dependente (Pai, Mãe e Dependente (por doença física ou mental)); Família com Fantasma (ocorre o desaparecimento de um dos elementos (ex: rapto); Família Acordeão (um dos membros ausenta-se por períodos prolongados ou frequentes (ex: emigrantes ou militares em missão); Família Alargada, onde coabitam ascendentes, descendentes ou colaterais por consanguinidade (avós, tios, netos, etc.) e Família Homossexual (união conjugal entre duas pessoas do mesmo sexo).

Quanto aos subsistemas familiares Minuchin (1982) sugere os seguintes subsistemas básicos: – Subsistema *individual* constituído pelo indivíduo, que tem o seu papel na família e noutros sistemas que promove o desenvolvimento pessoal (Relvas, 2003), o subsistema *conjugal*, espaço privado de suporte afectivo e emocional do casal, o subsistema *parental*, tradutor de afecto, autoridade, capacidade de controlo e flexibilidade e o subsistema *fraternal*, sinónimo de afecto, competição e rivalidade que frequentemente originam conflitos familiares.

A família é um sistema social, aberto e auto-organizado que pertence a outros sistemas, do todo ao individual enfatizando o papel das relações estabelecidas (Relvas, 2003).

Ausloos (1996) sublinha a importância de entender o sistema familiar, numa perspectiva diacrónica ou temporal, para que possa ser reconhecido o seu carácter evolutivo. No entanto, esta análise apesar de ser um factor de excelência no entendimento do sistema familiar, importa considerar as afirmações proferidas por Gameiro (1992), segundo o autor, a família contempla uma série de relações e emoções movidos por sentimentos e comportamentos impossíveis de serem medidos como se de um só indivíduo se tratasse e a simples descrição dos membros não transmite a sua complexidade.

Tal constatação enquadra-se numa perspectiva sistémica que é, igualmente corroborada por Alarcão (2002) em que a vida familiar é mais do que a soma de vidas, é preciso observar a interacção e o seu desenvolvimento numa perspectiva total.

A singularidade da convivência entre os seus membros e a especificidade das relações que vão sendo tecidas entre eles, não permite reduzir a família a um conceito estanque (Elsen, Althoff & Manfrini, 2001). Neste sentido, torna-se importante analisar o comportamento individual no contexto em que o mesmo ocorre (Alarcão, 2002). Ou seja, é importante estudar a família como um todo passível de alterações e toda a dinâmica envolvida, todavia o todo pode ser alterado pelo comportamento de um membro e assim ser importante analisar esse comportamento.

É na verdade, a especificidade das interacções que se estabelecem no seio da família, que irá determinar, aquilo que Elsen et al. (2001) designou de cultura familiar. Segundo o autor, este conceito reflecte um conjunto de padrões que se vão definindo a partir das relações internas e externas à família e que se reflecte na forma como a família funciona interna (direccionado para os próprios membros com a intenção do seu desenvolvimento, saúde e bem-estar) e externamente com a sociedade e outros sistemas.

A família permite a elaboração e aprendizagem de dimensões interpessoais (Alarcão, 2002). É a primeira instituição social que vai assegurar protecção, carinho, amor e responder de forma adequada às necessidades fundamentais da criança, como alimentação, afecto, protecção e socialização (Bayle, 2006). É ainda, o espaço por excelência de vivência de relações afectivas profundas, sendo que, na sua elaboração, fomentem o sentimento de pertença, num movimento identificatório gradual àquela e não a outra família, ao mesmo tempo que contribuem para a estruturação da personalidade do individuo (Alarcão, 2002).

Guralnick (1998), inserindo-se numa óptica similar, destaca que os resultados que a criança alcança, em termos de desenvolvimento, são grandemente dependentes dos padrões de interacção familiares dos quais a qualidade das interacções pais-criança, o tipo de experiências e vivências que a família proporciona à criança, bem como os aspectos relacionados com os cuidados básicos em termos de segurança e saúde, surgem como particularmente determinantes.

Bayle (2006) clarifica que, para que uma criança se desenvolva de uma forma positiva, é necessário que a família assegure o exercício de várias funções, que inclui, designadamente, a prestação de cuidados físicos, suporte emocional e competências sociais.

Alarcão (2002) postula que entender a dinâmica familiar implica ter uma visão global da sua estrutura (dimensão espacial) e do seu desenvolvimento (dimensão temporal), pelo que, a família deverá ser entendida como um sistema, construído por um conjunto de elementos que estabelece relações entre si e com o exterior ao longo do processo de desenvolvimento.

Na estrutura familiar, a dimensão temporal designa-se pelo ciclo vital da família. Segundo Relvas (1996) este ciclo vital é composto por cinco etapas: a primeira inicia-se com a formação do casal por casamento ou união de facto, a segunda etapa surge com nascimento do primeiro filho que reorganiza juntando ao subsistema conjugal, o parental, a terceira etapa aparece com a entrada do filho na escola (novo sistema), a quarta etapa será a mais difícil e longa, pois é o período dos filhos adolescentes pautado pelos conflitos geracionais e a quinta etapa ocorre com os filhos adultos a sair de casa o que vai provocar novas mudanças na família, com novas relações e novos papéis.

Relvas (1996) alerta que estas etapas não são estanques uma vez que a família pode ter filhos na escola e outros já serem adultos.

Carter e McGoldrick (1989) alertam para os stresses familiares que podem ocorrer nos pontos de transição do ciclo de vida.

Quando no subsistema conjugal se acresce o parental é necessário uma reorganização intra-familiar, enter-familiar e inter-sistémica (Alarcão, 2002).

O nascimento do primeiro filho vem cheio de mitos de felicidade, de realização de expectativas familiares e individuais (Relvas, 1996), todavia pode haver um decréscimo na satisfação conjugal e iniciar fracturas que podem levar ao divórcio (Gottman & Silver, 2002).

Assim, nesta fase, o casal, idealmente tende a conciliar conjugalidade com a parentalidade. Gottman e Silver (2002) referem que 67% dos casais (na maioria mulheres) relatam uma queda significativa na satisfação conjugal com o nascimento do primeiro filho.

O nascimento do primeiro filho implica grandes mudanças e adaptações aos novos papéis, nomeadamente responsabilidades e rotinas, entre outros. Estas alterações não só vão buscar o que é mais inato em nós como também nos levam a viajar no tempo até ao nosso próprio nascimento. Como Sousa (2006) refere, a nova família começa a construir um modelo de parentalidade resultante do da família de origem, contudo os contextos e as vivências da própria família vão desenvolver o seu próprio modelo.

Para além de nos fazer viajar no tempo, o sentido de responsabilidade aumenta profundamente e as rotinas de outrora fazem parte do passado. Por isso nas classificações do ciclo de vida consideram o nascimento do primeiro filho como o acontecimento chave (Relvas, 1996).

Num estudo longitudinal desenvolvido por Rothman (2004), com 114 casais, conclui que a satisfação com a relação conjugal declinou após o nascimento do primeiro filho.

No entanto os resultados são controversos, pois num estudo longitudinal com casais com filhos e casais sem filhos com o mesmo tempo de casamento, verificou-se que os casais não diferem entre eles (Lindahl, Clements & Markman, 1997) o que levantou a questão mais ao nível desenvolvimental do próprio casal.

Cecconello, De Antoni e Koller (2003) enfatizam que é no núcleo familiar que a criança irá desenvolver o critério de permanência e de estabilidade. Segundo as autoras, o critério de permanência, está relacionado com a percepção de que elementos centrais de experiência de vida são estáveis e se mantêm organizados, através de rotinas e rituais

familiares. O critério de estabilidade é fornecido através do sentimento de segurança dos pais aos filhos, de que não haverá rupturas, mesmo diante situações de *stress*.

Em caso de ruptura, Rutter, Giller e Hagell (1998) salientam que as causas para algumas perturbações na adolescência são da responsabilidade dos conflitos que antecedem ou precedem à separação e não do divórcio ou a mudança da estrutura familiar propriamente dita.

A sociedade espera que a família possa preparar os seus filhos para a convivência social (Boekel & Sarriera, 2005). É no microssistema familiar que a criança exercita papéis e experimenta situações, sentimentos e actividades (Cecconello et al., 2003).

O conceito de microssistema foi utilizado por Bronfenbrenner (1996) para designar a família com a qual a criança interage directamente. Idealmente, este deveria ser a maior fonte de segurança, protecção, afecto, bem-estar e apoio para a criança.

Este microssistema poder-se-á representar pelo acto de parentalidade, segundo o Dicionário de Língua Portuguesa - Infopédia da Porto Editora, parentalidade é o conjunto de funções e actividades desenvolvidas por um progenitor ou cuidador, com vista ao saudável e pleno desenvolvimento da criança a seu cargo.

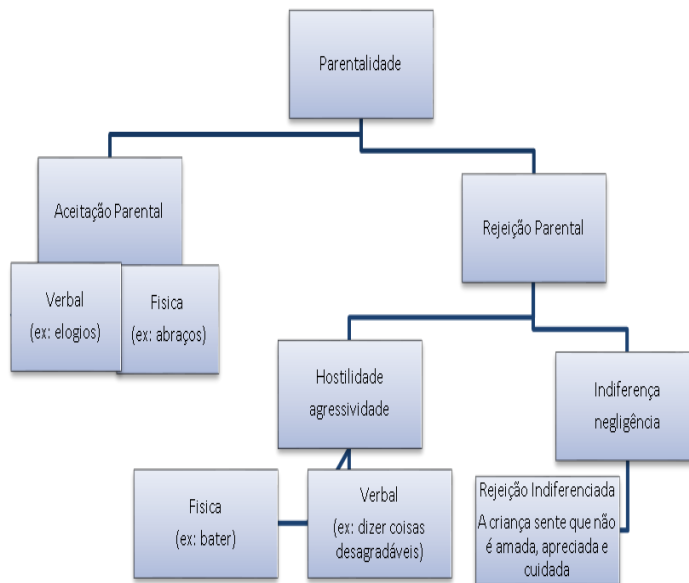
Hoghughi (2004), conceptualiza a Parentalidade pelo cuidado a nível físico, emocional e social mas também a nível do controlo, nomeadamente na definição de limites e no desenvolvimento para potencializar áreas funcionais, nomeadamente desportivas, artísticas, musicais, etc.

Assim, altos níveis significam factores de protecção e baixos níveis significam factores de risco. Ou seja, baixos cuidados físicos (alimentação, higiene, prevenção de doenças, etc.), emocionais (instabilidade emocional) e sociais (isolamento de pares, de adultos e privação de tomadas de decisão). O não controlo de limites e sem potenciar as áreas funcionais estariam a desvalorizar as competências e a promoção de valores. Este cenário culminará na instabilidade da criança.

No âmbito da Parentalidade é importante referir a Teoria da aceitação/rejeição (PARTtheory) preconizada por Rohner, Khaleque e Cournoyer (2009).

Esta teoria parte do princípio que quando as crianças se sentem rejeitadas manifestam hostilidade e agressividade assim como problemas de auto-estima e adequação. Assim o amor parental sob atitudes como elogios e abraços é fulcral para o desenvolvimento emocional e social da criança.

Figura 1. Teoria da aceitação/rejeição



Nota: Figura baseada na teoria da aceitação/rejeição de Rohner, Khaleque e Cournoyer (2009)

É no sistema familiar que a criança exercita, experimenta e desenvolve todas as áreas, o dever da família passa por também ela desenvolver a sua própria Parentalidade com vista ao saudável desenvolvimento da criança. No entanto a família pode ser, tanto um factor protector, como um factor de risco. Se a criança se desenvolver num ambiente de hostilidade e negligência pode comprometer o seu desenvolvimento, tanto a nível físico como cognitivo, emocional e social.

1.1.2 Estilos Parentais

O estudo sistemático dos Estilos Parentais remonta à pesquisa pioneira de Baldwin (1949 citado por Oliveira et al., 2002) que apelidou, a tentativa amistosa de envolver activamente a criança no processo decisório da família, conforme o nível de desenvolvimento da criança, como estilo parental democrático-recíproco e a atitude, invariavelmente, negativa e hostil ou insensível aos interesses e vontades da criança, como estilo parental autoritário.

Posteriormente, Baumrind (1965, citado por Boeckel & Sarriera, 2005) sustentada na crença naturalista, segundo a qual a criança possui disposição natural à socialização,

pelo que se deveria deixá-la aprender por si só, assim como permitir que esta expressasse a sua capacidade para a auto-atualização, acrescentou mais um estilo parental: o permissivo. Este estilo parental compreende a falta tanto de controlo como de expectativas de uma conduta madura da criança (Oliveira et al., 2002), em que os pais se vêem como um recurso para a criança utilizar quando desejar, mas como um agente activo e responsável por ensinar e alterar os comportamentos futuros dos filhos (Boeckel & Sarriera, 2005). Assim surge o modelo tripartido de Baumrind, em que substitui o estilo democrático de Baldwin pelo estilo autoritativo e acrescentou o estilo permissivo.

Segundo o modelo multidimensional de Baumrind, os estilos parentais resultam da combinação de duas dimensões: o afecto/sensibilidade e o controlo/exigência, diferindo assim na prevalência de uma ou outra dimensão, logo, a prevalência do estilo parental autoritário seriam os pais exigentes e pouco sensíveis às necessidades dos filhos, que exigem a obediência e excluem o diálogo, favorecem o controlo recorrendo à punição como forma de disciplinar os comportamentos indesejados dos filhos; o estilo parental permissivo seriam os pais com elevada sensibilidade e pouco controle quanto aos comportamentos dos filhos, legando aos filhos a modulação do seu próprio comportamento e o estilo parental Autoritativo que seriam os pais que definem regras claras, controlam os comportamentos dos filhos, exigem respeitando as suas necessidades, favorecendo o dialogo e comunicação (Baumrind, 1966, 1978,1979a, 1979b, 1996).

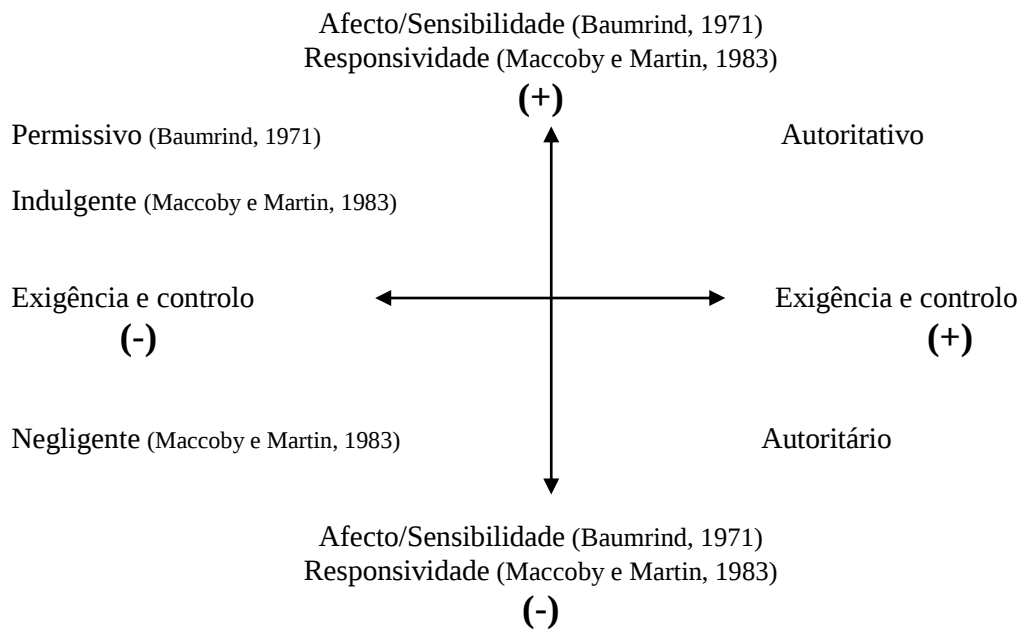
Em 1983, Maccoby e Martin reformulam o modelo dos estilos parentais de Baumrind (1978) e propõem duas dimensões ortogonais: a exigência (requer supervisão e disciplina) e a responsividade (requer apoio e aquiescência), cuja combinação resulta em quatro estilos parentais: Autoritativo, autoritário, indulgente e negligente.

Em suma, o modelo quatrimpartido dos estilos parentais emergentes de Maccoby e Martin (1983) são: o autoritativo, que designa pais com elevada responsividade e exigência; o negligente, marcado por baixos índices de responsividade e exigência; o indulgente, que caracteriza pais muito responsivos mas pouco exigentes e por último; o autoritário, em que a exigência está em evidência em detrimento da responsividade (Cecconello et al., 2003).

Neste modelo, o que difere do modelo de Baumrind é a separação do estilo permissivo em dois: o indulgente (baixo controlo e alta responsividade, sem regras e

limites mas com afecto) e o negligente (baixos níveis de controlo e responsabilidade e não são afectivos nem exigentes).

Figura 2. Modelo dos estilos parentais



Para testar o modelo de Maccoby e Martin (1983), analisou-se 4100 adolescentes dos 14 aos 18 anos divididos pelos quatro estilos parentais e nas suas duas dimensões. Os resultados indicam que adolescentes com maiores níveis de competência social e menos disfunção comportamental e psicológica percebem os pais como autoritativos, adolescentes com menores níveis de competência social e mais disfunção comportamental percebem os pais como sendo negligentes, no estilo parental indulgente enaltece-se a auto-confiança que conduz os adolescentes ao abuso de substâncias, menos envolvimento escolar e problemas comportamentais, nomeadamente a delinquência (Lamborn, Mounts, Steinberg & Dornbusch, 1991).

No mundo, os estudos sobre Estilos Parentais revelam que os afro-americanos são os que apresentam maior dominância do Estilo Parental Autoritário, seguido pelos americanos, hispânicos e asiáticos, que apresentam valores superiores aos caucasianos (Dornbusch et al., 1987 citado por Paz, 2014).

Nas culturas anglo-saxónicas, o estilo parental autoritativo é associado a resultados positivos como por exemplo o bom desempenho escolar e a auto-estima mais elevada, noutras, como as asiáticas e em amostras afro-americanas é o autoritário que se

associa como elemento protector no desenvolvimento dos filhos (Pires, Jesus e Hipólito, 2011).

Vários estudos nesta área (Maccoby & Martin, 1983; Mcinttyre & Dusek, 1995; Slicker, 1998; Steinberg, Elmen & Mounts, 1989 citado por Costa, Teixeira & Gomes, 2000) têm demonstrado que, o estilo parental tem significativa influência em diversas áreas do desenvolvimento psicossocial da criança em fases ulteriores, designadamente, ao nível do ajustamento social e da psicopatologia.

Num estudo para correlacionar o estilo parental e o consumo de tabaco, efectuado em 27 capitais brasileiras, englobando 17.246 estudantes do ensino médio, observou-se uma associação, sendo que o estilo parental autoritativo foi associado à protecção do uso de tabaco entre os adolescentes e o estilo negligente é o que maior percentagem tem (58%) com o uso de tabaco (Tondowski et al., 2015).

Numa revisão sistemática sobre os estilos parentais e o consumo de drogas nos adolescentes (entre os 10 e os 21 anos), foram analisados 30 artigos de diferentes países, em que foi possível constatar uma significativa associação entre o consumo abusivo de álcool e outras drogas na adolescência e praticas parentais; os resultados indicam que os adolescentes que recebem maior monitorização parental são os que apresentam menores taxas de envolvimento com drogas (Springer, Sharma, Guardado, Nava & Kelder, 2006; Borawski, Levers-Landis, Lovegreen & Trapl, 2003; Diclemente et al., 2001 citado por Paiva & Ronzani, 2009).

Estudos longitudinais, como o de Cambridge (Farrington, 2003), de Dunedin (Moffitt, Caspi, Harrington & Milne, 2002) e de Pittsburg (Stouthamer-Loeber, Loeber, Homish & Wei, 2001) fundamentam o impacto de variáveis ligadas à família nos comportamentos desviantes delinquentes.

Igualmente, Gottfredson e Hirschi (1990), confirmam que em todos os estudos longitudinais e transversais, os estilos parentais sobressaem como característica relacionada à delinquência. Segundo os autores a supervisão e o controlo parental são o factor chave na prevenção dos comportamentos delinquentes.

Patterson, Debaryshe & Ramsey (2002, citado por Febrônio, 2012) defendem mesmo que as práticas educativas parentais destrutoras são um instrumento de produção de comportamentos anti-sociais e desviantes.

A sua pertinência e importância, tendo em conta o impacto da cultura, levou autores a replicar a investigação na população portuguesa, nomeadamente, Pires (2010)

e Pires, Jesus e Hipólito (2011), onde se verifica que em Portugal predomina o Estilo Parental Autoritativo.

Em Portugal, um estudo sobre funcionamento familiar e delinquência juvenil com uma amostra de 181 adolescentes, com idades compreendidas entre os 12 e os 19 anos em escolas de Lisboa constatou-se na análise de dados que o rácio do funcionamento familiar está significativamente associado com o comportamento delinquente juvenil (Gomes & Pereira, 2014).

Um estudo realizado na zona do Algarve a 628 participantes de meio escolar e a 63 com processo Tutelar Educativo demonstra que a estrutura familiar, a presença de acontecimentos negativos na infância, o numero de retenções académicas e a percepção do afecto e do controlo/supervisão parental parecem estar significativamente associados, quer à manifestação de perturbações psicológicas, quer aos recursos de resiliência nos adolescentes. A autora refere ainda que a falta de proximidade emocional na relação com os pais, de supervisão e disciplina parental é preditivo de percurso desviante e que o controlo parental e o envolvimento com a família é produtor de níveis de resiliência (Lemos, 2007).

No entanto, como se monitoriza e controla um adolescente que luta pela sua autonomia e independência?

1.2. Parentalidade na Adolescência

O conceito adolescência deriva da palavra em Latim “*adolescere*” que significa “*crescer*”.

Quando se fala de adolescência é importante salientar as inúmeras alterações que se dão nesta fase do desenvolvimento, sobretudo a nível biológico, psicológico e social.

Laufer (1984) indica que são tarefas do desenvolvimento da adolescência: a modificação em relação aos pais (abandono da dependência em relação aos pais pela busca de autonomia); modificação em relação aos pares (crescimento pessoal); a construção da identidade e superação dos problemas associados ao corpo (pressupõe a superação dos problemas em relação ao corpo, o aceitar as transformações que ocorrem) e o início da sexualidade.

Em termos físicos, as principais modificações ocorrem no início da adolescência, designada por puberdade que surge por volta dos 11/13 anos, em que despontam uma série de alterações hormonais, fisiológicas e morfológicas.

As alterações hormonais são as responsáveis por uma série de transformações físicas e emocionais. Em termos físicos surgem diferenças entre os géneros: os rapazes apresentam o aparecimento de pilosidade, alteração da voz, musculatura e a primeira ejaculação; nas raparigas surge o aumento mamário, alterações do órgão reprodutor, alargamento das ancas e a primeira menstruação (Goossens, 2006).

A adolescência ocupa um lugar central do desenvolvimento, sendo a construção da identidade, neste período, o eixo em torno do qual se articulam as etapas do crescimento.

Na construção da identidade na adolescência destaca-se a teoria psicossocial de Erikson (1968), que se baseia na interacção entre o biológico, o psicológico e o social. O autor adverte que, para que a identidade se desenvolva, o adolescente tem de ultrapassar tarefas como o desenvolvimento de valores e normas, académico e profissional e o desenvolvimento sexual. Nos seus oito estágios do desenvolvimento identifica a adolescência por volta dos 12 aos 18/20 anos como o 5º estágio “*identidade versus confusão*”, que corresponde à capacidade do adolescente construir a sua própria identidade na exploração de papéis, através da experimentação. São estas experiências que Erikson denominou de *moratória psicossocial* que permite ao adolescente experimentar, explorar e avaliar as situações e os papéis para a construção da sua identidade antes da entrada na vida adulta (Erikson, 1968).

Se tudo correr bem, no final da adolescência conquista-se uma identidade realizada ou adquirida. Se, pelo contrário, houver dificuldades no desenvolvimento da identidade pode dar origem a uma identidade disseminada com uma noção incoerente e incompleta do eu; em que existe um bloqueio na fase da moratória por questões sociais, familiares e sociais. (Erikson, 1968).

Sampaio (1991) considera que a adolescência é uma etapa do desenvolvimento que ocorre desde a puberdade, altura que surgem alterações biológicas e psicológicas, até à vida adulta em que se estabelece um sistema de valores e crenças adquirindo uma identidade própria.

A adolescência é um período de mudança psicológica, no qual o adolescente altera os seus desejos, os seus objectivos e modelos, ou seja, sente necessidade de romper com a sua meninice, procurando passar de um estado de dependência para um

de independência e autonomia. Desta forma, a adolescência acaba por ser, também uma fase de mudanças familiares e sociais (Braconnier & Marcelli, 2000).

Numa perspectiva mais geral, Smetana et al. (2006) afirmam que os pais de adolescentes caucasianos referem maior conflitualidade com os filhos em comparação com os hispânicos, negros ou asiáticos.

Ainda de referir a influência religiosa no contexto familiar, as pesquisas afirmam que quanto maior a influência religiosa/espiritualidade menor o número de conflitos e maior coesão familiar (Brody, Stoneman & Flor, 1996; Gunnoe, Hetherington & Reiss, 1999).

Assim, a crise entendida como conflito aberto entre pais e filhos – o conhecido conflito de gerações – é questionada por diversos estudos. Chabrol (1984, citado por Sampaio, 1991) considera não ser obrigatória a presença de conflitos marcados pais-filhos, recordando o inquérito de Mise (1980), em que 61% dos adolescentes se consideravam satisfeitos com a sua família. Um estudo realizado em Portugal revela dados semelhantes em que, há uma tendência para avaliar positivamente a família: 89% definem-na como um grupo que se ajuda mutuamente e 67% definem a família como as suas raízes (Sampaio, 1991).

Em 1988, Fleming (citado por Cavaco, 2010) estudou as percepções dos adolescentes portugueses sobre as atitudes parentais e a sua relação com a autonomia parental, em sujeitos de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 12 e os 19 anos. Os resultados evidenciam que, de uma forma geral, os adolescentes sentem-se amados pelos seus pais.

Neste sentido, Braconnier e Marcelli (2000) afirmam que o adolescente consegue realizar a tarefa da autonomia ao longo do processo de separação-individualização no qual a relação com os pais se altera, ao mesmo tempo que é preservada (Rice, 1996 citado por Braconnier e Marcelli, 2000). Assim quanto mais seguras forem as relações com os pais melhor se faz a autonomização.

No entanto, os comportamentos delinquentes são necessários para o desenvolvimento e aprendizagem, sendo uma forma de socialização (Benavente, 2002), pelo que faltar às aulas, experimentar bebidas alcoólicas e tabaco, entre outros, são condutas inerentes á fase da descoberta (Sampaio, 2011) e só um número restrito apresentará comportamentos delinquentes em idade adulta de uma forma grave e persistente (Negreiros, 2008).

Embora os adolescentes possam desafiar a autoridade dos pais, estes continuam a perceber os pais como fundamentais na sua vida.

Todavia, na revisão da literatura, os autores salientam a importância da família nesta fase do desenvolvimento. As experiências negativas no contexto familiar culminam em dificuldades emocionais e sociais (Shaffer, 1999). Nesta fase de afirmação de autonomia, a família, a escola e a comunidade são um suporte fundamental.

O lar e a relação com os pais pode ser o lugar de interação, partilha com afecto e amor mas também pode ser um lugar de ruptura, violência e de opressão (Ramos, 1993 citado por Silva, 2004).

De uma forma geral a literatura indica que os jovens sentem-se bem com os estilos parentais em relação à sua autonomia.

Os conflitos entre pais e filhos é obrigatória pois faz parte desta dinâmica dos pais tentarem proteger pelo controlo e monitorização e os filhos a exigirem cada vez mais autonomia, num culminar de gritos e castigos. Todavia, é importante que esta monitorização e controlo seja pautada pelo respeito, negociação e muito afecto. Faz parte desta autonomia, descrita como a fase da descoberta, experimentar vários papéis, principalmente na companhia dos amigos, criando muitas vezes situações pautadas pelo perigo, para si e para os outros.

Baseado nos resultados dos estudos apresentados na tabela 1, os dados sugerem que os estilos parentais influenciam os comportamentos delinquentes, principalmente o Estilo Parental Autoritário e o Permissivo/Negligente. O estilo parental autoritativo é o mais protector tanto nos consumos de substâncias/álcool como nos comportamentos delinquentes. Segundo a literatura, os jovens que recebem maior monitorização e controlo parental são os mais protegidos quanto à prevenção dos comportamentos delinquentes.

Ainda na tabela 1 é possível observar estudos que correlacionam os estilos parentais pautados pelo suporte com a resiliência dos adolescentes, melhores resultados escolares. Por outro lado, os adolescentes que percebem o estilo parental dominante o autoritário bebem mais álcool, têm resultados escolares mais baixos e têm mais comportamentos delinquentes.

Tabela 1

Estudos sobre estilos parentais

Estudo	Participantes	Resultados
Cavaco, N. (2010)	80 A.P. /11 – 16a	mais atitudes educativas de suporte > o desenvolvimento de comportamentos resilientes no adolescente
Diez e Perats (1997)	1100 A.E.	O abuso de álcool está relacionado com a percepção dos adolescentes face ao estilo parental pautado pela crítica, reprovação, castigo, e pouca expressão de afecto.
Dubas, Gerris, Jansens e Vermulst (2002)	305 A. H. 14-19a	Sujeitos com o perfil subcontrolado=estilo de parentalidade mais restrito comparativamente aos hipercontrolados e resilientes sugerindo uma parentalidade mais hostil, indiferente e pobre de afecto o que aumenta a probabilidade de desenvolvimento de comportamentos anti-sociais.
Luís, K. (2011)	849 A.P. 10-18a	A percepção do comportamento parental é diferente em filhos e filhas e vai-se modificando ao longo da adolescência. À medida que os adolescentes crescem diminui a afectividade dos pais.
Paz, T. (2014)	228 A.P. 184 pais e mães	E.P. autoritativo = melhores resultados escolares. E.P. permissivo e autoritário = resultados escolares médios/baixos. < escolaridade e rendimento dos pais > E. P. permissivo e autoritário. > idade dos pais < E. P. autoritário
Silva, A. (2010)	População reclusa	Existe um controlo afectivo associado à figura da mãe e um controlo sem afecto associado à figura do pai. > pontuação da escala de superprotecção das mães > é o número médio de prisões registadas pelos reclusos.

Nota: A.P.= Adolescentes Portugueses; A. E.= Adolescentes Espanhóis; A. H. =Adolescentes Holandeses

É da responsabilidade da família, para além dos cuidados básicos, a qualidade das interacções pais-criança. O Estilo Parental dominante tem um forte impacto na criança. Os estudos realizados demonstram que o estilo parental dominante tem impacto na competência social, no comportamento e até mesmo na área psicológica. O Estilo Parental autoritativo é associado aos melhores resultados e o autoritário aos piores, nomeadamente no comportamento anti-social, delinquência, consumo de álcool e substâncias psicoactivas e mau desempenho escolar.

Quando a criança entra no ciclo da adolescência, será provavelmente o ciclo mais difícil tanto para o jovem como para os cuidadores. É importante que a relação entre pais e filhos sejam pautada pelo afecto e aceitação mas também pela definição de regras e limites. Nesta fase, a família, a escola e a comunidade são um suporte fundamental para o seu desenvolvimento, se a relação com a família e com a escola for percebido como negativo, pode culminar em dificuldades emocionais e sociais.

1.3. Delinquência Juvenil e Institucionalização

1.3.1. Delinquência juvenil

Desde sempre que se procurou compreender as causas que levam as pessoas a delinquir, e sabendo-as, esboçam-se estratégias de prevenção (Gonçalves, 2000).

Os comportamentos delinquentes manifestam-se de variadas maneiras (agressão, furto, vandalismo, fugas de casa, etc.) tantas, como as designações que lhe são atribuídas (delinquência, comportamentos anti-social, perturbação do comportamento, etc.), o que amplifica o número de definições teóricas e conceptuais (Negreiros, 2008).

Carvalho (2004), define delinquência juvenil como todos os comportamentos problemáticos que se manifestam na adolescência, sendo entendidos como comportamentos de quebra de condutas.

Segundo a DSM IV, entende-se por perturbação do comportamento, um padrão de comportamento persistente e repetitivo em que são violados os direitos básicos dos outros e de normas sociais. Os critérios de diagnóstico passam por agressão a pessoas e animais, destruição de propriedades, falsificação ou roubo e violação grave das regras. Divide-se em dois subtipos: tipo início na infância que se inicia antes dos 10 anos, geralmente do sexo masculino, agressivos com os outros e regularmente estes comportamentos persistem na idade adulta; tipo início na adolescência em que manifestam menos comportamentos agressivos e os comportamentos manifestam-se na companhia dos pares. Quanto à sua gravidade, pode ser ligeira (poucos problemas, passa por mentiras, faltas às aulas e são de prejuízos pequenos ou nenhuns), a moderada (comportamento um pouco mais acentuado e com mais prejuízo, nomeadamente roubo sem confronto com a vítima, vandalismo, etc.) e grave (comportamento que causa bastantes prejuízos como relações sexuais forçadas, crueldade física, uso de armas, roubo com confrontação com a vítima, etc.).

Marcelli e Braconnier (1989) advertem para a dificuldade do diagnóstico de normal e patológico na fase da adolescência, uma vez que a labilidade das condutas nesta fase e os factores ambientais são intrínsecos ao seu desenvolvimento. Mais tarde, Marcelli e Braconnier (2000) adita que não devemos centrar-se nas condutas, mas no seu significado, há comportamentos delinquentes como a fuga e o roubo que apenas podem ser o fruto de disfuncionalidade individual e familiar.

O termo delinquência é numa perspectiva jurídica-legal que descreve comportamentos, todavia todas as definições são aceites pois todas elas envolvem os mesmos comportamentos que envolvem uma transgressão de normas sociais (Negreiros, 2008).

Define-se delinquência como um padrão de comportamento ilegal cometido por um menor, ou seja, há uma violação da lei, considerando-se actos delinquentes a prática de crimes violentos contra pessoas, posse ou venda de droga e/ou álcool, posse ilegal de armas, a destruição ou roubo de propriedade, e ainda comportamentos considerados desviantes, como por exemplo a vadiagem (Shaw, 1993 citado por Matos, Negreiros, Simões, & Gaspar, 2009).

A literatura demonstra que a delinquência juvenil é influenciada por factores de risco e factores de protecção (Simões, Matos & Batista-Forguet, 2008). Porém, Fonseca (2004) adverte que os factores de risco devem ser vistos como indicadores e não como mecanismos devido à natureza do processo de risco.

Nas directrizes para a prevenção da delinquência juvenil da ONU (1990) realça a prioridade na prevenção por ser um problema social e essencial na prevenção do crime. Ao longo do documento sobressai o papel desempenhado pela família pela responsabilidade de socialização primário.

As investigações disponíveis mencionam as seguintes constatações: o comportamento agressivo e anti-social na infância é preditivo, com muita frequência, do comportamento anti-social e violento em adulto (Gonçalves, 2000; Born, 2005; Negreiros, 2008; Loeber, Farrington & Petechuch, 2003); algumas características fisiológicas podem predispor a criança a ser mais ou menos agressiva, mas tais predisposições são em grande medida moderadas pelo ambiente em que a criança é criada (Gonçaves, 2000; Simões et al., 2008) ; as atitudes, as crenças e os valores acerca da violência, produzem uma influência considerável no comportamento violento (Gonçalves, 2000); as crianças que crescem em ambientes muito desfavorecidos, onde a pobreza, a frustração e a falta de esperança são naturais encontram-se assim numa situação de risco muito maior em relação ao envolvimento futuro em actos violentos e anti-sociais do que outras crianças (Gonçalves, 2000); a violência atrai violência e as crianças que vivem em famílias ou em comunidades onde a violência é comum encontram-se numa situação de maior risco para se tornarem também violentos (Gonçalves, 2000); as crianças que são criadas na ausência de uma supervisão constante

e de uma disciplina adequada, têm maior probabilidade de se tornarem violentas e anti-sociais (Born, 2005; Gonçalves, 2000; Negreiros, 2008);

A relação da delinquência com a idade está directamente relacionada com a carreira delinvente, o maior pico de comportamentos situa-se entre os 12 e os 17 anos, período da adolescência, momento de reorganização da sua personalidade, seguindo-se por um declínio (Negreiros, 2008).

O tipo delinvente persistente tem, geralmente, início precoce, apresentando alguns comportamentos delinquentes na infância que se seguem por carreiras desviantes (Loeber et al., 2003; Simões et al., 2008; Born, 2005; Negreiros, 2008).

O Tipo delinquência limitada à adolescência caracteriza-se por comportamentos delinquentes que passam por interesses materiais, prestígio ou adesão a grupos (Loeber et al., 2003; Simões, 2008).

Os estudos longitudinais que investigam os factores associados aos comportamentos persistentes e aos confinados à adolescência revelam que o tipo persistente está fortemente associado a factores individuais e familiares (Fonseca, 2004).

As investigações apontam duas razões para a continuidade destes comportamentos: a primeira diz respeito à predisposição anti-social em termos genéticos e através da aprendizagem no contexto da família, e a segunda como uma combinação entre os dois. De acordo com esta linha tudo inicia com a incoerência da disciplina nas práticas parentais e no relacionamento com os pares (Negreiros, 2008).

Segundo os resultados da investigação de Vuchinich e col. (1992, citado por Negreiros, 2008), a continuidade dos comportamentos anti-sociais foi justificada pelo *efeito recíproco*, no qual as práticas da disciplina ineficazes dos pais e o próprio comportamento anti-social da criança exerceriam influências recíprocas para a continuidade destes comportamentos.

Um dos mais completos e documentados estudos sobre delinquência é o “*Cambridge Study in Delinquent Development*” que iniciou em 1961 por West e Farrington com 411 indivíduos do sexo masculino entrevistados dos 8 até aos 50 anos. Este estudo tinha como objectivo identificar e medir o maior número de factores correlacionados com o comportamento anti-social, a delinquência e a criminalidade. Um dos aspectos que claramente identifica são as influências dos factores familiares na predição do comportamento delinvente (Farrington, 2003).

Um estudo efectuado na Nova Zelândia por Henry, Moffit, Robins, Earls e Silva (1993), em que comparam três grupos de crianças - anti-sociais, outras desordens e sem desordens. Os resultados apontam que no grupo de crianças anti-sociais as suas famílias eram de baixo-estatuto social e relativamente instáveis, com relacionamentos intra-familiares pobres e muito conflituosos.

Na América, Barnoski (1997a, 1997b, 1997c) inúmera factores de risco em adolescentes com comportamentos delinquentes: a Comunidade – residir em zona degradada e falta de instituições de suporte; a Família – o abuso de álcool e drogas, mãe adolescente, fraca supervisão parental, castigos severos, ser vítima de maus tratos, conflitos e violência doméstica, comportamento violento dos pais e atitude desculpabilizante em relação á delinquência do filho e a Escola – insucesso escolar e grupo de pares com comportamentos delinquentes. Quanto aos factores de protecção o mesmo autor refere ser do sexo feminino, ser inteligente, ter orientação social positiva e temperamento resiliente para lidar com situações adversas.

Em Inglaterra, Marshall e Cooke (1999) apresentam como principais variáveis predictoras de psicopatia adulta, experiencias infantis de disciplina inconstantes, fraca supervisão, antipatia dos progenitores e experiências escolares pouco gratificantes.

Na análise de vários estudos longitudinais com amostras elevadas, Murray e Farrington (2010) analisaram os factores de risco para a delinquência e foram encontradas diferenças significativas entre ofensores e não ofensores, nomeadamente: impulsividade, baixo QI, falta de motivação escolar, falta de supervisão parental, práticas parentais punitivas ou inconsistentes, pais distantes, maus tratos físicos e psicológicos, conflitos parentais, famílias anti-sociais, monoparentais, numerosas, baixos rendimentos, ambiente propenso à delinquência bem como grupo de pares com comportamentos delinquentes.

Gonçalves (2000) destaca os estudos efectuados tanto em Portugal como além-fronteiras a confirmação da importância dos factores familiares na explicação da eclosão dos comportamentos anti-sociais, pelo que, mais uma vez, fica claro a importância da família como grupo privilegiado sobre o qual se abatem um certo tipo de circunstâncias sociais deficitárias mas onde também se fabricam e se perpetuam modos de agir e pensar que devem ser objecto de intervenções atempadas.

Segundo os resultados do estudo em meio escolar do Observatório de Delinquência Juvenil, concluindo que 47,7% dos inqueridos já tinham praticado actos delinquentes e que estes actos tendem a aumentar durante a adolescência, atingindo o

seu pico aos 16 anos (Barreto, 2010). Este estudo retrata que nem todos os delitos cometidos por adolescentes passam a dados oficiais, talvez porque a vítima não efectue a queixa formalmente (Born, 2005).

Assim, a pesquisa demonstra que a delinquência juvenil está associada a alguns factores, designadamente, às características individuais (stress, fisiológica, psicológica e cognitiva), ao relacionamento com os pares, aos sociais e situacionais (Simões, Matos & Batista-Foguet, 2008).

Na tabela 2 apresenta-se alguns estudos na área da delinquência feitos em Portugal para melhor compreensão desta temática que vão de encontro ao que é investigado e conceptualizado noutros países.

Tabela 2

Estudos sobre delinquência juvenil

Estudo	Participantes	Resultados
Barros, M. (2015)	18 A.P. sexo feminino em centro educativo	Família pouco estruturada, falta de apoio parental, percurso escolar conturbado e grupo de pares delinquentes
Costa, S. (2014)	79 A.P.	> Comportamento delinquente >número de retenções.> Impulsividade > Comportamento delinquente
Cunha, C. (2014)	105 A.P.	Famílias numerosas, menos supervisão Comportamento delinquente associado ao grupo de pares
Gomes, H. (2013)	206 A.P.	Funcionamento familiar disfuncional correlaciona-se com a desviância juvenil.
Martinho, L. (2010)		Quanto mais positiva a educação parentalidade menor tende a ser o comportamento delinquente.
Nunes, A. (2014)	12 A. P.	Relato: condições económicas, dificuldade de relação com um dos progenitores, pobres práticas parentais, criminalidade na família e família consumidora de substâncias
Oliveira, P. (2011)	122 A.P.	Não foram encontradas diferenças significativas no género nem idade. Os dados apresentam diferenças entre os comportamentos delinquentes e as atitudes e crenças anti-sociais.
Pechorro, P. (2011)	760 A.P.	A amostra escolar possui características de comportamentos que permitem diferenciá-los da amostra escolar. O narcisismo tem uma associação mais forte com a delinquência do que a auto-estima
Romão, (2013)	10 A.P.	Factores de risco =ausência dos progenitores. Factores de protecção=Pais competentes e colaboradores

Nota: A.P.=Adolescentes Portugueses

Sabemos que o estilo parental permissivo/negligente tem forte impacto nos comportamentos delinquentes nos adolescentes. Quando um adolescente tem pais permissivos/negligentes está por sua conta e risco, neste momento é o estado que

assume a educação deste jovem colocando-o, entre outras situações, numa casa de acolhimento.

Nesta óptica, Chartier (1991), recomenda o internamento dos jovens com comportamento delinquente em instituições para poder confrontar o jovem com a realidade das suas acções, de forma a que o jovem tenha consciência das consequências dos seus comportamentos.

1.3.2 Institucionalização

Em 1911 Portugal foi um dos países pioneiros a aprovar a Lei de Protecção à Infância, distinguindo assim a criança do adulto e o Direito Penal do Direito de Menores, chamado Tutorias da Infância que abrangia crianças em perigo moral, desamparadas e delinquentes.

Em 1944 alterou-se a designação de Tutoria da Infância para Tribunal de Menores e em 1977 surge os tribunais Judiciais, dividindo os Tribunais de Menores e Tribunais de Família (Tomé, 2010).

Na década de 90 dá-se um “olhar especial” aos direitos da Criança em regime de promoção e protecção de crianças e jovens em perigo através das Comissões de Promoção e Protecção de Menores que apelavam à participação activa da Comunidade a fim de evitar o contacto com os tribunais (Pacheco, 2010).

Em 1996 surge a reforma do direito de menores pois não conseguem dar resposta aos problemas relacionados com a delinquência juvenil (Abreu et al., 2010).

Assim, em 1999, surge a Lei Tutelar Educativa (Lei nº166/99, de 14 de Setembro) e a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em perigo (Lei nº147/99, de 1 de Setembro, regulamentada em 2000 pelo Decreto-Lei nº332B/2000, de 30 de Dezembro) (Pacheco, 2010).

Cem anos depois (1911-2010) divide-se assim o comportamento submisso do comportamento desobediente. Portanto, a Lei de Promoção e Protecção aplica medidas aos jovens cujo fim essencial assenta na protecção, reeducação e preparação para a vida e nunca na sua punição ou reprovação social.

A Lei Tutelar Educativa aplica medidas aos jovens dos 12 aos 18 anos com comportamentos desviantes sujeitos a processos tutelares conforme constitucional e internacional (Abreu, Carvalho & Ramos, 2010).

Assim, a Lei de Promoção e Protecção visa proteger a criança/adolescente em situação de perigo e a Lei Tutelar Educativa visa o enquadramento legal de que o adolescente incumpriu regras de conduta puníveis pela lei. No entanto, estes dois processos podem decorrer em simultâneo, por exemplo, um jovem pode ter uma família negligente que não lhe assegura as necessidades básicas e por isso ter um processo de promoção e protecção e pode ter um tutelar educativo por furto. Neste exemplo o jovem pode ser institucionalizado por ambas as razões.

No Art.º 9, decorrente da convenção sobre os direitos da criança na Organização das Nações Unidas (1998), são estabelecidos os princípios, condições e processos segundo os quais uma criança pode ser separada dos pais e família, tendo em conta a defesa e salvaguarda do seu interesse superior.

Segundo o Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens 2015 (CASA) quando uma família coloca em perigo a segurança, saúde, educação ou desenvolvimento da criança que tem a seu cargo, as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens ou os Tribunais podem aplicar uma medida de promoção e protecção, seja de acolhimento residencial, seja de acolhimento familiar (CASA, 2016).

Casas de acolhimento são respostas sociais para atender às necessidades das crianças e jovens em situações de risco, garantem sempre que possível o acolhimento imediato decorrentes de abandono, maus tratos, negligência e outros factores que comprometem a sua integridade física e psicológica num ambiente, o mais possível, próximo do ambiente familiar.

A respeito de acolhimentos, o Relatório Eurochild (2010) adverte que a recolha de informação de crianças e jovens acolhidos deve ser uma prioridade política, que se criem medidas que visem o evitamento dos acolhimentos, que se proíba, em todos os países, o acolhimento de crianças antes dos três anos, incentiva a participação das crianças nos seus processos, que se promova o respeito dos diferentes modelos familiares e solicita a redução dos riscos de exclusão social.

Segundo a Eurochild, 2010 a inadequação da intervenção parental é um dos factores mais referenciados no acolhimento institucional dos filhos, independentemente do país.

Sendo a negligência parental um dos maiores motivos de institucionalizações importa referir que os estudos efectuados sobre consequências da negligência parental ainda são escassos, no entanto os dados apontam para uma correlação entre a

negligência parental e o desenvolvimento de psicopatologia dos adolescentes, quer dos problemas internalizados, quer do comportamento anti-social e agressivo face aos pares e delinquência (Bolger & Patterson, 2001; Kupersmidt et al., 1995 citado por Lemos, 2007).

Knutson et al., (2004 citado por Lemos, 2007), numa revisão de investigação efectuada nas últimas décadas sobre negligência e abusos físicos concluíram que a agressão e comportamento anti-social eram as suas consequências. Assim como Bolger e Patterson (2001 citado por Lemos, 2007) referem que estudos longitudinais têm demonstrado a existência de uma relação entre a delinquência e a parentalidade negligente. Logo, o maior factor que leva uma criança a ser institucionalizada é a família (Strech, 2000).

A análise de um estudo longitudinal, de 18 meses com 35 pais, indicou que a pobreza era a principal incapacidade da falta de cuidados dos filhos. A depressão e o desespero associados à pobreza foram reconhecidos como prejudiciais na capacidade de educação dos filhos (Russel, Harris & Gockel, 2008). Neste caso, as classes mais altas são em menor número, talvez porque a situação económica lhes faculte a possibilidade de os filhos estarem sempre com supervisão, seja por amas ou por actividades extracurriculares.

Como já foi referido anteriormente, crescer sobre experiencias traumáticas de maus tratos interfere directamente no desenvolvimento da noção que se constrói de si mesmo e do outro (Gonçalves & Machado, 2003) e tendo como base que a institucionalização deve ter sempre como princípio principal o supremo interesse da criança, coloca-se a questão: Estarão as crianças melhor numa instituição?

É importante que estas crianças e adolescentes possam encontrar na instituição um lugar com boas experiencias, conforto e protecção para que possam ultrapassar e reparar as dificuldades por que passaram (Pinhel, Torres & Maia, 2009).

A fundamentação empírica sobre os efeitos desfavoráveis das institucionalizações é contrariada pelas pesquisas que defendem o acolhimento infantil como uma resolução em situações familiares destrutivas em que o acolhimento em centros é visto como um ambiente securizante e protector (Siqueira & Dell’Aglia, 2006 citado por Eira, 2014). Conforme Strech (2000) afirma, a criança é retirada de um meio não contentor e perigoso para um meio onde tudo lhe poderá ser assegurado.

Ainda assim é inevitável que a criança não sinta um sentimento de solidão, empatia e indiferença por si própria, correndo o risco de distúrbios na construção da

identidade, precisamente por ter de enfrentar a separação e estar num lugar desconhecido e com pessoas desconhecidas. Aqui terá de se adaptar a um novo meio, novas pessoas e novas regras. (Strech, 2000).

Quando um adolescente é obrigado a deslocar os seus contextos afectivos, pode conduzir a sentimentos de revolta devido ao confronto entre a idealização da família e a realidade da instituição. É importante que estes adolescentes encontrem na comunidade e em especial na equipa técnica das instituições figuras de referencia com competências para conter estas crianças/adolescentes para que estes os entendam como lugares securizantes (Mota & Matos, 2010).

De forma a compensar a ausência dos progenitores, a criança/adolescente procurará na instituição figuras que lhe proporcionem afecto com uma autoridade protectora, assim vai construindo novas relações que se esperam saudáveis e construtivas e sempre que possível manter o contacto com a sua família que deve fazer parte deste processo (Strech, 2000). Como Hipólito (2010) salienta, a instituição deve ser baseada no respeito mutuo, nas diferenças, no amor, no cuidado incondicional para combater as relações de opressão, não justas e de destruição, é importante que, a partir do caos haja estruturas de amor.

A relação de confiança com os profissionais das casas de acolhimento tanto da parte da criança mas também da sua família para com a equipa é fundamental para o sucesso da intervenção (Russel, Harris & Gockel, 2008).

Dados do Relatório CASA (2016), registou-se um aumento de acolhimentos comparativamente ao ano anterior, sendo que estão em situação de acolhimento 8.600 crianças, na maioria dos distritos de Lisboa, Porto, Braga, Coimbra, Aveiro, Setúbal e Faro. Quanto ao género, o sexo masculino tem um ligeiro predomínio a realçar-se o escalão etário dos 15 aos 17 anos – 3.046 adolescentes institucionalizados. Quanto às problemáticas que levou ao acolhimento destaca-se, para 60% das situações, a falta de supervisão e acompanhamento familiar, em que a criança é deixada só por largos períodos de tempo, 33% de situações em que os menores são expostos a modelos parentais desviantes ou anti-sociais e a maior problemática centra-se ao nível da negligência dos cuidados e saúde, respectivamente 32% e 30%. Neste relatório destaca-se ainda a subida, em relação a anos anteriores de jovens institucionalizados devido ao comportamento perturbador, identificando-se 1.670, mais 510 em relação a 2014 (CASA, 2016).

Contudo o mesmo relatório faz considerações às 1.442 crianças e jovens que “ainda estão deslocalizados, ou afastadas geograficamente das suas famílias e de outras figuras de referência eventualmente importantes na sua vida, facto que obviamente dificulta qualquer intervenção, na medida em que o direito e dever de envolvimento da intervenção poderá ficar comprometido” (CASA, 2016 p.71).

Neste sentido, um estudo realizado com 38 crianças, com idades compreendidas entre os 7 e os 14 em Centros de Acolhimento da zona de Lisboa, constataram que quanto mais vezes os educandos vão a casa, menores são as alterações de comportamento, tanto no centro de acolhimento como na escola e actividades extracurriculares (Eira, 2014). Neste âmbito, Assis et al., (2006 citado por Eira, 2014) realçam a resiliência da criança ou do adolescente institucionalizado, postulando que a presença deste factor permite rebater e compensar as vulnerabilidades e fragilidades a que está sujeita, nomeadamente a privação emocional.

Neste sentido a literatura acerta com as investigações na medida em que um relacionamento instável com os cuidadores prediz atrasos desenvolvimentais nas crianças institucionalizadas (Rutter, 2000).

Tabela 3

Estudos sobre institucionalizações

Estudo	Participantes	Resultados
Dalben, J. (2005)	3 A. Brasileiros	Em contexto institucional, os adolescentes estabelecem novas relações afectivas que contribuem para o desenvolvimento de competências.
Eira, S. (2014)	38 crianças 16 funcionários	A afectividade não se altera em função das idas a casa. Quanto mais as crianças vão a casa menores são as alterações do comportamento.
Fernandes, I. (2012)	81 A.P. institucionalizados e 49 não institucionalizados	Não há diferenças estatisticamente significativas quanto à avaliação das dimensões de vinculação. Os adolescentes institucionalizados percebem a educação parental autorizada enquanto os jovens não institucionalizados percebem como negligentes.
Palma, P. (2010)	43docentes 27 alunos	A escola é o maior factor de protecção e de promoção da resiliência, ao qual segue a instituição onde residem. O sexo masculino é mais resiliente. Quanto mais retenções e mais permanência na instituição menos resiliente.
Silva, Lemos, & Nunes (2013)	40 A. P. institucionalizados e 40 não institucionalizados	Os adolescentes institucionalizados parecem experienciar mais acontecimentos de vida stressantes e relatam mais problemas psicopatológicos. Os níveis de resiliência são idênticos.

Nota: A.P.= Adolescentes Portugueses

Dada a ambivalência de opiniões da literatura, é complexo determinar o impacto das institucionalizações no desenvolvimento destas crianças e adolescentes na medida em que é igualmente adverso o impacto de Estilos Parentais Negligentes. Para algumas crianças e adolescentes a institucionalização pode ser vista como uma forma de mudança e protecção e para outras como uma forma de punição e destabilização emocional (Eira, 2014).

Sampaio (2011) acresce que “quando têm menos de 16 anos, vivem em famílias patogénicas e como ainda não entraram no mundo do crime, são encaminhados pelo tribunal para Centros da Segurança Social, casas com escassos recursos humanos e sobrelotação de jovens, onde é difícil a organização de um projecto de vida diferente” p.108.

1.4. Resiliência

A primeira geração de investigadores sobre a resiliência surge nos anos 70, que tinha como objectivo identificar os factores protectores em situações adversas.

O conceito de Resiliência surge por Werner (2002) considerada “*the mother of resiliency*”, que se destaca como uma das figuras mais proeminentes na pesquisa da resiliência. O estudo longitudinal de cerca de trinta anos que desenvolveu conjuntamente com Ruth Smith é um dos mais ricos e famosos; seguiram uma amostra de crianças nascidas no Havai, em famílias carenciadas, tendo concluído que um terço destas crianças em situação de alto risco eram vulneráveis mas resilientes, acabando por ter sucesso na escola e mais tarde na vida adulta (Werner & Smith, 2001).

A segunda geração de investigadores surge nos anos 90 com o objectivo de identificar factores que ajudassem o desenvolvimento da Resiliência (Grotberg, 2005).

Actualmente existem três correntes de estudos sobre resiliência: A Norte-Americana, mais centrada no individuo tendo por base dados observáveis e quantificáveis na interacção entre o sujeito e o meio; a Europeia que tem uma perspectiva mais ética, mais relativista com foco psicanalítico, ou seja, a visão do próprio individuo e a Latino-Americana que é a mais comunitária, enfocando o social como resposta aos problemas do sujeito (Brandão, 2009).

Uma das definições mais consensualmente aceites é apresentada por Rutter (1987) que conceptualiza a resiliência como um produto final de um processo que não

elimina os riscos mas, encoraja o individuo a encarar os riscos com eficácia. Este investigador acrescenta que a resiliência é um conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilitam levar uma vida saudável num ambiente adverso, que não são inatos e desenvolvem-se através do tempo, tendo em conta os atributos da criança e o seu meio familiar, social e cultural.

Memorando *Falar de amor à beira do abismo* de Cyrulnik (2006 citado por Czerny, 2007) que refere-se àqueles que superam um traumatismo e experimentam muitas vezes uma impressão de *sursis* que multiplica o gosto da felicidade e o prazer de viver o que ainda é possível. Este autor e investigador caracteriza as pessoas resilientes como *oximoro* que consiste em associar dois termos antinômicos: falar de amor/beira do abismo. Neste sentido Cyrulnik correlaciona a teoria do apego, a resiliência e o trauma “O caminho que cada individuo segue em seu desenvolvimento e o grau de resiliência ante os acontecimentos stressantes da vida são fortemente determinados pelo esquema de apego que desenvolveu nos seus primeiros anos de vida” (Cyrulnik, 2006 p. 9-10 citado por Czerny, 2007).

Conforme Flach (1991) refere, a resiliência funcionaria como um conjunto de forças psicológicas e biológicas exigidas para atravessar com sucesso as mudanças num processo contínuo de aprendizagem e reaprendizagem. Portanto, é necessário que os processos fisiológicos, activados pelo stresse, funcionem de tal forma que o individuo se torne resiliente por meio da habilidade de reconhecer a dor, de perceber o seu sentido e de tolerá-lo até resolver os conflitos de forma construtiva (Silva, 2009).

Assim, pessoas resilientes são aquelas que não só evitam consequências negativas associadas com o risco mas demonstram respostas adaptadas na presença deles (Cowan e col., 1996 citado por Cecconello, 2003)

Grotberg (2005) foi pioneira em explicar a noção dinâmica da resiliência e defendeu a ideia de três níveis diferentes de factores: suporte social (eu tenho), habilidades (eu posso) e força interna (eu sou e eu estou), o modelo triádico de resiliência, que consiste em organizar os factores resilientes e de risco em três grupos: os atributos individuais, os aspectos da família e as características dos ambientes sociais a que as pessoas pertencem.

1.4.1. Resiliência como factor protector

Tavares, (2000 citado por Silva, 2009) indica que resiliência é a capacidade da personalidade activada e desenvolvida e de uma forma consistente responder às dificuldades mantendo uma atitude optimista.

Segundo Anaut (2002), o individuo resiliente concilia três características: bom desenvolvimento da auto-estima, aptidão para encontrar aspectos positivos face aos problemas e possibilidade de se apoiar em experiencias pessoais, familiares e sociais positivas. Acrescenta ainda a importância de um bom quociente de inteligência, autonomia, eficácia, empatia, adaptação, sentido de humor, capacidade de planificação e de perceber o próprio valor.

A resiliência é estudada sob vários olhares, nomeadamente, pela saúde. Seja para pacientes seja para funcionários de saúde.

A Organização Mundial de Saúde (WHO) adverte que, capacitar o individuo a lidar com situações de stress, deve ser uma prioridade nas politicas da saúde até ao próximo milénio (WHO, 1997 citado por Nunes, 2002).

Nesta linha de pensamento, é importante referir a Salutogénese (em latim *salus* = saúde e do grego origem), teorizada por Antonovsky que tem como principio os recursos protectores na superação de adversidades que são projectados pela capacidade de compreensão, capacidade de gestão (recursos pessoais e sociais) e pela capacidade de investimento (o sentido que se dá às adversidades), estas capacidades coerentes e estruturadas são fundamentais na protecção da saúde. (Carrondo, 2006; Nunes, 2002).

Um estudo desenvolvido por Murcho, Jesus e Pacheco (2010) a vinte enfermeiros dos 25 aos 46 anos, concluiu-se que os participantes mais resilientes tanto apresentam maior optimismo disposicional e menor vulnerabilidade ao *stress* como apresentam mais estratégias de ajustamento psicológico, organização da vida pessoal e familiar que se apresentam como estratégias para enfrentar dificuldades.

A literatura sobre a resiliência na adolescência apresenta duas principais áreas de investigação 1) adaptação psicossocial em jovens oriundos de populações em risco e 2) a investigação dos mecanismos protectores no processo da adaptação bem sucedida o que oferece uma perspectiva útil sobre a resiliência sob diferentes abordagens (Olsson et al., 2003).

Contudo, a resiliência pode ser tanto ameaçada pelos eventos de vida stressantes como reforçada por eles. As circunstâncias mais favoráveis para promover resiliência

não estão relacionadas com a ausência de *stress*, mas com desafios graduais que reforçam as habilidades pessoais, as estratégias de *cooping* e as características pessoais (Masten & Garmezy, 1985 citado por Cecconello, 2003).

Razão pela qual é tão importante a família frustrar os seus filhos. Dar tudo aos nossos filhos, assim como deixá-los fazer tudo o que querem não cria nos adolescentes ferramentas para que sejam adultos resilientes e com capacidade de aguentar as frustrações diárias.

Na Argentina, um estudo de Polo (2009) com 318 adolescentes, com idades compreendidas entre os 14 e os 16 anos, indicou que o elemento central da vida destes adolescentes era a família, o que favorecia os seus níveis de resiliência.

Os factores de risco dizem respeito a situações adversas que aumentam a vulnerabilidade do indivíduo, o que por sua vez, poderá levar a um aumento de resultados negativos frente a situações stressantes (Martins, 2005).

No estudo de Werner e Smith (2001) sobre as crianças do Havai, as investigadoras nomearam três factores que activam a resiliência nas crianças: a sua personalidade, um cuidador por quem tenha confiança e a comunidade, pela qual tenham a noção de pertença.

Ruter (1984, 1987, citado por Assunção, 2014) menciona 4 processos de protecção que conduzem à resiliência: redução do impacto dos factores de risco no indivíduo; redução das consequências negativas da exposição ao risco; promoção da auto-estima e da auto-eficácia e abertura de oportunidades, ou seja, participação em actividades, ou programas que promovam o desenvolvimento de competências sociais. Garmezy, Masten e Tellegen (1984, citado por Cecconello, 2003) propõem três modelos de interacção risco/protecção para descrever o impacto do *stress* e das características pessoais na qualidade da adaptação:

Modelo Compensatório, que seria a variável que neutraliza a exposição ao risco. Por exemplo: *Stress* (factor de risco) + Auto-estima (factor compensatório) = interfere na competência social (resultado). Assim, a auto-estima compensa a exposição ao risco, contribuindo para a adaptação.

Modelo Inoculador, quando o risco é encarado como desafio e este é enfrentado com sucesso, ele ajuda a preparar a pessoa para os próximos, aumentando o repertório de estratégias e habilidades eficazes para lidar com situações de *stress*.

Modelo dos factores de protecção (Imunidade vs Vulnerabilidade), estes factores de protecção propõe uma interacção de factores de risco e de protecção, no qual os

factores de protecção reduzem o impacto dos factores de risco. Por exemplo: A assertividade (protecção) interage com a influência negativa do grupo (factor de risco) na prevenção do consumo de drogas (resultado).

Assim, a resiliência deve ser determinada pela forma como os jovens percebem a sua capacidade para lidar com as situações de risco. A importância da vinculação pais-filhos no desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, o afecto parental, o encorajamento, a assistência, a coesão e o cuidado dentro da família ou uma relação próxima com um adulto significativo, estão associados com a resiliência dos jovens (Wolff, 1995 citado por Cavaco, 2010; Carrondo, 2006).

Stoiber e Good (1998) identificaram como jovens resilientes, aqueles que a viver em meios urbanos problemáticos não apresentavam problemas de comportamento.

Um estudo qualitativo com 41 adolescentes delinquentes e não delinquentes que pretendia perceber a relação entre os comportamentos delinquentes e a saúde, os autores não conseguiram distinguir entre os dois grupos, o que sugere que o grupo delinvente, através deste comportamento utiliza os mesmos recursos para a saúde, nomeadamente, a auto-estima e competência (Ungar & Teram, 2000).

A resiliência num contexto de delinquência passa pelo grau com que os factores protectores ajudam o adolescente a evitar a exposição aos factores de risco, recuperar dessa exposição ou reduzir os seus efeitos negativos (Viljoen, et al. 2011).

Se os factores familiares favorecem a resiliência, como serão os níveis de resiliência em adolescentes afastados da família?

São vários os autores que correlacionam o factor resiliência com o contexto familiar em que os jovens estão inseridos e por sua vez os resultados que daí advêm, sejam eles positivos ou negativos (Born, 2005; Sampaio, 2012; Curry, 2006; Gonçalves, 2000; Boris Cyrulnik citado por Czerny, 2007; Cavaco, 2010; Garmezi, 1991 citado por Cavaco, 2010; Pires, 2014; Cecconello, 2003; Assunção, 2014; Silva, H., 2009; Leonardi, s/d; Zamith-Cruz, 2012; Dalbem, 2005; Silva, M. C., 2012; Associação Americana de Psicologia citada por Maia & Williams, 2005; Rodrigues, 2014).

Todavia surge uma questão "Não seria resiliente todo aquele que se tornou sobrevivente na vida, mesmo cometendo actos contrários às normas sociais?" (Pinheiro, 2004, p.72 citado por Brandão, 2009).

A delinquência ou condutas anti-sociais podem aparecer como um processo de enfrentar adversidades, uma criança que vive num ambiente de tráfico pode tornar-se traficante para proteger a vida, contudo para que se considere a sua resiliência é

necessário que se recupere no sentido de condutas socialmente aceitáveis (Brandão, 2009).

Segundo Cyrulnik (2001) “Para os que estão socializados, vender droga é um crime, enquanto para os que foram socialmente humilhados é um comportamento de salvação, de restabelecimento de resiliência inclusive (...) impedidos em sua aventura social e cultural, se convertem em resilientes graças á sua delinquência” (p.19).

Na tabela 4 apresentam-se alguns estudos feitos sobre a resiliência na adolescência, de salientar que os estudos sobre resiliência, em Portugal só começaram a ser explorados a partir de 2007, sendo que os estudos em Portugal ainda são poucos.

Tabela 4

Estudos sobre resiliência

Estudo	Participantes	Resultados
Assunção, A. (2014)	11 A.P.	Programas de resiliência promovem as competências sociais, potencialidades e sentimento de pertença.
Ferreira, S. (2016)	1976 A.P.	Maior empatia, maior assertividade e autocontrolo= Estilo parental autoritativo. Menor assertividade, menor autocontrolo =Estilo parental permissivo
Matos, Negreiros, Simões & Gaspar, (2015)	361 A.P.	A resiliência atenua a violência dos adolescentes
Monteiro, D. (2014)	136 A.P. sinalizados por maltrato 91 não sinalizados	O grupo não sinalizado relata mais experiencias positivas, principalmente com a família e têm maiores níveis de resiliência.
Palma, P. (2010)	43docentes 27 alunos	A escola é o maior factor de protecção e de promoção da resiliência, ao qual segue a instituição onde residem. O sexo masculino é mais resiliente. Quanto mais retenções e mais permanência na instituição menos resiliente.
Rodrigues, D. (2014)	94 reclusos	Mais sintomatologia psicopatológica menos resiliência. Não existem diferenças entre os reclusos nos níveis de resiliência.
Silva, H. (2009)	152 A. P.	Mais envolvimento com a família, maior envolvimento com a escola = melhores resultados escolares e maior o nível de resiliência.
Estudo	Participantes	Resultados
Silva, Lemos e Nunes (2013)	40 A. P. institucionalizados e 40 não institucionalizados	Os adolescentes institucionalizados parecem experienciar mais acontecimentos de vida stressantes e relatam mais problemas psicopatológicos. Os níveis de resiliência são idênticos.

Nota: A.P.= Adolescentes Portugueses

Logo, uma boa relação com a família, baseada no sentimento de segurança e bem-estar promove uma boa competência social e resiliência (Bayle & Martinet, 2008). Integrando factores familiares e individuais é possível reflectir-se sobre as possíveis componentes da delinquência (Born, 2005).

PARTE II

METODOLOGIA

2.1. Problema e Perspectiva de Investigação

Apesar de se encontrar na literatura vários estudos sobre os estilos parentais ainda surgem algumas dúvidas, particularmente, como é que pais negligentes, permissivos ou autoritários criam crianças resilientes e bem sucedidas.

Hartup e VanLieshout (1995) alertam que resultados de algumas pesquisas confirmam que crianças a viver em ambientes agressivos nem sempre se tornam violentas, assim como indivíduos a viverem em ambientes de suporte podem mais tarde revelar comportamentos delinquentes.

Assim será importante entender se a resiliência funciona como factor moderador face aos comportamentos delinquentes.

Há autores que aconselham estudos na área da resiliência, e classificam-nos como uma prioridade política (Eurochild, 2010) uma prioridade para a psicologia positiva (Yunes, 2006), necessário para entender o ciclo vital da família (Walsh, 1998) e da importância de observar no contexto de abuso de crianças e famílias patogénicas (Anaut, 2002). Segundo Strech (2000), o maior desafio é entender a resiliência em crianças institucionalizadas, vítimas de contextos familiares adversos.

A pesquisa focalizada no processo de resiliência tem por finalidade perceber os mecanismos ou processos que agem de forma a modificar o impacto de um contexto de risco e o processo de desenvolvimento pelo qual os jovens se adaptam com sucesso (Rutter, 1999; Olsson et al., 2003).

Também se encontra na literatura inúmeros estudos sobre os factores de risco inerentes à delinquência, todavia é importante clarificar os factores de protecção para que se possa promover a resiliência (Maia & Williams, 2005) e criar estratégias para prevenir as suas consequências (Negreiros, 2008), uma vez que a infância e a adolescência são períodos altamente preditivos de uma carreira criminal, é importante fazer-se diagnósticos e intervenções precoces (Rocha & Ponte, 2012; Infante, 2005; Grotberg, 2005; Brandão, 2009; Sampaio, 1991, Cecconelo et al., 2003).

Pela descrição, a pertinência deste estudo centra-se nos factores de protecção, neste caso a resiliência, em adolescentes de forma a reduzir o impacto dos factores de risco, sobretudo, com os estilos parentais que a literatura percepçiona como preditores de delinquência, numa situação adversa como é uma institucionalização.

Rohner (2004) alerta para a importância de se utilizarem questionários de auto-relato, nomeadamente a importância de se analisar como os filhos percebem os pais, mais do que perceber quais os estilos parentais que os pais percebem de si mesmos é o que os filhos percebem, pois é mais importante do que é a realidade.

Neste sentido a literatura aconselha, por exemplo, nos comportamentos delinquentes a utilizar-se questionários de auto-relato (Born, 2005; Negreiros, 2008).

Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2015 tem havido um decréscimo de 11,5% na delinquência juvenil nos últimos anos. No entanto os números de inquéritos de tutelares educativos continuam a ser alarmantes: o maior número teve lugar nas comarcas do Porto (1.420), Lisboa (1.270), Faro (415) e Açores (284). Em 2016, o RASI confirma a descida da Delinquência Juvenil (-907) comparativamente ao ano anterior, contudo subiu um aumento global de ocorrências em ambiente escolar e de natureza criminal e subiu o número de tutelares educativos, sendo que o Porto registou 1459, Lisboa 1308 e Faro 444.

Pretende-se assim com o presente estudo, como objectivo principal, conhecer as possíveis relações entre estilos parentais, resiliência e comportamentos delinquentes numa amostra de jovens portugueses institucionalizados e não institucionalizados residentes no distrito de Faro, pelo facto de contribuir para a compreensão dos factores protectores que podem aumentar a capacidade de intervenção dos técnicos que trabalham com adolescentes.

Assim, colocamos o seguinte problema de investigação: Será que os Estilos Parentais e a Resiliência, percebidos pelos jovens influenciam o comportamento delinquente?

Dada a pertinência do estudo, pretende-se como objectivo geral analisar as relações entre os estilos parentais percebidos pelos adolescentes, os seus recursos de resiliência bem como os comportamentos delinquentes em participantes institucionalizados e não institucionalizados

Apresentamos igualmente os seguintes objectivos específicos:

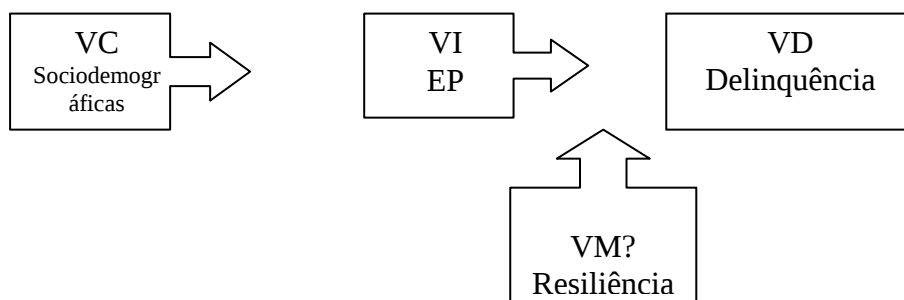
- Analisar as características sociodemográficas, estilo parental predominantes, scores de delinquência e níveis de resiliências em jovens institucionalizados e não institucionalizados;
- Comparar os Estilos Parentais predominantes, os scores de delinquência e os níveis de Resiliência, nos adolescentes institucionalizados e não institucionalizados;

- Explorar a relação entre variáveis sociodemográficas de critério (género, idade, escolaridade, escolaridade dos pais) sobre as variáveis em estudo (Estilos Parentais, Resiliência e Comportamentos Delinquentes) nos adolescentes institucionalizados e não institucionalizados;
- Verificar se a Resiliência contribui como factor protector face aos comportamentos delinquentes (variável mediadora entre estilos parentais e comportamentos delinquentes).

2.2. Delineamento do estudo

Trata-se de um estudo de carácter quantitativo de corte transversal (dados recolhidos num só momento), observacional-descritivo (ao serem observadas as variáveis pré-existentes na população, não se manipulando verdadeiramente nenhuma variável), e por isso de carácter não experimental. As relações estabelecidas não são de natureza verdadeiramente causal, podendo apenas verificar a natureza e intensidade do impacto de uma variável sobre outra (figura. 3).

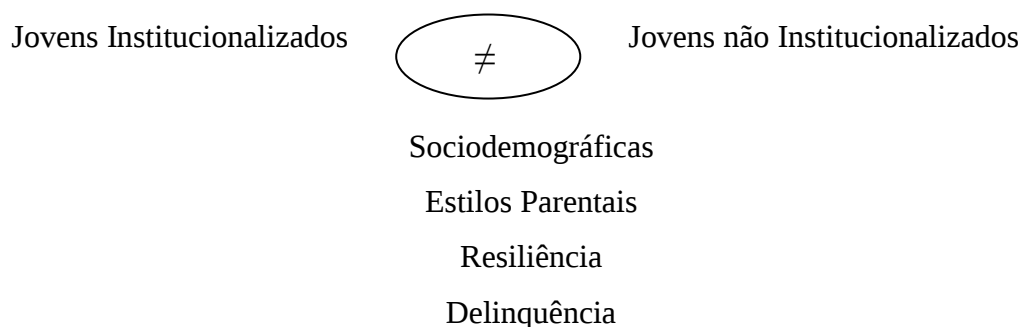
Figura 3. Modelo correlacional das variáveis



Nota: Figura 3. Variáveis de critério (VC), variável independente (VI), variável dependente (VD) e possível variável moderadora (VM)

Pretendemos igualmente estudar a adequação do modelo teórico apresentado (figura 4) a dois grupos distintos de adolescentes: 1. Adolescentes institucionalizados em casas de acolhimento; 2. Adolescentes não institucionalizados.

Figura 4. Modelo Conceptual do presente estudo



Num primeiro momento descreveremos características sociodemográficas, assim como estilos parentais predominantes e níveis de resiliência de um grupo de adolescentes institucionalizados e um grupo de adolescentes não institucionalizados.

Dada a discrepância do número de participantes, adolescentes institucionalizados $n=39$ e não institucionalizados $n=175$, retirou-se aleatoriamente números equivalentes para que os grupos ficassem mais homogêneos (não institucionalizados $n=42$ e $n=39$ institucionalizados). Assim, num segundo momento correlaciona-se as variáveis de critério (sociodemográficas) com a variável independente (estilos parentais) com a variável dependente (delinquência) e a Resiliência. Num terceiro momento verifica-se, se a resiliência é um factor moderador entre a variável independente e a variável dependente (figura 3).

2.2.1. Questões de investigação

Face à revisão de literatura que aponta os Estilos Parentais como altamente preditores do comportamento dos adolescentes, nomeadamente a delinquência, será de extrema importância estudar-se os factores de protecção, no presente estudo, a Resiliência, apontada por alguns autores e como descrito na literatura, como sendo importante o seu estudo. Assim o tema Estilos Parentais, Delinquência e Resiliência em Jovens Institucionalizados e não Institucionalizados, pretende responder a algumas questões sobre uma população difícil de ser aprovado para estudo (até à data não foi encontrado nenhum estudo efectuado com estas variáveis), por isso questionámos as características dos dois grupos, seguindo-se de questões da correlação entre as variáveis e por fim questionamos se a Resiliência funciona como factor moderador entre os Estilos Parentais e a Delinquência.

- Q1. Quais as características sociodemográficas dos jovens institucionalizados e não institucionalizados?
- Q2. Quais os estilos parentais predominantes percebidos pelos jovens institucionalizados e não institucionalizados?
- Q3. Quais os scores na escala de delinquência dos jovens institucionalizados e não institucionalizados?
- Q4. Quais os níveis de resiliência pelos jovens institucionalizados e não institucionalizados?
- Q5. Existirão diferenças nos estilos parentais percebidos pelos jovens institucionalizados e não institucionalizados?
- Q6. Existirão diferenças nos scores de delinquência pelos jovens institucionalizados e não institucionalizados?
- Q7. Existirão diferenças nos níveis de resiliência percebidos pelos jovens institucionalizados e não institucionalizados?
- Q8. Haverá correlações entre os estilos parentais, a resiliência e a delinquência no grupo jovens institucionalizados e não institucionalizados?
- Q9. Haverá correlações entre as variáveis sociodemográficas e os estilos parentais, a resiliência e a delinquência no grupo jovens institucionalizados e não institucionalizados?
- Q10. A Resiliência funciona como factor moderador entre os Estilos Parentais e o Comportamento Delinquente no grupo jovens institucionalizados e não institucionalizados?

2.2.2. Variáveis de investigação

Na tabela 5 descreve-se as variáveis em estudo, bem como o tipo de escala e o respectivo Instrumento:

Tabela 5.

Delineamento das variáveis

Variável	Tipo de Variável	Instrumento
Estilos Parentais	Likert 5 pontos	Questionário de Autoridade Parental (PAQ), (Morgado et al., (2006)
Resiliência	Likert 5 pontos	<i>Measuring State Resiliense</i> (MSR), (Martins, 2011)
Delinquência	Likert 3 pontos	Escala de Delinquência auto-revelada adaptada para adolescentes (ASRDS), (Pechorro, 2011)
Gênero	Nominal	Questionário Sociodemográfico
Idade	Rácio	Questionário Sociodemográfico
Escolaridade	Ordinal	Questionário Sociodemográfico
Reprovações	Rácio	Questionário Sociodemográfico
Actividade ocupacional	Nominal	Questionário Sociodemográfico
Envolvimento em crimes	Nominal	Questionário Sociodemográfico
Escolaridade dos pais	Nominal	Questionário Sociodemográfico
Situação profissional dos pais	Nominal	Questionário Sociodemográfico
Tipologia familiar	Nominal	Questionário Sociodemográfico
Motivo da institucionalização	Nominal	Questionário Sociodemográfico

2.3. Participantes

A amostra do presente estudo, não aleatória (*purpose sample*), é constituída por 175 participantes com idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos ($M = 14.89$; $DP = 1.18$). Dentro desses inquiridos, 51.4% ($n = 90$) são do sexo masculino, sendo os restantes femininos (48.6%; $n = 85$). A maioria dos inquiridos não se encontram institucionalizados (77.7%; $n = 136$), sendo que, os restantes 22.3% ($n = 39$) encontram-se em casas de acolhimento. Tal como se pode observar na Tabela 6, considerando os participantes institucionalizados, os motivos mais comuns de institucionalização são a negligência parental (51.3%; $n = 20$), os maus tratos físicos (12.8%; $n = 5$) e o absentismo escolar (12.8%; $n = 5$). Na Referida Tabela, pode igualmente observar-se que a maioria dos inquiridos frequenta o 9º ano de escolaridade (55.4%; $n = 97$) e que unicamente 32% ($n = 56$) dos inquiridos mencionaram nunca terem reprovado um ano escolar, encontrando-se os restantes divididos entre uma (21.1%; $n = 37$) e mais de três reprovações (5.1%; $n = 9$).

Ainda na mesma Tabela, pode observar-se que a maioria dos inquiridos mencionou não ter qualquer tipo de actividade ocupacional (53.7%; $n = 94$), sendo que,

considerando os restantes a actividade mais representativa é a prática de actividades desportivas (42.3%; $n = 74$). Por fim, a grande maioria dos inquiridos mencionou nunca ter praticado qualquer tipo de crime (92.6%; $n = 162$), sendo que, dentro dos restantes, o furto é o tipo de crime mais relatado (5.7%; $n = 10$).

Tabela 6

Caracterização dos Participantes (N=175)

	%	<i>n</i>
Motivo de Institucionalização		
Negligência	51.3	20
Maus tratos físicos	12.8	5
Absentismo escolar	12.8	5
Dificuldades económicas	7.7	3
Violência doméstica	7.7	3
Sem família de apoio	5.1	2
Doença mental	2.6	1
Ano Escolar Frequentado		
5º ano	0.6	1
6º ano	2.3	4
7º ano	13.1	23
8º ano	23.4	41
9º ano	55.4	97
10º ano	4.6	8
12º ano	0.6	1
Reprovações Escolares		
0	32.0	56
1	21.1	37
2	29.1	51
3	12.6	22
>3	5.1	9
Atividade ocupacional		
Nenhuma	53.7	94
Música	2.3	4
Escuteiros	1.7	3
Desporto	42.3	74
Envolvimento em crimes		
Nenhum	92.6	162
Furto	5.7	10
Tráfico	0.6	1
Agressão	1.1	2

Na Tabela 7, pode observar-se que o grau de escolarização dos pais mais frequente é a relativa ao 3º Ciclo (30.3%; $n = 53$), sendo seguida pelo 1º Ciclo (18.3%; $n = 32$) e pelo 2º Ciclo (13.1%; $n = 23$). Por outro lado, os dados sugerem que as mães possuem um grau de escolarização ligeiramente superior quando comparado com o dos pais. Deste modo, observou-se que o 3º Ciclo é também o mais representado pelas mães (34.9%; $n = 61$), sendo seguido pelo Ensino Secundário (18.3%; $n = 32$) e pelo 2º Ciclo (16.0%; $n = 28$). Relativamente à situação profissional dos pais, 66.7% ($n = 112$) encontrava-se a exercer algum tipo de actividade profissional. Por sua vez, a

percentagem de mães que se encontravam a trabalhar é um pouco inferior, isto é, 57.1% ($n = 97$). Ainda na Tabela supramencionada, pode verificar-se que as tipologias familiares mais comuns são as de tipo nuclear e monoparental (41.7%; $n = 73$ e 29.7%; $n = 52$ respectivamente).

Tabela 7

Caracterização familiar dos participantes (N=175)

		Pai		Mãe	
		%	n	%	n
Escolarização dos pais					
	Inferior a 1º Ciclo	1.7	3	0.6	1
	1º Ciclo	18.3	32	12.6	22
	2º Ciclo	13.1	23	16.0	28
	3º Ciclo	30.3	53	34.9	61
	Ensino Secundário	12.0	21	18.3	32
	Ensino Superior	2.3	4	5.1	9
	Desconhecida	22.3	39	12.6	22
Situação Profissional dos pais					
	A trabalhar	64.0	112	55.4	97
	Desempregado	5.7	10	23.4	41
	Inválido	0.6	1	-	-
	Reformado/Pensionista	0.6	1	0.6	1
	Desconhecida	29.1	51	20.6	36
Tipologia Familiar					
	Nuclear	41.7		73	
	Nuclear alargada	4.6		8	
	Monoparental	29.7		52	
	Monoparental alargada	9.7		17	
	Recomposta	8.6		15	
	De outro tipo	5.7		10	

2.4. Instrumentos

De modo a operacionalizar as variáveis em estudo, os participantes responderam a um conjunto de questionários/instrumentos psicométricos. Antes da sua aplicação, foram explicados os objectivos do estudo, esclarecidas eventuais dúvidas e garantido o anonimato dos dados e a possibilidade de não participação/desistência em qualquer momento.

Foram utilizados os instrumentos: Questionário Sociodemográfico (Anexo B); Questionário de Autoridade Parental – PAQ, versão portuguesa de Morgado, Maroco, Miguel, Machado e Dias (2006) (Anexo D); Escala de Delinquência Auto-reportada Adaptada para Adolescentes – ASRDS, versão portuguesa de Pechorro et al. (2011)

(Anexo E) e o *Measuring State Resiliense – MSR*, versão portuguesa de Martins (2005),(Anexo C).

Os instrumentos utilizados são comumente utilizados nesta área de estudos, validados para a população portuguesa, não obstante procedemos a um novo calculo de consistência interna de modo a avaliar a sua adequação à amostra.

2.4.1 Questionário sociodemográfico

Foi construído um questionário sociodemográfico que permite a caracterização da amostra e variáveis pertinentes para o estudo segundo a revisão de literatura.

É composto por informações relativas ao jovem e informações relativas ao agregado familiar, nomeadamente: género, idade, escolaridade e reprovações, escolaridade, profissão e estado civil dos pais, com quem o jovem reside, actividade ocupacional e se tem processo de tutelar educativo. Estas variáveis foram mencionadas como estando associadas aos estilos parentais (Baumrind, 1966, 1978, 1979a, 1978; Boeckel & Sarriera, 2005; Diez & Peirats, 1997; Dubas et al., 1997; Febrônio, 2012; Paz, 2014; Pires, 2011; Tondowski, 2015), com a Delinquência (Agra et al., Born, 2005; Carvalho, 2004; Farrington, 2003; Negreiros, 2008 e Pechorro et al., 2011) e com a resiliência (Cecconelo, 2003; Cruz, 2012; Dalben, 2005; Martins, 2005; Rodrigues, 2014 e Silva, 2012).

2.4.2. Escala de Delinquência Auto-Reportada Adaptada (ASRDS)

O Questionário de Delinquência auto-reportada adaptada (*Adapted Self-reported Delinquency Scale – ASRDS*; Carrol, Durkin, Houghton & Hatti, 1996 citado por Pechorro et al., 2015) é uma medida de auto-resposta adaptada da escala originalmente concebida por Mak (1993 citado por Pechorro, 2015), que mede o envolvimento dos adolescentes em actividades ilegais e anti-sociais. As pontuações obtidas nesta escala têm sido utilizadas como índice de actividade criminal.

Carrol et al. (1996 citado por Pechorro, 2015) utilizaram duas amostras de 230 e 260 adolescentes respectivamente na validação da escala. Os 38 itens tipo Likert demonstraram saturação superior a .40. A consistência interna por alfa de Cronbach de cada um dos factores identificados variou entre .67 e .91. Foi possível demonstrar que a

ASRDS tem validade discriminante ao distinguir entre grupo delinquente e não delinquente (Pechorro, 2011).

Na sua validação à população portuguesa, após a tradução e pré-teste, recorrendo a 760 participantes adolescentes subdivididos em amostra forense (n=250) e amostra escolar (n=510), teve-se em conta o contexto cultural e realidade local (tal como recomendado por Mak, 1993 citado por Pechorro, 2011), o que levou a eliminar 3 itens dos 38 itens da escala original. Na validação adoptou-se uma resposta tipo Lickert de 3 pontos dos 5 ou 7 geralmente adoptados da escala original. Os resultados dos alfas foram muito bons dado estarem sempre acima de .90 para todas as amostras (Pechorro, 2011). Foram demonstradas propriedades psicométricas que na generalidade justificam a sua utilização na população adolescente portuguesa, nomeadamente a nível de validade factorial, consistência interna, validade divergente, concorrente e retrospectiva (Pechorro, 2015).

A escala identifica a presença de sete factores; 1=Roubo e furto (do item 1 ao 5), 2=Crimes rodoviários (do item 6 ao 11), 3=Crimes relacionados com drogas e álcool (do item 12 ao 17), 4=Agressão (do item 18 ao 21), 5=Vandalismo (do item 22 o 27), 6=Crimes em contexto escolar (do item 28 ao 30) e 7=Perturbação da ordem pública (do item 31 ao 35), sendo uma escala tipo Likert de 3 pontos (Nunca=0, Algumas vezes=1 e Frequentemente=2) as pontuações mais altas indicam maior envolvimento em actividade criminal (Pechorro, 2015).

O calculo do ponto de corte ideal teve em conta a sensibilidade e a especificidade calculadas por regressão logística binominal e por área de ROC, assim considerou-se o ponto de corte 16 como opção mais correcta e equilibrada (Domino & Domino, 2010^a citado por Pechorro, 2011),

No presente estudo o *alpha* de Cronbach deste instrumento revelou para os factores roubo .81, rodoviário .86, drogas .78, agressão .69, vandalismo .85, escolar .76 e perturbação da ordem publica .66. Na escala completa revela um *alpha* de Cronbach de .94 revelando assim uma boa consistência interna. Estes valores vão de encontro aos obtidos pelos autores da validação (Tabela 8).

2.4.3. Measuring State Resiliense (MSR)

A Measuring State Resilience (MSR) é uma das escalas componentes do Inventário Measuring State and Child Resilience (MSCR), desenvolvido por Hiew (1998) e adaptado à população portuguesa por Martins (2005). Tem como objectivo avaliar a intensidade da resiliência nos indivíduos. Este inventário foi construído com base na concepção de resiliência de Grotberg, referenciando a existência de três factores fundamentais: o factor *I am* (eu sou) que se refere às forças pessoais e internas do sujeito, ou seja, características da pessoa com uma saudável auto percepção e auto regulação (item 2, 15, 6, e 1); o factor *I can* (eu posso) que diz respeito às competências e habilidades pessoais e sociais, ou seja características de funcionamento pró-social, cognitivo, interpessoal e escolar (item 10, 13, 18, 12, 11, 4, 17 e 9) e por último, o factor *I have* (eu tenho) onde se incluem as relações e os papéis desempenhados pelo indivíduo, ou seja, relações afectivas e sociais fortes, modelos e apoio social (item 7, 5, 14, 16, 3 e 8). Trata-se de uma escala tipo Likert com 14 itens e cinco pontos que variam entre 1 = “discordo totalmente” e 5 = “concordo totalmente”, e avalia a resiliência – estado, ou seja a intensidade da resiliência no momento da avaliação.

Na sua validação à população portuguesa, a amostra foi constituída por 905 alunos com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos. Quanto às suas propriedades psicométricas, a Measuring State Resilience (MSR) apresenta características de fidelidade e de validade satisfatórias, com um alpha de Cronbach de .77, valor que se encontra dentro do intervalo de valores apresentado no estudo original de Hiew (.76 a .81) (Martins, 2011).

No presente estudo a consistência interna por o *alpha* de Cronbach foi de .77, valor igual ao da autora da validação portuguesa e dentro do intervalo recomendado pelo estudo original de Hiew (1998), (Tabela 8).

2.4.4. Questionário de Autoridade Parental (PAQ)

O Questionário de Autoridade Parental (PAQ) foi desenvolvido por Buri (1991) é um questionário que pretende avaliar retrospectivamente a percepção dos filhos relativamente aos estilos parentais (permissivo, autoritativo e autoritário) definidos por Baumrind (1971 citado por Craddock, A., Church, W., & Sands, A., (2009). Este

instrumento inicialmente com 48 itens foi reduzido a 36 na primeira avaliação realizada por 21 profissionais, tendo mais tarde ficado por 30 itens. A escala original apresenta bons resultados quanto à fiabilidade (Buri, 1991)

A adaptação da escala para a população portuguesa foi realizada por Morgado, Maroco, Miguel, Machado e Dias (2006), numa amostra com 537 adolescentes, revelando propriedades psicométricas adequadas (coeficiente de alfa de Cronbach $\geq .7$). O instrumento é constituído por 30 itens (10 itens para cada tipo de estilo parental), que correspondem aos três estilos de autoridade parental: permissivo (item 1, 6, 10, 13, 14, 17, 19, 21, 24 e 28), autoritativo (item 4, 5, 8, 11, 15, 20, 22, 23, 27 e 30) e autoritário (item 2, 3, 7, 9, 12, 16, 18, 25, 26, e 29) que são avaliados numa escala de cinco níveis, variando de “discordo totalmente” (1) a “concordo muito” (5), com a medida central especificada como “não concordo nem discordo”. O score da escala situa-se entre o 10 (valor mínimo) e o 50 (valor máximo), sendo que o resultado mais elevado nas subescalas indica a predominância do Estilo Parental.

No Presente estudo o *alpha* de Cronbach deste instrumento revelou propriedades psicométricas adequadas $> .7$ (Permissivo .74, autoritário .79 e autoritativo .88). Estes resultados vão de acordo aos resultados da validação portuguesa (Tabela 8).

Tabela 8

Alpha de Cronbach – ASRDS, MSR e PAQ

	Escala original	Escala adaptada	Presente estudo
ASRDS	.91	.96	.94
MSR	.76	.77	.77
PAQ	$>.7$	$>.7$	$>.7$

Nota: ASRDS - Escala de Delinquência Auto-Reportada Adaptada para Adolescentes, MSR - *Measuring State Resiliense* e PAQ - Questionário de Autoridade Parental

2.5. Procedimentos

2.5.1. Procedimentos de recolha de dados

O projecto foi submetido à Comissão de Ética da Universidade Autónoma de Lisboa, que formado por peritos de diversas áreas, foi aprovado sem sugestão de alterações.

De forma a tornar possível a utilização dos instrumentos foi realizado um pedido formal aos responsáveis pela sua tradução e adaptação à população portuguesa, neste sentido foi enviado pedido formal via correio electrónico para: José Morgado – PAQ, Pedro Pechorro – ASRDS e Helena Martins – MSR, que foram todos concedidos.

No que respeita aos procedimentos de recolha de dados, o primeiro passo foi a realização de um pedido formal via correio electrónico às instituições onde se pretende administrar os instrumentos: Escola (Anexo F) e casas de acolhimento do distrito de Faro, designadamente, Tavira, Vila Real de Stº António e Faro, todos deferidos (Anexo H e J)

Procedimentos de recolha de dados no estabelecimento de ensino:

Após a aprovação para a realização do estudo, foi enviado aos encarregados de educação um documento de consentimento informado a explicitar o âmbito do estudo, os seus objectivos e o necessário á sua participação, assim como garantidos os direitos de anonimato e confidencialidade dos dados, que deverão devolver, assinado, se autorizam ou não a participação dos educandos no estudo. Este documento foi enviado aos encarregados de educação através da direcção da escola que os passou aos directores de turma que por sua vez os entregaram aos encarregados de educação(Anexo N).

A aplicação dos questionários foi consoante disponibilidade do estabelecimento de ensino de modo a não interferir com o decurso regular da actividade lectiva.

Os dados são apenas para este estudo, sendo assegurada a confidencialidade e o anonimato das respostas recolhidas pelo que os instrumentos não possuem qualquer campo de identificação, apenas um código numérico para facilitar o seu tratamento estatístico.

A sua aplicação decorreu em grupo, por turma, num só momento, com o apoio dos directores de turma, pelo psicólogo do agrupamento e pela investigadora no mês de Novembro de 2016.

Procedimentos de recolha nas Casas de Acolhimento:

Após aprovação para a realização do estudo, foi aplicado os questionários segundo orientações dos responsáveis, neste caso, foram aplicados individualmente, numa sala apenas com a investigadora, de modo a perturbar o menos possível as actividades da casa.

A sua aplicação decorreu no mês de Novembro de 2016.

2.5.2. Procedimentos estatísticos

Após a recolha dos dados, estes foram tratados recorrendo-se ao programa estatístico SPSS 21. Para o efeito, considerou-se um nível de significância de 5% ($\alpha = ,05$), tendo-se recorrido a várias ferramentas e procedimentos. Assim, começa por realçar-se que, em termos descritivos, as variáveis de tipo qualitativo foram alvo de análises de frequências, enquanto, as quantitativas foram descritas recorrendo-se a medidas de tendência central e de dispersão. Adicionalmente, no âmbito da comparação entre grupos, recorreu-se unicamente a ferramentas paramétricas. De facto, tal como realçado por Pestana e Gageiro (2003) e por Field (2009), na medida em que todas os grupos em comparação tinham mais de 30 unidades amostrais, pôde, recorrendo-se ao teorema do limite central, presumir-se que as distribuições das variáveis em análise teriam uma distribuição aproximadamente normal. Tal presunção foi igualmente considerada nas análises correlacionais realizadas. Dito isto, sempre que se pretendeu comparar a média de uma variável quantitativa entre dois grupos independentes, recorreu-se a testes t para amostra independentes. Complementarmente, no âmbito do uso dos testes t, calcularam-se medidas de magnitude de efeito Eta. Por fim, quando se pretendeu explorar associações entre pares de variáveis quantitativas, normalmente distribuídas, utilizaram-se coeficientes de correlação de *Pearson* e, quando o objectivo foi explorar associações entre uma variável de carácter qualitativo (ordinal) e outra quantitativa utilizaram-se coeficientes de correlação de *Spearman*.

PARTE III

RESULTADOS

3.1. Características sociodemográficas dos jovens institucionalizados e não institucionalizados

Dada a discrepância existente quanto ao número de inquiridos institucionalizados ($n = 39$) e aqueles que não se encontram institucionalizados, ($n = 136$), de modo a poder realizar-se de forma mais adequada a comparação de tais grupos, procedeu-se à selecção, de forma aleatória, de uma amostra de aproximadamente 30% dos inquiridos não institucionalizados ($n = 42$). Dito isto, em ambos os grupos, as idades dos participantes variam entre os 13 e os 17 anos, todavia, os participantes institucionalizados têm uma idade média ($M = 15.51$; $DP = 1.12$) mais elevada do que os que não se encontram institucionalizados ($M = 14.74$; $DP = 1.21$).

Nas Tabelas 9 e 10, é possível encontrar-se informações que permitem caracterizar sociodemograficamente os inquiridos não institucionalizados e aqueles que se encontram institucionalizados (referente à **questão nº1 – Quais as características sociodemográficas dos jovens institucionalizados e não institucionalizados?**). Deste modo, pode observar-se que metade dos jovens não institucionalizados frequentam o 9º ano de escolaridade (50.0%; $n = 21$), estando os restantes repartidos entre o 7º e 8º ano. No grupo de inquiridos institucionalizados, os anos escolares frequentados são mais heterogéneos, isto é, variam entre o 5º e o 12º ano, sendo que o 9º, 7º e 10º são os mais representados (25.6%; $n = 10$ e 23.1%; $n = 9$ e 20.5%; $n = 8$ respectivamente). Na tabela 9, pode observar-se que 35.7% ($n = 15$) dos inquiridos não institucionalizados mencionaram nunca terem reprovado um ano escolar, encontrando-se os restantes divididos entre uma (16.7%; $n = 7$) e mais de três reprovações (4.8%; $n = 2$). No grupo de participantes institucionalizados, não existe ninguém que nunca tenha reprovado um ano escolar, sendo que, o número de reprovações mais comum é de duas (35.9%; $n = 14$).

Ainda na mesma Tabela (9), pode observar-se que a maioria dos inquiridos não institucionalizados e institucionalizados mencionou não ter qualquer tipo de actividade ocupacional (52.4%; $n = 22$ e 56.4%; $n = 22$ respectivamente), sendo que, considerando os restantes, a actividade mais representativa em ambos os grupos é a prática de actividades desportivas (45.2%; $n = 19$ e 38.5%; $n = 15$ respectivamente). Por fim, a esmagadora maioria dos participantes não institucionalizados mencionou nunca ter praticado qualquer tipo de crime (97.6%; $n = 41$), sendo que, considerando o grupo de inquiridos institucionalizados esse número é menos expressivo (69.2%; $n = 27$).

Tabela 9

Caracterização dos participantes não institucionalizados e institucionalizados (N=81)

		Não institucionalizados	Institucionalizados
		%/n	%/n
Ano Escolar Frequentado			
.	5º ano	-	2.6/1
.	6º ano	-	10.3/4
.	7º ano	9.5/4	23.1/9
.	8º ano	40.5/17	15.4/6
.	9º ano	50.0/21	25.6/10
.	10º ano	-	20.5/8
.	12º ano	-	2.6/1
Reprovações Escolares			
.	0	35.7/15	-
.	1	16.7/7	28.2/11
.	2	31.0/13	35.9/14
.	3	11.9/5	17.9/7
.	>3	4.8/2	17.9/7
Actividade ocupacional			
.	Nenhuma	52.4/22	56.4/22
.	Música	-	2.6/1
.	Escuteiros	2.4/1	2.6/1
.	Desporto	45.2/19	38.5/15
Envolvimento em crimes			
.	Nenhum	97.6/41	69.2/27
.	Furto	2.4/1	23.1/9
.	Tráfico	-	2.6/1
.	Agressão	-	5.1/2

Na Tabela 10, pode observar-se que, considerando os participantes não institucionalizados, o grau de escolarização dos pais e das mães mais frequente é a relativa ao 3º Ciclo (28.6%; $n = 12$ e 38.1%; $n = 16$), sendo seguida pelo 1º Ciclo no caso dos pais (23.8%; $n = 10$) e, no caso das mães, pelo ensino Secundário e 2º Ciclo (19.0%; $n = 8$ em ambos os casos). Por outro lado, no grupo de jovens institucionalizados, o grau de escolarização dos pais e das mães mais frequente é igualmente o 3º Ciclo (28.2%; $n = 11$ e 38.5%; $n = 15$), sendo seguida pelo 2º Ciclo no caso dos pais (17.9%; $n = 7$) e, no caso das mães, pelo 2º e 1º Ciclo (15.4%; $n = 6$ em ambos os casos). Relativamente à situação profissional dos pais dos participantes não institucionalizados, verificou-se que 69.0% ($n = 29$) dos pais e 57.1% ($n = 29$) das mães encontrava-se a exercer algum tipo de actividade profissional. Por sua vez, nos participantes institucionalizados, esses números são um pouco mais modestos, isto é,

61.5% ($n = 24$) dos pais e 43.6% ($n = 17$) das mães encontravam-se a trabalhar. Por fim, ainda na Tabela supramencionada, pode verificar-se que, em ambos os grupos em comparação, as tipologias familiares mais comuns são as de tipo nuclear e monoparental. Apesar do mencionado, note-se que, enquanto nos grupo de jovens não institucionalizados a tipologia de família nuclear é a mais comum (40.5%; $n = 17$), sendo seguida pela de tipo monoparental (35.7%; $n = 15$), no outro grupo, as famílias monoparentais são as mais comuns (43.6%; $n = 17$), sendo, então, seguidas pelas de tipo nuclear (25.6%; $n = 10$).

Tabela 10

Caracterização da Família por tipologia do jovem (N=81)

		Não Institucionalizados		Institucionalizados	
		%/n	%/n	%/n	%/n
		Pai	Mãe	Pai	Mãe
Escolarização dos pais					
	Inferior a 1º Ciclo	2.4/1	0/0	2.6/1	0/0
	1º Ciclo	23.8/10	9.5/4	15.4/6	15.4/6
	2º Ciclo	7.1/3	19.0/8	17.9/7	15.4/6
	3º Ciclo	28.6/12	38.1/16	28.2/11	38.5/15
	Ensino Secundário	14.3/6	19.0/8	7.7/3	7.7/3
	Ensino Superior	4.8/2	4.8/2	0/0	5.1/2
	Desconhecida	19.0/8	9.5/4	28.2/11	17.9/7
Situação Profissional dos pais					
	A trabalhar	69.0/29	57.1/24	61.5/24	43.6/17
	Desempregado	2.4/1	19.0/8	7.7/3	30.8/12
	Reformado/Pensionista	0/0	0/0	0/0	2.6/1
	Desconhecida	28.6/12	23.8/10	30.8/12	23.0/9
Tipologia Familiar					
	Nuclear	40.5/17		25.6/10	
	Nuclear alargada	2.4/1		-	
	Monoparental	35.7/15		43.6/17	
	Monoparental alargada	7.1/3		12.8/5	
	Recomposta	7.1/3		10.3/4	
	De outro tipo	7.1/3		7.7/3	

3.2. Questionário de autoridade parental (PAQ) em jovens institucionalizados e não institucionalizados

Os dados encontrados na Tabela 11, permitem perceber quais os estilos parentais predominantes percebidos pelos inquiridos não institucionalizados e naqueles que estão institucionalizados, referente á questão de investigação nº 2 – **Quais os Estilos Parentais predominantes percebidos pelos jovens institucionalizados e não institucionalizados?** Dito isto, é possível observar-se que, nos jovens não institucionalizados, o estilo parental percebido com a média mais elevada é o Autoritativo ($M = 34.64$; $DP = 8.48$), sendo o Permissivo aquele que apresenta a média mais baixa ($M = 29.19$; $DP = 5.40$). Por sua vez, no grupo de jovens institucionalizados, a média mais elevada é encontrada no estilo Autoritário ($M = 34.74$; $DP = 7.18$), sendo a mais baixa também encontrada no estilo Permissivo ($M = 29.44$; $DP = 7.22$).

Ainda na mesma Tabela, podem observar-se análises relativas à comparação da percepção dos estilos parentais entre jovens não institucionalizados e institucionalizados (questão de investigação nº 5 – **Existirão diferenças nos Estilos Parentais percebidos pelos jovens institucionalizados e não institucionalizados?**). Na medida em que ambos os grupos têm mais de 30 observações, tal como mencionado por Field (2009), pode assumir-se que os dados têm uma distribuição aproximadamente normal, pelo que, para se compararem as médias obtidas no Questionário de Autoridade Parental (PAQ) entre os dois grupos em análise utilizou-se a estatística t. Deste modo, pôde verificar-se que nenhum dos estilos parentais resultou em diferenças estatisticamente significativas e, tampouco foi encontrada qualquer magnitude de efeito digna de realce.

Tabela 11

Testes t e medidas descritivas do PAQ por tipologia do jovem (N=81)

		<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>t</i>	<i>p</i>	<i>Eta</i>
Estilo permissivo	Não institucionalizados	29.19	5.40	-0.17/79	.862	.02
	Institucionalizados	29.44	7.22			
Estilo autoritário	Não institucionalizados	33.05	5.81	-1.17/79	.244	.13
	Institucionalizados	34.74	7.18			
Estilo autoritativo	Não institucionalizados	34.64	8.48	0.27/79	.785	.03
	Institucionalizados	34.13	8.43			

Nota: N_{não institucionalizados} = 42; N_{institucionalizados} = 39

3.3. Escala de delinquência auto-reportada adaptada (ASRDS) em jovens não institucionalizados e institucionalizados

Os dados encontrados na Tabela 12, permitem perceber, nos jovens institucionalizados e nos jovens não institucionalizados, as pontuações obtidas na Escala de Delinquência Auto-Reportada (ASRDS), que se refere á questão de investigação nº 3 – **Quais os scores na escala da delinquência dos jovens institucionalizados e não institucionalizados?**. Deste modo, a análise da referida Tabela permite concluir que, no grupo de jovens não institucionalizados, as subescalas do ASRDS que apresentam as médias mais elevadas são a Perturbação da Ordem Pública ($M = 2.21$; $DP = 1.98$) e os Crimes com Drogas e Álcool ($M = 1.60$; $DP = 2.01$), sendo o total da Escala de 7.29 ($DP = 7.14$). Por sua vez, no grupo de jovens institucionalizados, as subescalas com as médias mais elevadas correspondem à Perturbação da Ordem Pública ($M = 3.21$; $DP = 2.55$), aos Crimes com Drogas e Álcool ($M = 2.92$; $DP = 2.73$) e ao Roubo e Furto ($M = 2.90$; $DP = 2.64$), sendo a média do total da Escala de 15.44 ($DP = 13.14$).

Ainda na Tabela 12 e respondendo á questão de **investigação nº 6 – Existirão diferenças nos scores de delinquência dos jovens institucionalizados e não institucionalizados?**, podem observar-se análises relativas à comparação dos comportamentos delinquentes entre jovens não institucionalizados e institucionalizados. Para os efeitos de tal análise e, à semelhança do descrito na análise anterior, também neste caso se recorreu à estatística t. Desta forma, verifica-se que oito das nove variáveis resultantes da ASRDS revelaram ter médias significativamente diferentes entre os dois grupos de jovens, sendo a Perturbação da Ordem Pública a única exceção. Note-se que, em todas essas variáveis, os jovens institucionalizados apresentam médias superiores aos restantes. Dito isto, destacam-se as subescalas de Roubo e Furto ($t_{61,76} = -3.67$; $p = .001$; $\eta = .39$) e a relativa ao Vandalismo ($t_{50,82} = -3.11$; $p = .003$; $\eta = .34$) como sendo aquelas que apresentaram magnitudes de efeito ligeiramente superiores às restantes, pese embora essas ainda sejam modestas. Por fim, destacam-se igualmente as diferenças encontradas no total da escala (ASRDS total), na medida em que se trata de uma medida compósita e dado que também apresenta uma magnitude de efeito que pode ser considerada moderada ($t_{57,68} = -3.43$; $p = .001$; $\eta = .37$).

Tabela 12

Testes t e medidas descritivas da ASRDS por tipologia de jovem (N=81)

		<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>t</i>	<i>p</i>	<i>Eta</i>
ASRDS total	Não institucionalizados	7.29	7.14	-3.43/57.68***	.001	.37
	Institucionalizados	15.44	13.14			
Roubo e furto	Não institucionalizados	1.10	1.61	-3.67/61.76***	.001	.39
	Institucionalizados	2.90	2.64			
Crimes rodoviários	Não institucionalizados	0.29	0.86	-2.20/47.65**	.033	.25
	Institucionalizados	1.15	2.32			
Crimes com drogas e álcool	Não institucionalizados	1.60	2.01	-2.48/69.64**	.016	.27
	Institucionalizados	2.92	2.73			
Agressão	Não institucionalizados	0.19	0.71	-2.66/57.29**	.010	.29
	Institucionalizados	0.82	1.32			
Vandalismo	Não institucionalizados	0.71	1.29	-3.11/50.82***	.003	.34
	Institucionalizados	0.33	3.00			
Crimes em contexto escolar	Não institucionalizados	1.19	1.37	-2.51/69.73**	.014	.27
	Institucionalizados	2.10	1.85			
Perturbação da ordem pública	Não institucionalizados	2.21	1.98	-1.94/71.74	.056	.22
	Institucionalizados	3.21	2.55			
Comportamentos delinquentes	Não institucionalizados	1.17	0.38	-2.47/70.65**	.016	.27
	Institucionalizados	1.41	0.50			

Nota: N_{não institucionalizados} = 42; N_{institucionalizados} = 39; * $p \leq .05$ ** $p \leq .01$ *** $p \leq .001$

3.4. Escala de resiliência – Measuring State Resilience (MSR) em jovens institucionalizados e não institucionalizados

No sentido de se responder às questões de **investigação nº 4 – Quais os níveis de resiliência nos jovens institucionalizados e não institucionalizados?** e **nº 7 – Existiram diferenças nos níveis de resiliência percebidos pelos jovens institucionalizados e não institucionalizados?**, recorreu-se de novo à estatística t. Dito isto, na Tabela 12 é possível observar-se que a média da resiliência, nos jovens não institucionalizados ($M = 59,36$; $DP = 5,49$) é marginalmente superior ($t_{66,41} = 1,99$; $p = .051$; $\eta = .22$) à dos que se encontram institucionalizados ($M = 56,28$; $DP = 8,06$), sendo que a magnitude de tais diferenças é modesta.

Tabela 13

Testes t e medidas descritivas da MSR por tipologia de jovem (N=81)

		<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>t</i>	<i>p</i>	<i>Eta</i>
Resiliência (MSR)	Não institucionalizados	59.36	5.49	1.99/66.41	.051	.22
	Institucionalizados	56.28	8.06			

Nota: MSR - *Measuring State Resilience*; * $p \leq .05$ ** $p \leq .01$ *** $p \leq .001$

3.5. Correlações entre estilos parentais, delinquência e resiliência em jovens institucionalizados e não institucionalizados

De modo a perceber se existiriam associações entre os estilos parentais, a resiliência e a delinquência, nos jovens não institucionalizados e naqueles que se encontram institucionalizados (**questão de investigação nº 8 – Haverá correlações entre os estilos parentais, a resiliência e a delinquência no grupo de jovens institucionalizados e não institucionalizados?**), na medida em que todas as variáveis podem ser consideradas quantitativas e dado que o tamanho das amostras permite a presunção de normalidade, recorreu-se, para o efeito, ao cálculo de coeficientes de correlação de *Pearson*. Dito isto, na Tabela 13, pode observar-se que no grupo de jovens não institucionalizados, destaca-se que não existe qualquer correlação significativa entre os estilos parentais e os comportamentos delinquentes, nem entre os estilos parentais e a resiliência e, tampouco, entre os comportamentos delinquentes e a resiliência.

Por sua vez, no grupo de inquiridos institucionalizados, só se encontrou uma correlação significativa, de magnitude moderada, entre o estilo parental autoritativo e a resiliência ($r = .41$). Tal, sugere que a adopção de um estilo parental autoritativo estará, neste grupo, associada a maiores níveis de resiliência.

Por fim, realça-se que estes dados inviabilizam a exploração, através de modelos de regressão, da relação existente entre os Estilos Parentais e os Comportamentos Delinquentes sob o efeito moderador da Resiliência (**questão de investigação nº 10 – A resiliência funciona como factor moderador entre os estilos parentais e o comportamento delincente nos jovens institucionalizados e não institucionalizados?**).

Tabela 14

Correlações de Pearson - PAQ, ASRDS e MSR por tipologia de jovem (N=81)

	1	2	3	4	5
Não institucionalizados					
1 - Estilo permissivo	-	-.32*	.53**	.06	.06
2 - Estilo autoritário		-	-.20	-.12	-.05
3 - Estilo autoritativo			-	.26	-.15
4 - MSR				-	-.17
5 - ASRDS total					-
Institucionalizados					
1 - Estilo permissivo	-	-.10	.38*	.26	.12
2 - Estilo autoritário		-	.09	.15	-.01
3 - Estilo autoritativo			-	.41*	-.06
4 - MSR				-	.19
5 - ASRDS total					-

Nota: 1 = Estilo permissivo; 2 = Estilo autoritário; 3 = Estilo autoritativo; 4 = MSR; 5 = ASRDS total; * $p \leq .05$ ** $p \leq .01$ *** $p \leq .001$

3.6. Correlações entre estilos parentais delinquência e resiliência e variáveis sociodemográficas em jovens institucionalizados e não institucionalizados

De modo a explorar-se a existência de associações entre algumas características sociodemográficas dos jovens não institucionalizados ou institucionalizados, com os estilos parentais, a resiliência e a delinquência (**questão de investigação nº 9 – Haverá correlações entre as variáveis sociodemográficas e os estilos parentais, a resiliência e a delinquência em jovens institucionalizados e não institucionalizados?**), utilizaram-se coeficientes de correlação de *Pearson* e *Spearman*. O primeiro foi utilizado no âmbito da utilização da variável “idade”, na medida em que, tanto esta como os estilos parentais, a resiliência e a delinquência são quantitativas e podem ser consideradas aproximadamente normais (teorema do limite central). Por outro lado, o coeficiente de *Spearman* foi utilizado sempre que uma das variáveis envolvidas tivesse características ordinais (ano escolar; reprovações escolares e escolarização de pais e mães). Deste modo, considerando os jovens não institucionalizados, a análise da Tabela 14 permite concluir que: à medida que a idade dos inquiridos é maior, a frequência de comportamentos delinquentes é também ela maior, sendo a magnitude de tal associação

relativamente modesta ($r = .36$); os inquiridos que frequentam anos escolares mais baixos têm uma maior percepção de um estilo parental autoritativo, sendo que, a magnitude de tal associação é moderada ($\rho = -.37$); à medida que o grau de escolarização das mães é maior, os níveis de resiliência e a percepção de um estilo parental autoritativo são também eles maiores, sendo a magnitude de tais associações também relativamente modestas ($\rho = .36$ e $\rho = .39$ respectivamente). Por outro lado, ao considerarem-se os participantes institucionalizados, encontraram-se igualmente algumas correlações estatisticamente significativas, a saber: à medida que a idade dos inquiridos é maior, a frequência de comportamentos delinquentes é também ela maior, sendo a magnitude de tal associação relativamente modesta ($r = .35$); os inquiridos que frequentam anos escolares mais baixos têm uma maior percepção de um estilo parental permissivo e exibem menores níveis de resiliência, sendo que, no primeiro caso a magnitude de tal associação é moderada ($\rho = -.42$) e relativamente fraca no segundo ($\rho = -.33$); à medida que o grau de escolarização dos pais é maior, a percepção de um estilo parental autoritativo é também ela maior, sendo a magnitude de tal associação relativamente fraca ($\rho = .34$).

Tabela 15

Correlações: Variáveis sociodemográficas, PAQ, MSR e ASRDS por tipologia de jovem

			Estilo	Estilo	Estilo	MSR	ASRDS
			permissivo	autoritário	autoritativo		total
Participantes não institucionalizados	Idade	<i>r</i>	-.01	.03	-.20	-.14	.36*
	Ano escolar frequentado	<i>rho</i>	-.24	-.07	-.37*	-.11	.18
	Reprovações escolares	<i>rho</i>	.23	.00	-.03	-.10	.27
	Escolarização do pai	<i>rho</i>	-.07	.00	-.12	-.02	-.06
	Escolarização da mãe	<i>rho</i>	.12	-.13	.39**	.36*	-.28
Participantes institucionalizados	Idade	<i>r</i>	-.24	-.17	-.35*	-.24	.09
	Ano escolar frequentado	<i>rho</i>	-.42**	-.05	-.25	-.33*	.16
	Reprovações escolares	<i>rho</i>	.27	-.29	.01	.24	.04

		Estilo permissivo	Estilo autoritário	Estilo autoritativo	MSR	ASRDS total
Escolarização do pai	<i>rho</i>	-.06	.09	.34*	.16	-.04
Escolarização da mãe	<i>rho</i>	-.21	.19	.04	.09	.17

Nota: * $p \leq .05$ ** $p \leq .01$ *** $p \leq .001$

PARTE IV

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a apresentação dos resultados, passamos à discussão dos resultados tendo em conta o seu enquadramento teórico. Não se tendo encontrado nenhum estudo com estas variáveis apenas se colocou questões de investigação com base nos objectivos específicos, nomeadamente: Analisar as características sociodemográficas, estilo parental predominantes, scores de delinquência e níveis de resiliências em jovens institucionalizados e não institucionalizados; comparar os Estilos Parentais predominantes, os scores de delinquência e os níveis de Resiliência, nos adolescentes institucionalizados e não institucionalizados; explorar a relação entre variáveis sociodemográficas de critério (idade, escolaridade, escolaridade dos pais, etc.) sobre as variáveis em estudo (Estilos Parentais, Resiliência e Comportamentos Delinquentes) nos adolescentes institucionalizados e não institucionalizados; verificar se a Resiliência contribui como factor protector face aos comportamentos delinquentes (variável mediadora entre estilos parentais e comportamentos delinquentes). Como já foi mencionado, não foi encontrado nenhum estudo que contivesse todas estas variáveis em estudo e no mesmo contexto, razão pela qual não colocamos hipóteses e apenas colocamos questões de investigação.

Importa ainda referir que todos os questionários são de auto-resposta, por isso, os resultados são apenas sobre a percepção dos adolescentes.

Analizados os participantes na sua totalidade (n=175), os resultados apresentam as seguintes características: as idades são compreendidas entre os 13 e os 17 anos (n=90 do sexo masculino e n=85 do sexo feminino). Este intervalo de idade diz respeito ao 5º estágio que Erikson denominou *identidade vs confusão*, que pressupõe a construção de identidade numa exploração de papéis que podem incorrer nalguns comportamentos delinquentes como forma de socialização (Benavente, 2002)

A maioria frequenta o 9º ano e 32% nunca reprovou, sendo que 29.1% reprovou duas vezes.

A maioria (57.7%) não tem qualquer tipo de actividade extracurricular, e quem tem prefere o desporto.

N=162 participantes nunca praticou nenhum crime, n=13 já praticou e destes 13, 10 afirmam ter furtado.

Quanto às características familiares, a maioria tem o 3ª ciclo e as mães são mais escolarizadas do que os pais, no entanto a maioria dos pais trabalha, ao contrário das 41 mães desempregadas.

Salientamos ainda um dado curioso, 51 filhos desconhecem a situação profissional do pai e 36 desconhece a situação profissional da mãe.

A maior percentagem, quanto á tipologia familiar, pertence á tipologia nuclear seguida da tipologia monoparental.

Do total de participantes (n=175), n=136 são provenientes de uma escola, a viverem em meio natural de vida, logo, não institucionalizados e n=39 encontram-se institucionalizados em casas de acolhimento, sendo a negligência parental o maior motivo de institucionalização (51.3%), seguido de maus tratos e absentismo escolar, números idênticos aos apontados pelo relatório CASA (2016) e pelo relatório Eurochild (2010).

Finalizada a caracterização geral do total dos participantes e tendo em conta a diferença numérica dos dois grupos que se pretende estudar (institucionalizados n=39 e não institucionalizados n=136) procedeu-se á escolha, de forma aleatória, de uma amostra de n=42 não institucionalizados e n=39 institucionalizados, num total de n=81 participantes. Assim proceder-se-á á discussão dos resultados dos dois grupos distintos: institucionalizados e não institucionalizados.

4.1. Descritiva sociodemográfica dos jovens não institucionalizados e institucionalizados

A descritiva sociodemográfica apresenta algumas diferenças entre os dois grupos, nomeadamente, a idade média é mais elevada no grupo institucionalizado 15 anos e no grupo não institucionalizado 14 anos.

Quanto ao ano escolar, apesar de a maioria frequentar o 9º ano, é de referir que 50% dos participantes não institucionalizados está no 9º seguido de 40.5% que está no 8º ano, enquanto 25.6% dos participantes institucionalizados está no 9º e 23.1% está no 7º, o que pode justificar a discrepância nas reprovações, designadamente, não existe nenhum participante institucionalizado que nunca tenha reprovado, sendo a média 2 reprovações, enquanto que o grupo não institucionalizado a maioria nunca reprovou o que corrobora com a lista de factores de risco de Barnoski, (1997a,1997b,1997c), e de Gonçalves (2000), associado á delinquência, assim, na questão do envolvimento em crimes, apenas um participante não institucionalizado afirmou ter cometido o crime de furto, enquanto

doze institucionalizados afirmam ter estado envolvido em crimes (23.1% em furtos; 5.1% em agressões e 2.6% em tráfico).

Quanto às características sociodemográficas familiares, estas não apresentam diferenças estatisticamente significativas, nestes resultados apenas de salientar que existem mais mães desempregadas nos jovens institucionalizados e que nos jovens não institucionalizados que nos remete para a advertência de Rutter (2000) que, não é os meios mais desfavorecidos que impulsionam os comportamentos delinquentes, mas sim os pais com dificuldades económicas que comprometem as funções parentais e por conseguinte aumenta o stress e a ineptidão familiar. Quanto à tipologia familiar mais comum é a nuclear, e nos jovens institucionalizados é a monoparental, apoiado pelos resultados de Vanassche (2014) que refere que os estudos recentes apontam para que os comportamentos delinquentes estão mais presentes em rapazes provenientes de famílias monoparentais. Salientamos novamente a quantidade de jovens que não sabem nem a escolaridade dos pais nem a sua situação profissional, este desconhecimento é ligeiramente maior nos jovens institucionalizados.

4.2. Estilos parentais percebidos por jovens institucionalizados e não institucionalizados

Os jovens não institucionalizados, a média mais alta percebe o estilo parental autoritativo como predominante, o que está de acordo com estudos feitos em Portugal (Pires, 2010; Pires, Jesus e Hipólito, 2011; Paz, 2014), no que concerne à cultura e advertido por Baumrind (1978) visto que nas culturas hispânicas, asiáticas e americanas o estilo predominante é o Autoritário (Dornbush, et al., 1987 citado por Paz).

Os jovens institucionalizados, a média mais alta percebe o estilo parental como Autoritário como o predominante (Q2).

Se o grande motivo da institucionalização foi a negligência parental (51.3%, $n=20$) e em último o estilo permissivo, e que apenas 5 estão institucionalizadas por maus-tratos, parece que os dados fornecidos ou percebidos pelos jovens não estão em conformidade, o que nos remete para a possibilidade de justificar-se, tanto pela desabilidade social que leva os participantes do estudo, conscientemente ou não a apresentarem uma imagem idealizada em conformidade com os valores socialmente aceites (Pechorro, et al., 2016), como pela idealização dos pais, numa espécie de

idealização com a função de compensação (Pires, Jesus e Hipólito, 2011; Pires, 2010; De Antoni e Koller, 2000), corroborado pela magnitude de efeito que não encontrou diferenças estatisticamente significativas na percepção dos jovens quanto aos Estilos Parentais. (Q5)

4.3. Delinquência auto-reportada por jovens institucionalizados e não institucionalizados

Os jovens não institucionalizados relatam na maioria o crime de perturbação da ordem pública, seguido de crimes de consumo ou posse de drogas e álcool e crimes em contexto escolar, é de salientar que na questão nº10 do questionário sociodemográfico (Anexo B) – Já se envolveu em situações qualificadas pela lei como crime (Tutelar Educativo)? Apenas um participante confirmou o seu envolvimento num furto, enquanto no questionário de delinquência auto-reportada o número foi muito superior. Esta informação corrobora com a literatura na medida em que, segundo alguns autores os números de criminalidade estão longe de reflectir a realidade e que o auto-relato é muito mais fidedigno (Gonçalves, 2000; Pechorro, 2011; Pechorro et al., 2015; Born, 2005; Negreiros, 2008).

Os jovens institucionalizados igualam na maioria que relata perturbação da ordem pública, seguido igualmente de crime de consumo ou posse de drogas e álcool, todavia, segue-se também roubo e furto. (Q3)

Como já referido, os jovens institucionalizados têm a média mais alta de auto-relatos de delinquência em relação ao jovens não institucionalizados pois praticam em dobro actos delinquentes, comparativamente ao outro grupo, nomeadamente os scores de roubo e furto e vandalismo, encontrando-se uma magnitude de efeito considerada moderada. (Q6)

Importa reflectir acerca dos dados do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2016, que aponta uma diminuição da delinquência em Portugal desde 2002. Consideramos que estes dados oficiais possam estar simulados, ou seja, nestes últimos anos com a reformulação das tutorias, tribunais de menores, segurança social, direcção geral de reinserção e dos serviços prisionais e comissões de protecção a crianças e jovens, o que se observa é uma intervenção mais precoce. Um jovem que comece a faltar á escola e cometa uns pequenos delitos é, muitas vezes institucionalizado de forma a mudar comportamentos. Há uns anos, o delinquente era encaminhado para

Centros Educativos quando o nível de “crimes” o justificassem, o que os mantinha a delinquir muito mais tempo por falta de recursos, neste momento, os jovens são encaminhados, muitas vezes tendo em consideração o seu problema e de uma forma mais rápida, seja para centros educativos (crimes), seja para comunidades terapêuticas especializadas e exclusivas para jovens, as quais não existiam em Portugal que visa o tratamento de possível dependência de substâncias psicoactivas, nomeadamente, cannabis, ou para casas de acolhimento devido ao risco que este corre, seja por motivos pessoais, familiares ou outros.

4.4. Níveis de resiliência em jovens institucionalizados e não institucionalizados

A média da resiliência é superior nos jovens não institucionalizados. (Q4), apesar da sua magnitude de efeito ser moderada (Q7), o que não está em conformidade com alguns estudos que não encontram diferenças entre jovens institucionalizados e não institucionalizados (Silva, Lemos & Nunes, 2013; Ungar & Teram, 2000).

Estes dados estão de acordo com a teoria de Werner e Smith (2005) uma vez que as autoras identificam três factores que promovem a resiliência: a própria personalidade, um cuidador de confiança e a pertença a uma comunidade, que em princípio está em conformidade com os jovens não institucionalizados, todavia, os jovens institucionalizados debatem-se aqui com algumas vulnerabilidades, nomeadamente a situação psicológica, o sentimento de solidão e frustração de estar institucionalizado e muitas vezes mais longe da família do que as entidades competentes advertem, ou seja, estão em debilidade emocional, junta-se o não ter ninguém de confiança e não estão na comunidade de pertença, tudo o que, segundo Werner e Smith (2005) apontam como não promotor de resiliência.

Bayle e Martinet (2008) afirmam que, uma boa relação com a família pautada de sentimentos de segurança e conforto promove competências sociais e resiliência. São vários os autores que defendem que a família favorece a resiliência, assim é de esperar que os jovens institucionalizados tenham scores mais baixos do que os jovens que vivem com a família (Cavaco, 2010; Ferreira, 2015; Grotberg, 2005; Anaut, 2002; Polo, 2009; Martins, 2005)

Tendo em consideração que a literatura define a Resiliência como um processo que encoraja o individuo a encarar os riscos com eficácia (Rutter, 1987), então poder-

se-á considerar os jovens institucionalizados ainda assim resilientes, uma vez que, apesar da média dos níveis de resiliência ser muito superior nos jovens não institucionalizados, a sua magnitude de efeito foi moderada. Considerando que a literatura adverte para que a resiliência seja medida e testada a quem está em situações adversas (Reppold, Mayer, Almeida & Hutz, 2011) então surge uma falha neste estudo, tudo indica que a análise da resiliência devia ter sido analisada a um grupo na mesma situação, ou seja, ao grupo de jovens institucionalizados para entender os mecanismos de resiliência.

Como Rutter (2006) salienta, deve-se analisar os níveis de resiliência a quem verdadeiramente está sob contextos stressantes.

4.5. Correlação entre estilos parentais, delinquência e resiliência em jovens institucionalizados e não institucionalizados

No grupo de jovens institucionalizados encontrou-se uma correlação significativa, de magnitude de efeito moderada, entre o estilo parental autoritativo e a resiliência o que nos permite constatar que o estilo parental autoritativo está associado a maiores níveis de resiliência. o que vai de encontro ao que outros estudos confirmam, que um bom suporte familiar promove a resiliência (Born, 2005; Sampaio, 2012; Bayle & Martinet, 2008; Pires, 2014; Cecconello, 2003; Rodrigues, 2014; Cavaco, 2010; Ferreira, 2016; Grotberg, 2005; Anaut, 2002; Polo, 2009; Martins, 2005; Monteiro, 2014; Carrondo, 2006). Assim, os estudos confirmam que há uma correlação entre os Estilos Parentais, nomeadamente o Autoritativo e a Delinquência (Gomes & Pereira, 2014; Cavaco, 2010).

No grupo de jovens não institucionalizados não se encontrou qualquer tipo de correlação entre as variáveis. Uma vez que estes jovens reconheceram a predominância do estilo parental autoritativo seria de esperar que houvesse igualmente uma correlação com a resiliência.

4.6. Correlação entre estilos parentais, delinquência e resiliência e variáveis sociodemográficas em jovens institucionalizados e não institucionalizados

Tanto no grupo de jovens não institucionalizados como no grupo de jovens institucionalizados, á medida que a idade é maior, aumenta os comportamentos

delinquentes, segundo a literatura, o pico de actos delinquentes situa-se nos 16 anos (Observatório de Delinquência Juvenil), dentro da margem de idades destes participantes 13-17 anos.

Os jovens que frequentam os anos escolares mais baixos percebem mais o estilo parental autoritativo

Quanto maior é o nível de escolarização das mães, maior a percepção de estilo parental autoritativo (corroborado pelo estudo de Paz, 2014) e maiores são os níveis de resiliência (corroborado por Cavaco, 2010).

Os jovens que frequentam anos escolares mais baixos têm maior percepção do estilo parental permissivo e, apesar de ter-se obtido uma magnitude de efeito fraca, têm menos níveis de resiliência, uma das razões pode ser o número de reprovações, relacionado com o estilo parental permissivo que se baseia em pouca ou nenhuma exigência e controlo com muito afecto e sensibilidade, referido por alguns autores como tendo uma correlação, nomeadamente, Marshall e Cooke, 1996; Pires, 2010, Maccoby e Martin, 1983; Lamborn, Mounts, Steinberg e Dornbusch, 1991). Um jovem que tenha muito afecto e pouco controlo e exigência, culmina em reprovações, pois não tem supervisão parental, e a pouca resiliência é apenas o resultado da aparente intolerância à frustração, criando no jovem a não resolução de adversidades e conflitos, apontado por alguns autores que fraca supervisão parental resulta em insucesso escolar (Barnoski, 1997^a, 1997^b, 1997^c; Marshall & Cooke, 1999; Murray & Farrington, 2010, Barros, 2015; Costa, 2014; Gomes, 2013; Martinho, 2010, Nunes, 2014)

4.7. A resiliência como factor moderador entre os estilos parentais e a delinquência

Estatisticamente, os dados obtidos não confirmam a resiliência como factor moderador entre os estilos parentais e os comportamentos delinquentes. Todavia os resultados obtidos no ponto 4.5 faz-nos reflectir, sendo que os valores obtidos demonstram uma correlação significativa entre o estilo parental autoritativo e os melhores níveis de resiliência, o que pode sugerir que filhos de pais autoritários e permissivos e que são adequados a ultrapassar as dificuldades, não possa a resiliência ajudar na adaptação face às intempéries, como Baumrind (1978) que não conseguiu categorizar o grupo de pais que não usavam a disciplina e mesmo assim as crianças eram adequadas.

Tabela 16

Questões de investigação e respectivas respostas

	Não insti.	Insti.
Q 1	37.7% nunca reprovou 97.7%nunca se envolveu em crimes. Família nuclear	Todos reprovaram Praticam mais crimes Família monoparental
Q 2	Autoritativo	Autoritário
Q 5	Não há diferenças estatisticamente significativas nos Estilos Parentais percebidos	
Q 3	Médias mais baixas de actos delinquentes	Médias mais elevadas de actos delinquentes
Q 6	Há diferenças estatisticamente significativas nos scores de delinquência	
Q 4	Mais resilientes	Menos resilientes
Q 7	Há diferença nos níveis de resiliência, apesar de ser modesta	
Q 8	Não há correlações entre E.P., Delinquência e Resiliência.	E.P. Autoritativo associado a maiores níveis de resiliência
Q 9	Mais idade – mais delinquência Anos escolares mais baixos – percebem mais o E.P. autoritativo Maior escolaridade da mãe, mais E.P. Autoritativo, maior resiliência.	Mais idade – mais comportamentos delinquentes. Quanto menos escolaridade têm os adolescentes, mais os percebem os pais como permissivos e menos níveis de resiliência apresentam. Quanto maior é a escolaridade dos pais maior é a percepção da predominância do E.P. autoritativo
Q 10	Os dados estatísticos não confirmam a resiliência como um factor moderador entre os Estilos Parentais e a Delinquência.	

Nota: Insti.=institucionalizados; E.P.=Estilos Parentais

Legenda

Q1	Quais as características sociodemográficas dos jovens institucionalizados e não institucionalizados?
Q2	Quais os Estilos Parentais predominantes nos jovens institucionalizados e não institucionalizados?
Q3	Quais os scores na escala de delinquência dos jovens institucionalizados e não institucionalizados?
Q4	Quais os níveis de resiliência dos jovens institucionalizados e não institucionalizados?
Q5	Existirão diferenças nos estilos parentais percebidos pelos jovens institucionalizados e não institucionalizados?
Q6	Existirão diferenças nos scores de delinquência dos jovens institucionalizados e não institucionalizados?
Q7	Existirão diferenças nos níveis de resiliência percebidos pelos jovens institucionalizados e não institucionalizados?
Q8	Haverá correlações entre estilos parentais, resiliência e delinquência nos jovens institucionalizados e não institucionalizados?
Q9	Haverá correlações entre as variáveis sociodemográficas, os estilos parentais, a resiliência e a

	delinquência nos jovens institucionalizados e não institucionalizados?
Q10	A resiliência funciona como factor moderador entre os estilos parentais e o comportamento delinquente nos jovens institucionalizados e não institucionalizados?

Conclusão

Em termos conclusivos, pretendia-se com o presente estudo analisar as relações entre os Estilos Parentais percebidos, os seus recursos de Resiliência bem como os comportamentos delinquentes auto-reportados em jovens institucionalizados e não institucionalizados.

Tal como descrito na discussão dos resultados, todas as respostas foram dadas, tendo como ponto de partida, as questões de investigação e enquadradas na teoria referenciada.

Em termos gerais, baseado nos dados estatísticos fornecidos, estes sugerem que o Estilo Parental Autoritativo é mais percebido nesta amostra, oriunda do Algarve, está em conformidade com os estudos feitos em Portugal.

O Estilo Parental Autoritativo, segundo a literatura produz mais competências resilientes e por conseguinte menos comportamento delinquente, corroborado pelo presente estudo.

Os dados sugerem ainda que, os jovens que percebem o estilo parental autoritativo como predominante têm mais sucesso escolar e maiores níveis de resiliência.

Apesar de, estatisticamente, os dados não confirmarem a resiliência como variável moderadora entre os estilos parentais e a delinquência, a análise sugere que os jovens institucionalizados percebem mais o estilo parental autoritário como predominante, pertencem a uma família monoparental, todos têm reprovações escolares, assumem mais comportamentos delinquentes e menos resiliência. A diferença dos dois grupos atesta a teoria e estudos que confirmam que o estilo parental autoritativo está associado ao sucesso académico, menos comportamentos agressivos e delinquentes e maiores níveis de resiliência, ao contrário, dos estilos parentais autoritário e permissivo associados ao mau desempenho académico, mais comportamentos delinquentes e têm menos níveis de resiliência.

No decorrer deste estudo foram encontradas algumas limitações, designadamente, as respostas tardias, tanto da parte das escolas como da parte das casas de acolhimento. A salientar que apenas uma escola deu parecer positivo e as outras nem responderam e que dos sete pedidos para aplicação dos questionários a casas de acolhimento, apenas obtivemos resposta positiva atempadamente de três, sendo que os outros, quando a confirmação chegou já não era possível aplica-los devido aos prazos da conclusão deste estudo, o que culminou na discrepância entre os dois grupos (institucionalizados $n=39$ e não institucionalizados $n=136$), quando a nossa intensão numérica rondava os 200 participantes.

Outra limitação prende-se com o número excessivo de questões que pode ter enviesado os resultados devido ao cansaço dos jovens em responder a tantas questões, que se notou em alguns participantes pela expressão que demonstraram.

Outra limitação que pode ter enviesado os resultados prende-se no facto que, os questionários aplicados na escola foi em grupo e no caso das casas de acolhimento foram aplicados individualmente por indicação da própria direcção das casas para que se perturbasse o menos possível as actividades.

Recordamos que todas as respostas dadas são da única e exclusiva percepção dos próprios jovens, não havendo outras formas de comparação, por isso terem sido susceptíveis do efeito tanto de desejabilidade social como da idealização dos pais, dado que os participantes eram todos adolescentes. Neste sentido, teria sido pertinente a utilização do Questionário de Autoridade Parental para pais, para fins comparativos.

Por tudo o que foi descrito, foi, é e será de extrema importância a continuação de estudos que contenham estas variáveis numa amostra mais homogenia, que se estude a resiliência nos participantes que estejam todos em situações adversas e com o mesmo estilo parental, para que se possa compreender melhor as componentes efectivas da resiliência e o que leva por exemplo, jovens institucionalizados a serem bem sucedidos e outros que culminam em processos judiciais e carreiras delinquentes.

No presente estudo e com estas variáveis seria importante ter-se aplicado o Questionário de Autoridade Parental aos pais, principalmente aos jovens institucionalizados, para fins comparativos.

É vasta a literatura acerca dos factores de risco, seria prudente estudar os factores de protecção com a mesma intensidade, pois existem ambientes, pais, amigos e circunstâncias que não se podem alterar, por isso devíamos investir, principalmente no

que protege estes jovens. Neste ponto seria importante que a comunidade investisse mais na área das competências e resiliência nestes jovens, nomeadamente na escola, não basta sabermos ler e fazer contas se depois somos verdadeiros incompetentes sociais.

Outra sugestão, prende-se com o investimento nas praticas parentais, alertar os pais das possíveis consequências para os filhos, que podem advir de práticas parentais inconstantes, a curto, médio e longo prazo, ou seja, orientar as famílias é proporcionar o fortalecimento às famílias como um sistema socializante, assim contribuir para a interrupção ou diminuição de comportamentos delinquentes é promover a resiliência. Este investimento, seja por formações, *workshops* ou mesmo nas preparações do parto, pode ser desenvolvido tanto pelos Centros de Saúde, como pelas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens ou outras entidades, sejam elas financiadas ou particulares.

Tendo em conta as limitações descritas, sugere-se que, quando os questionários se centram em auto-respostas, se utilize um questionário de desejabilidade social que já se encontra disponível em Portugal, seria uma mais valia para evitar enviesamento de respostas.

Em investigações futuras, seria muito importante um estudo de carácter longitudinal e qualitativo com jovens institucionalizados contendo a variável Resiliência. Seria uma mais valia para a comunidade científica poder analisar os factores de protecção destes jovens não num só momento mas em vários momentos do seu percurso até à vida adulta.

Com o presente trabalho, esperamos dar um pequeno contributo na avaliação dos estilos parentais, da delinquência e da resiliência, de forma a poder contribuir para o delineamento de estratégias psicoprofilácticas no âmbito desta temática.

Referencias Bibliográficas

- Abreu, C.; Carvalho, I. & Ramos, V. (2010). *Protecção, delinquência e justiça de menores: um manual prático para juristas... e não só*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Agra, C; Teixeira, J., Fonseca, E. & Quintas, J. (1999). Crime e delinquência auto-revelada. Universidade do Porto. Retrieved from <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/56241/2/88016.pdf>;
- Alarcão, M. (2002). *Desequilíbrios familiares*. Coimbra: Quarteto;
- American Psychiatric Association (2000). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, 3ª ed. Revised (DSM-IV-R). Washington, DC: American Psiquiatric Association;
- Anaut, M. (2002). Trauma, vulnérabilité et résilience en protection de l'enfance. *Connexions* 2002/1 (no77), p. 101-118. DOI 10.3917/cnx.077.0101;
- Assunção, A. (2014). *Resiliência e suporte social – Implementação de um programa de intervenção*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Algarve: Faro. Retrieved from <https://sapientia.ualg.pt/bitstream>;
- Ausloos, G. (1996). *A competência das famílias. Tempo, caos, progresso*. Lisboa: Climepsi Editores;
- Barreto, P. (2010). *Apresentação do estudo sobre delinquência juvenil*. Jornadas de Segurança Interna. Instituto de Criminologia. Universidade do Porto Acedido a Retrieved from <http://www.dgai.mai.gov.pt>;
- Barnoski, R. (1997a). *Standarts for Improving Research Effectiveness in Adult Juvenile Justice*. Olympia, WA: Washington State Institute for Public Policy. Retrieved from www.wsipp.wa.gov;

- Barnoski, R. (1997b). *Evaluating early intervencion in Washigton State Juvenile Courts: A six-month progress report*. Olympia, WA: Washington State Institute for Public Policy. Retrieved from www.wsipp.wa.gov.
- Barnoski, R. (1997c). *Fast Tracking Youth to Diversion in Thurston County: A Preliminary Analys*. Olympia, WA: Washington State Institute for Public Policy. Retrieved from www.wsipp.wa.gov.
- Baumrind, D. (1966). *Effects of Authoritative Parental Control on Child Behavior, Child Development*, 37(4), 887-907. University of California: E.U.A. Retrieved from <http://persweb.wabash.edu/facstaff/hortonr/articles%20for%20class/baumrind.pdf>
- Baumrind, D. (1978). Parental disciplinary patterns and social competence in children. *Youth & Society*, 9, 239-276. Retrieved from [doi/abs/10.1177/0044118X7800900302](https://doi.org/10.1177/0044118X7800900302);
- Baumrind, D. (1979a). Adolescent Q-Sort. Berkeley: University of California, Institute of Human Development, *Family Socialization and Development Project*. Retrieved from <https://scholar.google.com>;
- Baumrind, D. (1979b). Rating Scales for Parents of Adolescent Children. Berkeley: University of California, Institute of Human Development, *Family Socialization and Development Project*. Retrieved from <https://scholar.google.com>;
- Baumrind, D. (1996). The discipline controversy revisited. *Family relations*, 45, 405-414. Retrieved from <https://scholar.google.com>;
- Barros, M. (2015). *Delinquência juvenil feminina: vozes de jovens institucionalizadas*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar. Universidade do Porto;
- Bayle, F. (2006). *À volta do nascimento*. Lisboa: Climepsi;

- Bayle, F. & Martinet, S. (2008). *Perturbações da Parentalidade*. Lisboa: Climepsi Editores;
- Beck, U. (1992). *Risk society: towards a new modernity*. London: Sage Publications;
- Benavente, R. (2002) Delinquência juvenil: da disfunção social à psicopatologia. Em: *Análise Psicológica*, 4(XX), 637-645;
- Berger, M. (1997) *A criança e o sofrimento da separação*. Lisboa: Climepsi Editores;
- Bernardy, C & Oliveira, M. (2010). O papel das relações familiares na iniciação ao uso de drogas de abuso por jovens institucionalizados. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 11-17. Retrieved from <http://www.redalyc.org/html/3610/361033303002/>;
- Boeckel, M., & Sarriera, J. (2005). Análise factorial do questionário de estilos parentais (PAQ) numa amostra de adultos jovens universitários. *Psico-USF*, 10 (1), 1-9. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/psuf/v10n1/v10n1a02.pdf>;
- Born, M. (2005). *Psicologia da Delinquência*. Lisboa: Climepsi Editores;
- Braconnier, A. & Marcelli, D. (2000). *As mil faces da adolescência*. Lisboa: Climepsi Editores;
- Brandão, J. (2009). *Resiliencia: de que se trata? Conceito e suas imprecisões*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte;
- Brody, G., Stoneman, Z. & Flor, D. (1997). Religion`s role in organizing family relationships: Family process in rural, two parent African-American families. *Developmental Psycology*. Retrieved from <http://psycnet.apa.org/journals/dev/32/4/696/>;

- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas;
- Canavarro, M. (1999). *Relações afectivas e saúde mental*. Coimbra: Quarteto Editora;
- Caníço, H. (2014). *Os novos tipos de família e o novo método de avaliação em saúde da pessoa – Apgar Saudável*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra: Coimbra;
- Carroll, A., Durkin, K., Houghton, S. & Hattie, J. (1996). An Adaptation of Mak's Self-reported Delinquency Scale for Western Australian Adolescents. *Australian Journal of Psychology*, 48: 1–7. doi:10.1080/00049539608259498;
- Carroll, A., Hemingway, F., Bower., J. Ashman, A., Houghton, S., & Durkin, K. (2006). Impulsivity in juvenile delinquency: Differences among early-onset, late-onset, and non-offenders. *Journal of Youth and Adolescence*, 35(4), 519-529.
- Carrondo, E. (2006). *Formação profissional de enfermeiros e desenvolvimento da criança: contributo para um perfil centrado no paradigma salutógeno*. Universidade do Minho.;
- Carter, A., & McGoldrick, M. (1980). *The Family Life Cycle: A Framework for Family Therapy*. University Michigan / New York, U.S.A.: Gardner Press /Halsted Press.
Retrieved from http://books.google.pt/books/about/The_Family_life_cycle.html?id=MzJHAAAA_MAAJ&redir_esc=y
- Carvalho, M. (2004). Entre as malhas do desvio: Jovens, espaços, trajectórias e delinquências. *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Universidade de Coimbra: Coimbra. Retrieved from <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel56/mariajoaleotecarvalho.pdf>;

- Cavaco, N. (2010). Atitudes Educativas Parentais e Resiliência no Adolescente. *Psicologia*. PT. Retrieved from <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0563.pdf>;
- Cecconello, S. (2003). *Resiliência e vulnerabilidade em famílias em situação de risco*. Curso de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia: Brasil. Retrieved from <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/2641>;
- Cecconello, A., De Antoni, C., & Koller, S. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, 45-54. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa07>;
- Chartier, J. (1991). *L'adolescente incansable: bourreau ou martyr?* Marseille: Editions Hommes et Perspectives;
- Costa, F., Teixeira, M. & Gomes, W. (2000). Responsividade e exigência: duas escalas para avaliar estilos parentais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*;
- Coutinho, M. (2004). Apoio à família e formação parental. *Análise psicológica*, 22(1), 55-64. Retrieved from <http://www.scielo.mec.pt>;
- Craddock, A., Church, W., & Sands, A. (2009). Family of origin characteristics as predictors of perfectionism. *Australian Journal of Psychology*, 61(3), 136-144. Doi:10.1080/00049530802239326;
- Cruz, J. (2012). *Adversidade e Resiliência de Jovens Portugueses em meios naturais de vida e em Lares de Infância e Juventude*. Tese de Mestrado. Universidade Federal do Maranhão: Brasil. Retrieved from <http://repositorium.sdum.uminho.pt>;
- Cunha, C. (2014). *Factores de risco e protectores da delinquência juvenil em jovens com medida tutelar educativa*. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica Portuguesa: Porto;
- Curry, A. (2006). *Filhos brilhantes, alunos fascinantes*. Cascais: Editora Pregaminho;

- Cyrulnik, B. (2001). *Resiliência. essa inaudita capacidade de construção humana*. Lisboa: Instituto Piaget / Horizontes Pedagógicos.
- Czerny, J. (2007). Falar de amor à beira do abismo de Boris Cyrulnik. *Revista Brasileira de Psicanálise*. Vol. 41, nº 4 149-152. Retrieved from <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbp/v41n4/v41n4a16.pdf>;
- Dalbem, J. (2005). *Características da representação do apego em adolescentes institucionalizadas e processos de resiliência na construção de novas relações afetivas*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre. Retrieved from <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/>;
- DeAntoni, C. & Koller, S. (2000). A visão da família entre adolescentes que sofreram violência intra-familiar. *Estudos de Psicologia*, 5, 347-381;
- Diez, J. & Peirats, E. (1997). Análisis de los estilos parentales de socialización asociados al abuso de alcohol en adolescentes. *Psicothema*, vol. 9 (nº3). 609-617. Retrieved from <http://www.psicothema.com/psicothema.asp?id=131>;
- Dubas, J., Gerris, J., Janssens, J. & Vermulst, A. (2002). Personality types of adolescents: concurrent correlates, antecedents and type x parenting interactions, *Journal of Adolescence*, 25, 79-92. Retrieved from <http://www.academia.edu/>;
- Durkheim, E. (1975). *Fonctions sociales et institutions*. Paris: Les Editions de Minuit;
- Eira, S. (2014). *Crianças e jovens institucionalizados: visitas a casa e impacto emocional*. Dissertação de Mestrado: Universidade Autónoma de Lisboa;
- Elsen, I., Althoff, C. & Manfrini, G. (2001). Saúde da Família: Desafios teóricos. *Família saúde e desenvolvimento*, 3 (2), 89-97. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.5380/fsd.v3i2.5048>;

- Erikson, E. (1968). *Identity, youth and crisis*. New York: W.W.W. Norton
- Eurochild (2010). Eurochild Annual Report, Children in Alternative Care – *National Surveys*, 2^a ed. Brussels – Belgium. Retrieved from <http://www.eurochild.org>;
- Eurochild (2016). Declaration. “*Doers should start speaking; speakers should start doing!*”. Brussels – Belgium. Retrieved from http://www.eurochild.org/fileadmin/public/02_Events/2016/Eurochild_Conference/Declaration.pdf;
- Febrônio, C. (2012). *Delinquência e estilos educativos parentais*. Dissertação de mestrado. Lisboa: ISPA. Retrieved from <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/3928/1/20019.pdf>;
- Farrington, D. (2003). Key results from the first 40 years of the Cambridge Study in Delinquent Development. In Thornberry T. P. and Krohn, M.D. (Eds.) *Taking Stock of Delinquency: An Overview of Findings from Contemporary Longitudinal Studies*. (pp. 137–183). New York: Kluwer/Plenum. Retrieved from http://www.crim.cam.ac.uk/people/academic_research/david_farrington/hofind281.pdf;
- Fernandes, I. (2012). *Delinquência Juvenil: Vinculação aos pais e educação parental*. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Universidade do Porto. Retrieved from <https://repositorio-aberto.up.pt>;
- Ferreira, S. (2016). *Estilos Parentais e Personalidade: competências sociais e o desenvolvimento do processo resiliente*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- Field, A. (2009). *Discovering statistics using SPSS*. Londres: Sage Publications, Ltd.
- Flach, F. (1991). *Resiliência: a arte de ser flexível*. São Paulo: Saraiva;

- Fonseca, A. (2004). *Comportamento anti-social e crime: da infância à idade adulta*. Coimbra: Almedina;
- Gameiro, J. (1992). *Voando sobre a psiquiatria*. Lisboa: Edições Afrontamento;
- Garcia, C. (s/d). *Resiliência*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Retrieved from www.utad.pt/vPT/Area2/autad/tutoria/Documents/resiliencia.pdf;
- Gomes, H. (2013). *A desviância juvenil em família: O autocontrolo como mediador da relação entre o funcionamento familiar e o comportamento desviante dos adolescentes*. Tese de Mestrado. ISPA: Instituto Universitário de Ciências psicológicas, sociais e da vida: Lisboa.
- Gomes, H. & Pereira, M. (2014). Funcionamento familiar e delinquência juvenil: A mediação do autocontrolo. Ispa – Instituto Universitário. *Análise Psicológica* (2014), 4 (XXXII): 439-451. Retrieved from <http://www.scielo.mec.pt>;
- Gonçalves. R. (2000). *Delinquência, crime e adaptação à prisão*. Coimbra: Quarteto Editora;
- Gonçalves, R. & Machado, C. (2003). *Violência e Vítimas de Crimes, Vol.2 – Crianças*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Goossens, L. (2006). Affect, emotion, and loneliness in adolescence. Em S. Jackson, S. & L. Goossens (Eds.), *Handbook of adolescent development* (pp. 51–70). Hove, UK: Psychology Press;
- Gottman, J. & Silver, N. (2002). *Os sete princípios do casamento*. Cascais: Pregaminho;
- Gottfredson, M. & Hirschi, T. (1990). *A general theory of crime*. Stanford: Stanford University Press. Retrieved from <https://www.ncjrs.gov>;

- Grotberg, E. (1995). A guide to promoting resilience in children: strengthening the human spirit. The International Resilience Project. Early Childhood Development: Practice and Reflections, nº 8. ISBN: 90-6195-038-4
- Grotberg, E. (2005). Introdução: Novas Tendências em Resiliência. Em Melillo, A., Ojeda, E. e cols. *Resiliência: Descobrindo as próprias fortalezas*. pp. 15-22 Porto Alegre: Artmed;
- Gunnoe, M., Hetherington, E. & Reiss, D (1999). Parental Religiosity, Parenting Style and Adolescent Social Responsibility. *The Journal of Early Adolescence: Sage Journals*. Retrieved from <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0272431699019002004>;
- Guralnick, M. (1998) Effectiveness of early intervention for vulnerable children: a developmental perspective. *American Journal on Mental Retardation*, volume 102, nº4, 319-345;
- Hartup, W. & VanLieshout, C. (1995). Personality development in social context. *Annual Review of Psychology*, 46, 655-687;
- Henry, B., Moffitt, T., Robins, L., Earls, F. & Silva, P. (1993). Early family predictors of child and adolescent antisocial behavior: who are the mothers of delinquents? *Criminal Behavior and Mental Health*, 3: 97–118. Retrieved from <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/cbm.1993.3.2.97/abstract>;
- Hipólito, J. (2010). *Auto-organização e complexidade – evolução e desenvolvimento do pensamento rogeriano*. Lisboa: EDIUAL.
- Hiew, C. (1995) Resilience: Development and Measurement. Faculty of Education, Hiroshima University (Hiroshima, Japan, July 24). Retrieved from <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED426780.pdf>;

- Hoghughi, M. (2004). Parenting: an introduction. Em M. Hoghughi and N. Long, (Eds.) *Handbook of Parenting, Theory and Research for Practice* (pp.1-18). London: SAGE Publications Ltd;
- Houghton, S. & Carroll, A. (2002). Longitudinal rates of self-reported delinquency of at-risk and not at-risk Western Australian high school students. *Australian e New Zealand Journal of Criminology*. doi=10.1.1.587.7336;
- Hutz, C. (2005). *Violência e Risco na Infância e Adolescência: Pesquisa e Intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Infante, F. (2005). A Resiliência como processo: uma revisão de literatura recente. Em Melillo; Ojeda, E. e col.. *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. pp. 15-38. Porto Alegre: Artmed;
- Instituto de Segurança Social, [ISS] (2016). Casa 2015. *Relatório de caracterização das crianças e jovens em situação de acolhimento de 2015*. Lisboa: Instituto de Segurança Social.
- Lamborn, S., Mounts, N., Steinberg, L. & Dornbush. S. (1991). Patterns of competence and adjustment among adolescents from authoritative, authoritarian, indulgent, and neglectful families. *Child Development*, 62, 1049-1065;
- Laufer, M. (1984). *Adolescence and Development Brakdown*. Yale Unervisity Press: London. Retrieved from <https://scholar.google.com>;
- Lemos, I. (2007). *Família, psicopatologia e resiliência na adolescência: do risco psicossocial ao percurso delinquente*. Tese de Doutorado. Universidade do Algarve;
- Leonardi, A. (s/d). *O segredo da resiliência: como crianças de lares disfuncionais se tornam adultos de sucesso*. Retrieved from

<http://www.psicologiasdobrasil.com.br/o-segredo-da-resiliencia-como-criancas-de-lares-disfuncionais-se-tornam-adultos-de-sucesso/>;

Lindahl, K., Clements, M. & Markman, H. (1997). Predicting marital and parental functioning in dyads and triads: a longitudinal investigation of marital processes. *Journal of family Psychology*, 11, 139-151;

Loeber, R. Farrington, D. & Petechuck, D. (2003). Child Delinquency: Early intervention and prevention. *Child Delinquency* (May), 3-19. Retrieved from <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/ojdp/186162.pdf>;

Luís, K. (2011). *Estilos parentais percebidos pelos adolescentes*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Algarve: Faro

Maccoby, E., & Martin, J., (1983) Socialization in the context of the family: parent child interaction. *Handbook of child psychology: socialization, personality and social development*, (pp. 1 -101). New York: Wiley;

Machado, M. (1995). *Representação da vinculação e percepção da qualidade da relação do adolescente-pais*. Dissertação de mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra;

Maia, J. & Williams, L. (2005). Factores de risco e factores de protecção ao desenvolvimento infantil: uma revisão na área. *Temas em Psicologia – 2005*, Vol. 13, nº 2, 91-103. Retrieved from <http://www.laprev.ufscar.br>;

Marcelli, D. & Braconnier, A. (1989). *Manual de Psicopatologia do Adolescente*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Marcelli, D. & Braconnier, A. (2000). *As mil faces da adolescência*. Lisboa: Climepsi Editores

- Marshall, L. & Cooke, D. (1999). The Childhood experiences of psychopaths: A retrospective study of familial and societal factors. *Journal of Personality Disorders*. 13, 211-225. Retrieved from <https://www.ncbi.nlm.nih.gov>;
- Martinho, L. (2010). *O papel da educação parental no comportamento anti-social dos adolescentes*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra;
- Martins, H. (2005). *Contribuição para a análise de crianças e jovens em risco/resiliência e desenvolvimento*. Tese de Doutoramento. Universidade do Algarve;
- Matos, F., Martins, H. , Jesus, S. & Viseu, J. (2015). Prevenção da violência através da Resiliência dos alunos. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 16 (1), 35-43. DOI: <http://dx.doi.org/10.15309/15psd160105>;
- Matos, M., Negreiros, J., Simões, C. & Gaspar, T. (2009). *Violência Bullying e Delinquência*. Lisboa: Coisas de Ler Edições;
- Mesquita, M. (2013). *Parentalidade: contributo para uma definição do conceito*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa. Retrieved from <http://www.barometro.com.pt>;
- Michel, A. (1983). *Sociologia da família e do casamento*. Lisboa: Rés Editora;
- Minuchin, (1982). *Famílias: Funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas;
- Moffitt, T., Caspi, A., Harrington, H., & Milne, B. (2002). Males on the life-course persistent and adolescence-limited antisocial pathways: Follow-up at age 26. *Development and Psychopathology*. Retrieved from <https://www.cambridge.org>;
- Monteiro, D. (2014). *Experiências de vida positivas em história de maltrato: Resiliência e estabilidade dos relatos*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho. Retrieved from <https://repositorium.sdum.uminho.pt>;

- Morgado, J., Maroco, J., Miguel, M., Machado, R., & Dias, C. (2006). Estilos parentais e suporte social em adolescentes – relação com o comportamento escolar. Évora: *Actas do VI Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*.
- Mota, C. & Matos, P (2010). Adolescentes institucionalizados: O papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrolo. *Análise Psicológica*, 2 (XXVIII): 245-254;
- Murcho, N. Jesus, S. & Pacheco, J. (2010). Estudo dos factores de resiliência em enfermeiros. *Revista Investigação em enfermagem*, pp. 55-54;
- Murray, J. & Farrington, D. (2010). Risk factors for conduct disorder and delinquency: key findings from longitudinal studies. *The Canadian Journal of Psychiatry*, 55 (10). Retrieved from <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20964942>;
- Negreiros, J. (2008). *Delinências Juvenis- Trajectórias, Intervenções e Prevenção*. Porto: Livpsic, Legis Editora;
- Nunes, A. (2014). *Delinquência Juvenil, Família e Internamento: as percepções dos jovens a cumprir medida Tutelar em Centro Educativo*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto. Retrieved from <https://sigarra.up.pt/flup/pt:>
- Nunes, L. (2002). O sentido de coerência como conceito operacionalizador do paradigma salutógeno. *Actas do IV congresso português de sociologia: passados recentes, futuros próximos*. Associação Portuguesa de Sociologia: Coimbra;
- Oliveira, E., et al. (2002). Estilos parentais autoritário e democrático-recíproco intergeracionais, conflito conjugal e comportamentos de externalização e internalização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15 (1), 1-11. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n1/a02v15n1.pdf>;

- Oliveira, P. (2011). *Atitudes e crenças antissociais na delinquência juvenil: diferenças em função da idade, do género e do padrão antissocial*. Dissertação de mestrado. Universidade do Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação;
- Olsson, C. et al. (2003). Adolescent Resilience: a concept analysis. *Journal of Adolescence* 26, 1-11. Retrieved from https://www.researchgate.net/publication/10931288_Adolescent_Resilience_A_Concept_Analysis;
- Organização Mundial de Saúde [OMS] (1991). Retrieved from <http://www.who.int/eportuguese/countries/prt/pt/>;
- Organização Mundial de Saúde [OMS] (1994). Retrieved from <http://www.who.int/eportuguese/countries/prt/pt/>;
- Organização das Nações Unidas [ONU] (1998) Convenção sobre os direitos da criança. Retrieved from http://www.iag.usp.br/sites/default/files/onu_declaracao_universal_dos_direitos_humanos_1998.pdf;
- Pacheco, P. (2010). *Lares de Infância e Juventude: Contributos para um modelo de acolhimento e integração social*. Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa, Porto. Retrieved from http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1946/2/DM_943.pdf;
- Paiva, F. & Ronzani, T. (2009). Estilos Parentais e consumo de drogas entre adolescentes: revisão sistemática. *Psicologia em Estudo* 14 (1). Retrieved from https://www.researchgate.net/publication/238796269_Estilos_parentais_e_consumo_de_drogas_entre_adolescentes_revisao_sistemtica;
- Palma, P. (2010). *Relação educativa e resiliência: Alunos residentes em instituições de acolhimento*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Algarve.

- Paz, T. (2014). Estilos parentais e o rendimento escolar. Dissertação de Mestrado. Universidade Autónoma de Lisboa;
- Pechorro, P. et al. (2015). Adaptação de uma versão portuguesa da escala de delinquência auto-relatada adaptada para adolescentes. *Revista Psicologia*, 2015, vol. 29 (1), 59-67;
- Pechorro, P. (2011). *Delinquência Juvenil: Estudos de algumas variáveis psicológicas e relacionais com ênfase nos traços psicopáticos*. Doutoramento. Universidade de Lisboa: Faculdade de Medicina de Lisboa;
- Pechorro, P., Barroso, R., Silva, I., Marôco, J. & Gonçalves, R. (2016). Propriedades psicométricas da Escala de Respostas Socialmente Desejáveis - 5 (SDRS-5) em jovens institucionalizados. *Psicologia*, 30(1), 29-36. Retrieved from <https://dx.doi.org/10.17575/rpsicol.v30i1.1065>
- Perista, H., Cardoso, A., Silva, M. & Carrilho, P. (2014). Delinquência e violência Juvenil em Portugal: traçando um retrato a diferentes vozes. *Centro de Estudos para a Intervenção Social*. Retrieved from <http://www.youprev.eu/>;
- Pestana, M., & Gageiro, J. (2003). *Análise de dados para ciências sociais. A complementariedade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo;
- Pinhel, J., Torres, N., & Maia, J. (2009). Crianças institucionalizadas e crianças em meio familiar de vida: Representações de vinculação e problemas de comportamento associado. *Análise Psicológica*, 4(XXVII), 509-2;
- Pires, M. (2010). *Valores, estilos parentais, stresse infantil e vivencia emocional dos filhos*. Tese de Doutoramento. Universidade do Algarve: Faculdade de ciências humanas e sociais;
- Pires, M., Jesus, S. & Hipólito, H. (2011). Questionário de Estilos Parentais para Pais (PAQ-P) – estudos de validação. Ferreira, A. S.; Verhaeghe, A.; Silva, D. R., Almeida, L.S.; Lima, R & Fraga, S. (2011). Actas do VIII Congresso Ibero-

americano de validação – *XV Conferencia Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*. (pp.760 – 770). Lisboa: Sociedade Portuguesa de Psicologia;

Pires, R. (2014). *Parentalidade e resiliência em casais com filhos a frequentar o primeiro ciclo*. Dissertação de Mestrado. Instituto Miguel Torga: Coimbra. Retrieved from <http://repositorio.ismt.pt/handle/123456789/437>;

Poletto, M. (2007). *Contextos ecológicos de promoção de resiliência para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade*. Tese de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Brasil. Retrieved from <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10812/000602162.pdf?sequence=1>;

Polo, C. (2009). *Resiliência: Factores protectores en Adolescentes de 14 a 16 anos*. Tese de Licenciatura. Universidad del Aconcagua. Faculdade de Psicologia. Retrieved from <http://bibliotecadigital.uda.edu.ar>;

Relvas, A. (2003). A terapia familiar. Teoria e Prática. Por detrás do espelho, da teoria à terapia com a família. *Colecção Psicologia Clínica e Psiquiatria*, cap. 1: pp 13-38. Coimbra: Edições Quarteto;

Relvas, A. (2002). *O ciclo vital da família* (2ª ed.). Porto: Afrontamento

Reppold, C.; Mayer, J.; Almeida, L. & Hutz, C. (2011). Avaliação da resiliência: controvérsia em torno do uso das escalas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25 (2), 248-255;

Rodrigues, D. (2014). *Psicopatologia e Resiliência: um estudo com reclusos*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho. Escola de Psicologia. Retrieved from <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/32974>;

Romão, A. (2013). Indicadores de sucesso e insucesso das medidas tutelares educativas. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz;

- Rohner, R. (2004). The Parental "Acceptance-Rejection Syndrome": Universal Correlates of Perceived Rejection. *American Psychologist*, 59(8), 830-840. Retrived from <http://dx.doi.org/10.1037/0003-066X.59.8.830>;
- Rohner, R., Khaleque, A. & Cournoyer, D. (2009). *Introduction to parental acceptance-rejection theory, methods, evidence, and implications*. University of Connecticut, Center for the Study of Parental Acceptance and Rejection. Retrieved from <http://www.cspar.uconn.edu>;
- Rothman, A. (2004). The nature and prediction of marital change across the transition to parenthood. *Dissertation Abstracts International*, section B: the sciences and engineering, 65 (2-3), 1038;
- Russel, M.; Harris, B. & Gockel, A. (2008). Parenting in poverty: Perspectives of high-risk. *Journal of Children and Poverty*. Vol. 4: pp. 83-98;
- Rutter, M. (1987). Psychosocial Resilience and Protective Mechanisms. *American Journal of Orthopsychiatry*, 57, 316-331. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1939-0025.1987.tb03541.x>;
- Rutter, M. (2000). Psychosocial influences: critiques, findings an research needs. *Development and Psychopathology*. 12, 375-405;
- Rutter, M., Giller, H. & Hagell, A. (1998). Antisocial behavior by young people. Cambridge: *Cambridge University Press*;
- Sampaio, D. (1991). *Ninguém morre sozinho. O adolescente e o suicídio*. Lisboa: Editorial Caminho;
- Sampaio, D. (2011). *Da família, da escola e outras quantas coisas mais*. Lisboa: Editorial Caminho;

- Santos, S. (2016). As famílias de afecto nas casas de acolhimento de crianças/jovens em perigo. Dissertação de Mestrado. Instituto Politécnico de Leiria. Retrieved from <https://iconline.ipleiria.pt/handle/10400.8/2298>;
- Schaffer, H. (1999). *Desenvolvimento social da criança*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Serbin, L. & Karp, J. (2004). The Intergenerational Transfer of Psychosocial Risk: Mediators of Vulnerability and Resilience. *Annual Review Psychology*, 55, 333-363. Retrieved from <http://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev.psych.54.101601.145228>;
- Silva, A. (2010). *Influencia dos Estilos Parentais no desenvolvimento do comportamento criminal dos reclusos*. Tese de mestrado. Universidade da Beira Interior. Retrieved from <https://ubibliorum.ubi.pt/>;
- Silva, A. M. (2004). *Desenvolvimento de competências sociais nos adolescentes*. Lisboa: Climepsi Editores;
- Silva, C., Lemos, I. & Nunes, C. (2013). Acontecimentos de vida stressantes, psicopatologia e resiliência em adolescentes institucionalizados e não-institucionalizados. *Psicologia, saúde e doença*, 14(2), 348-55.
- Silva, H. (2009). *Resiliência nos jovens: relações familiares e auto-conceito de desempenho*. Dissertação de mestrado. Universidade do Algarve, Faro: Portugal. Retrieved from <http://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/367>;
- Silva, J., Morgado, J., & Marôco, J., (2012). The relationship between Portuguese adolescent perception of parental styles, social support, and school behavior. *Psychology*, 7, 513-517;
- Silva, M. (2012). *Resiliência, acontecimentos de vida stressantes e problemas de comportamento em adolescentes institucionalizados*. Um estudo comparativo.

Dissertação de Mestrado. Universidade do Algarve: Faro. Retrieved from <https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/5375/1/tese%20FINAL%202.pdf>;

Silva, P. (2009). *Agressividade e representações sobre a violência em jovens institucionalizados*. Dissertação de Mestrado. Universidade Fernando Pessoa. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10284/1365>;

Simões, C., Matos, M. & Batista-Foguet, J. (2008). Juvenile Delinquency: Analysis of Risk and Protective Factors using Quantitative and Qualitative Methods. *Cognition, Brain, Behavior. An Interdisciplinary Journal*, XII (4), (December).389-408.

Sistema de Segurança Interna (2015), Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) 2014, Lisboa: Sistema de Segurança Interna. Retrieved from https://www.parlamento.pt/Documents/XIILEG/Abril_2015/relatorioseginterna2014.pdf

Sistema de Segurança Interna (2016). Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) 2015, Lisboa: Sistema de Segurança Interna. Retrieved from <http://www.portugal.gov.pt/pt/pm/documentos/20160331-pm-rasi.aspx>;

Sistema de Segurança Interna (2017), Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) 2016, Lisboa: Sistema de Segurança Interna. Retrieved from <https://www.parlamento.pt>;

Smetana, J., Campione-Barr, N. & Metzger, A. (2006). Adolescent development in interpersonal and societal contexts. *Annual Review of Psychology* 57, 255-84.

Sousa, M. & Ponte, F. (2012). A importância da intervenção precoce com alunos com comportamentos desajustados. Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa. Braga. II Seminário Internacional “ *Contributos da Psicologia em Contextos Educativos*”. ISBN: 978-989-8525-13-0;

- Souza, M. & Ceverny (2006). Resiliência Psicológica: Revisão de Literatura e Análise da Produção Científica. *Revista Interamericana de Psicologia*, vol. 40, nº 1 pp. 119-126. Retrieved from <http://www.psicorip.org/>;
- Stoiber, K. & Good, B. (1998). Risk and resilience factors linked to problem behavior among urban, culturally diverse adolescents. *School Psychology Review*, 27(3): p. 380-97.
- Stouthamer-Loeber M, Loeber R, Homish D & Wei, E. (2001), Maltreatment of boys and the development of disruptive and delinquent behavior. *Development and Psychopathology*, 13, 941–955. Retrieved from <http://dare.uvu.vu.nl>;
- Strech, P. (2000). *Crescer Vazio. Repercussões psíquicas do abandono, negligencia e maus tratos em crianças e adolescentes*. (3ª ed.). Lisboa: Assírio & Alvim
- Tavares, J. (2001). *A Resiliência na sociedade emergente*. (pp.43-75). São Paulo: Cortez;
- Tomé, M. (2010). A Cidadania Infantil na Primeira República e a Tutoria da Infância. A Tutoria de Coimbra e do Refúgio Anexo. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Vol. 10, 481-500.
- Tondowski, C. et al. (2015). Estilos parentais como factor de protecção ao consumo de tabaco entre adolescentes brasileiros. *Cad. Saúde Pública [online]*, vol.31, n.12, pp.2514-2522. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00168614>;
- Torres, A. (1996). *Divórcio em Portugal: ditos e interditos*. Oeiras: Celta Editora;
- Torres, A. (2001). *Sociologia do casamento*. Oeiras: Celta Editora;
- Ungar, M. & Teram (2000). Drifting toward mental health: high-risk adolescents and the process of empowerment. *Youth & Society*, 32(2), 228-252;

- Vanassche, S., et al. (2014) The Effects of Family Type, Family Relationships and Parental Role Models on Delinquency and Alcohol Use Among Flemish Adolescents. *Journal of Child and Family Studies*, 2014, Volume 23, Number 1, Page 128;
- Viljoen, S., et al. (2011). Resilience and Successful Community Reintegration among Female Forensic Psychiatric Patients : A Preliminary Investigation. *Behavioral Sciences and the Law*. 29: 752–770. doi:10.1002/bsl;
- Werner, E. (2002). Protective factors and individual resilience. Em editado por J. Shonkoff e S. Meisels (Eds.), *Handbook of Early Childhood Intervention*. (pp. 115-130). New York: Cambridge University Press
- Werner, E. & Smith, R. S. (2001). Journeys from childhood to midlife. Risk, resilience and recovery. Ithaca: Cornell University Press.
- Yunes, M. (2006). Psicologia positive e resiliência: o foco no individuo e na família. *Psicologia em estudo: Maringá, Volume 8*, 75-84. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa10>;

ANEXOS

Anexo A – Folha de rosto dos questionários

Código

O presente questionário insere-se num estudo a realizar para a dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e do Aconselhamento, realizado pela Universidade Autónoma de Lisboa.

Para o preenchimento do questionário, leia atentamente o que é solicitado. Assinale só uma opção em cada questão (excepto no questionário sociodemográfico) e nunca deixe respostas em branco.

Agradeço a colaboração e garanto a confidencialidade das respostas.

Isabel Moreira

Anexo B – Questionário sociodemográfico

Código

Questionário Sociodemográfico

1. Género: Masculino ☐ Feminino ☐

2. Idade _____

3. Ano que frequenta na escola _____

4. Quantas vezes já reprovou?

Nenhuma ☐ uma ☐ duas ☐ três ☐ mais de três ☐

5. Que escolaridade têm os pais?

Pai

- ☐ Sem estudos/analfabeto
- ☐ 1º Ciclo (4º ano)
- ☐ 2º Ciclo (6º ano)
- ☐ 3º Ciclo (9º ano)
- ☐ Ensino Secundário (12º ano)
- ☐ Ensino Superior/Universitário
- ☐ Não sei

Mãe

- ☐ Sem estudos/analfabeta
- ☐ 1º Ciclo (4º ano)
- ☐ 2º Ciclo (6º ano)
- ☐ 3º Ciclo (9º ano)
- ☐ Ensino Secundário (12º ano)
- ☐ Ensino Superior/Universitário
- ☐ Não sei

6. Que profissão têm os pais?

Pai _____

☐ Não sei

☐ Desempregado

Mãe _____

☐ Não sei

☐ Desempregada

7. Assinale a situação que corresponde melhor à situação dos pais:

☐ Os meus pais estão casados\vivem juntos

☐ Os meus pais estão divorciados\separados

☐ O meu pai já faleceu Ano_____

☐ A minha mãe já faleceu Ano_____

8. Indique as Pessoas que vivem consigo em casa:

☐Mãe ☐Pai ☐Irmãos ☐Avós ☐Tios ☐Outros Quem_____

9. Tem alguma actividade ocupacional (ex.: desporto, música, escuteiros etc.)?

Não ☐ Sim ☐ Qual? _____

10. Já se envolveu em situações qualificadas pela lei como crime (Tutelar Educativo)?

Não ☐ Sim ☐ Qual foi o motivo? _____

Anexo C – Questionário de resiliência

Código

Measuring State Resilience (MSR)

Criado por Hiew, 1998, adaptada à população portuguesa por Helena Martins, 2000

Por favor assinale o seu grau de concordância com cada afirmação, sabendo que:

1– discordo totalmente; 2– discordo; 3– neutro; 4– concordo; 5– concordo totalmente

	Discordo		Concordo		
	1	2	3	4	5
1. Tenho alguém que gosta de mim.	1	2	3	4	5
2.Tenho alguém fora da minha casa a quem posso falar sobre os meus problemas ou sentimento.	1	2	3	4	5
3.Fico satisfeito(a) quando faço as coisas sem ajuda.	1	2	3	4	5
4.Sei que posso contar com a minha família quando preciso.	1	2	3	4	5
5.Eu acredito que tudo me irá correr bem.	1	2	3	4	5
6.Faço coisas de forma simpática, e que faz as pessoas gostarem de mim.	1	2	3	4	5
7.Tenho fé em Deus.	1	2	3	4	5
8.Estou desejoso(a) de experimentar coisas novas.	1	2	3	4	5
9.Gosto de fazer bem o que faço.	1	2	3	4	5
10.Sinto que o que faço ajuda a que as coisas resultem.	1	2	3	4	5
11.Eu gosto de mim.	1	2	3	4	5
12.Eu posso concentrar-me numa tarefa e continuar com ela durante algum tempo.	1	2	3	4	5
13.Eu tenho sentido de humor.	1	2	3	4	5
14.Faço planos para realizar coisas.	1	2	3	4	5

Anexo D – Questionário de Autoridade Parental**Questionário de Autoridade Parental (PAQ)**

Criado por Buri, 1991, adaptada à população portuguesa por Morgado et al., 2006

Por favor lê atentamente cada afirmação e coloca X de acordo com as seguintes opções:

Discordo Totalmente
Discordo
Não concordo nem discordo
Concordo
Concordo Totalmente

		Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
1	Os meus pais pensam que numa casa “bem orientada” tanto os filhos como os pais devem ter a oportunidade de fazer as coisas à sua maneira.					
2	Mesmo que não concorde com o que os meus pais dizem, eles acham que devo obedecer-lhes para o meu próprio bem.					
3	Sempre que os meus pais me pedem ou me mandam fazer alguma coisa, esperam que eu o faça imediatamente e sem questionar as suas ordens.					
4	Quando se estabelecem regras lá em casa, os meus pais debatem comigo as suas razões e motivos.					
5	Os meus pais sempre me encorajaram a falar, quando não estava de acordo com as regras e restrições lá em casa.					
6	Os meus pais acham que os jovens devem ter a sua maneira de pensar e de agir, mesmo que isso vá contra a vontade dos pais.					
7	Os meus pais não admitem que eu ponha em causa as suas decisões.					
8	Os meus pais sempre organizaram as acções dos filhos, com base na argumentação e disciplina.					
9	Os meus pais pensam que, para que os filhos se comportem como desejado, os pais devem ser bastante firmes.					
10	Os meus pais sempre defenderam que eu <u>não</u> devo obedecer a uma regra, só porque alguém com autoridade me disse para fazer.					
11	Sei o que os meus pais esperam de mim mas, sinto-me suficientemente à vontade para falar com eles quando achar que as suas expectativas não são razoáveis.					
12	Os meus pais acham que, pais sensatos devem ensinar desde cedo aos seus filhos quem é que manda na família.					
13	Só muito raramente é que os meus pais me orientaram ou disseram o que é que esperavam do meu comportamento.					

		Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
14	Muitas vezes, as decisões familiares que os meus pais tomam, têm por base o que os filhos querem.					
15	Os meus pais costumam orientar-me de forma racional e objectiva.					
16	Os meus pais ficariam muito aborrecidos se eu discordasse deles.					
17	Os meus pais acham que grande parte dos problemas da sociedade seriam resolvidos se os pais não estabelecessem limites às acções dos filhos, á medida que estes vão crescendo.					
18	Desde sempre que os meus pais me mostram que comportamentos esperam de mim e se eu não corresponder a essas expectativas, castigam-me.					
19	Desde sempre que os meus pais me deixam decidir a maior parte das coisas por mim mesmo, dando-me poucas orientações.					
20	Os meus pais sempre tiveram em linha de conta as minhas opiniões nas decisões da família, mas não optariam por uma decisão só para me fazer a vontade.					
21	Os meus pais não se sentem responsáveis por orientar o meu comportamento.					
22	Os meus pais têm um padrão de comportamento segundo o qual me orientam, mas mostram-se dispostos a ajustar esse padrão às minhas necessidades.					
23	Os meus pais dão-me orientações e esperam que eu as siga, mas estão sempre disponíveis para conversar se eu tiver dúvidas e preocupações.					
24	Os meus pais sempre me deram espaço para ter as minhas opiniões e normalmente deixam-me decidir o que fazer.					
25	Os meus pais pensam que a maior parte dos problemas da sociedade seriam resolvidos, se os pais tratassem os filhos com rigor e os forçassem a fazer o que é esperado deles.					
26	Os meus pais dizem-me exactamente o que querem e como o querem que eu faça.					
27	Os meus pais orientam de forma clara as minhas acções, mas são sempre compreensivos quando eu não concordo com eles.					
28	Os meus pais não orientam os meus comportamentos, actividades e desejos.					
29	Eu sei o que os meus pais esperam de mim em relação à família e, insistem que devo conformar-me às suas expectativas por respeito á sua autoridade.					
30	Se os meus pais tomarem uma decisão que me magoa, estão dispostos a debater essa decisão comigo e, se for o caso disso, admitirem que erraram.					

Anexo E – Questionário de Delinquência auto-reportada

Escala de Delinquência Auto-reportada Adaptada (ASDS)

Criado por Carrol et al., 1996, adaptada à população portuguesa por Pechorro, 2015

	Nunca	Algumas vezes	Muitas vezes
1. Roubaste mais de 10 €?			
2. Arrombaste uma casa com intenção de roubar?			
3. Roubaste menos de 10 €?			
4. Roubaste coisa de outras pessoas (exemplo: telemóvel)?			
5. Roubaste coisas numa loja?			
6. Conduziste um carro ou mota a mais de 120 km/h?			
7. Passaste um semáforo vermelho quando conduzas um carro ou mota?			
8. Roubaste um carro ou mota?			
9. Participaste em corridas de carros ou motas?			
10. Guiaste sem teres carta de condução?			
11. Guiaste um carro ou mota roubados?			
12. Compraste bebidas alcoólicas?			
13. Bebeste bebidas alcoólicas em sítios públicos (ex.: Discotecas)?			
14. Fumaste Cannabis - “haxixe”, “ganza”, “marijuana” ou “erva”?			
15. Usaste drogas duras (heroína, cocaína ou ecstasy)?			
16. Vendeste drogas a outras pessoas?			
17. Guiaste um carro ou mota quando estavas bêbado?			
18. Participaste num roubo usando a força ou uma arma?			
19. Usaste a força para conseguir coisas de outras pessoas?			
20. Estiveste envolvido num acidente de carro ou mota e a seguir fugiste?			
21. Andaste armado ou usaste algum tipo de arma (ex: faca, pistola)?			
22. Estragaste de propósito material da escola (ex: cadeiras, porta)?			
23. Estragaste de propósito coisas públicas (ex: jardim, caixote de lixo)?			
24. Estragaste de propósito coisas de outras pessoas (ex: carro, partir vidros)?			
25. Ateaste de propósito um fogo?			
26. Abanaste ou batestes em máquinas de venda automática (ex: de bebidas)?			
27. Pintaste graffitis em sítios públicos?			
28. Envolveste-te em lutas entre grupos?			
29. Batestes em alguém?			
30. Foste suspenso ou expulso da escola?			
31. Viste filmes pornográficos?			
32. Fizeste telefonemas a ameaçar ou insultar alguém?			
33. Não pagaste bilhete (ex: transportes públicos)?			
34. Faltaste às aulas sem justificação?			
35. Fugiste de casa?			

Anexo F – Pedido para aplicação dos questionários em meio escolar e respectiva aprovação



UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

Ex.mo Sr Presidente do Conselho Executivo
da Escola _____

Assunto: Pedido de Autorização para Investigação

No âmbito da investigação para a realização da tese de mestrado em Psicologia Clínica e do Aconselhamento da Universidade Autónoma de Lisboa, intitulado “Estilos Parentais e Resiliência na Delinquência Juvenil”, venho desta forma solicitar a vossa Ex.^a que autorize a administração de questionários aos alunos do 2º e 3º ciclo.

A investigação terá aplicação de instrumentos, nomeadamente, o MSR (questionário de resiliência), o PAQ (questionário de Estilos Parentais) e um questionário de delinquência auto-reportada.

A requerente compromete-se por sua honra a garantir a preservação da confidencialidade dos dados recolhidos, a não recolher a identidade dos alunos e a não utilizar os dados pessoais para além desta investigação.

Informa-se ainda que os jovens podem desistir em qualquer momento.

Qualquer esclarecimento adicional poderá fazê-lo através do correio electrónico <mailto:isabeldmoreira@gmail.com>

Faro, 14 de Novembro de 2016

Com os melhores cumprimentos,
Pede deferimento,

(Isabel Moreira)

Anexo G – Deferimento do pedido (escola)



Isabel Moreira <isabeldmoreira@gmail.com>

Autorização para investigação

1 mensagem

Alberto Iria <albertoiriagaaf@gmail.com>

17 de novembro de 2016 às 10:35

Para: Isabel Moreira <isabeldmoreira@gmail.com>

Exma. Dr.^a Isabel Moreira,

Em resposta à sua carta datada de 14 de novembro de 2016, em nome da Sr.^a Diretora do Agrupamento de Escolas Dr. Alberto Iria, venho através deste meio informar que o seu pedido de autorização para investigação foi deferido.

Qualquer contacto relacionado com este assunto, deverá ser feito com os Técnicos do Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família: Márcio Rodrigues e Elsa Silva, através do telefone 289710670 ou do e-mail: albertoiriagaaf@gmail.com

Com os melhores cumprimentos,
Márcio Rodrigues

--

Agrupamento de Escolas Dr. Alberto Iria - Olhão
Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAP)

Telefone: 289 710 670 - Extensão: 311

Endereço de e-mail: albertoiriagaaf@gmail.com

Anexo H – Consentimento informado aos encarregados de educação
Consentimento Informado

Exmo. Sr. ou Sr.ª: Encarregado(a) de Educação

No âmbito de uma investigação para a dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e do Aconselhamento na Universidade Autónoma de Lisboa sobre os Estilos Parentais e Resiliência nos jovens, foi efectuado um pedido de autorização ao Conselho Executivo da escola que o seu filho frequenta para que os jovens preencham um questionário na escola.

Neste sentido solicitamos a sua autorização para que o seu filho colabore como participante nesta investigação.

A investigação terá aplicação de instrumentos, nomeadamente, o MSR (questionário de resiliência), o PAQ (questionário de Estilos Parentais) e um questionário de delinquência auto-reportada.

Desde já, está garantida a preservação de confidencialidade da informação recolhida que será utilizada apenas para o estudo em curso e não será revelado qualquer dado de identificação dos jovens. Informa-se ainda que os jovens podem desistir em qualquer momento.

Se autorizar o preenchimento do questionário pelo seu educando, peço que devolva, na próxima semana, esta carta ao Director de Turma, bastando para isso preencher a parte inferior da folha com o nome e número de aluno do seu educando e assinar por baixo.

Qualquer esclarecimento adicional poderá fazê-lo através do correio electrónico <mailto:isabeldmoreira@gmail.com>

Grata pela colaboração,

Com os melhores cumprimentos

Isabel Moreira

.....

Eu, _____, Encarregado(a) de Educação do Aluno _____ nº _____

AUTORIZO o meu educando a participar nesta investigação.

(Assinatura do Encarregado(a) de Educação)

Anexo I – Pedido de aplicação dos questionários aos lares



Ex.mo Sr Director(a) do Lar de infância e Juventude

No âmbito de um projecto de investigação para a realização da dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e do Aconselhamento em Psicologia Clínica e do Aconselhamento da Universidade Autónoma de Lisboa, intitulado “Estilos Parentais e Resiliência na Delinquência Juvenil”, venho desta forma solicitar a vossa Ex.^a que autorize a administração de questionários aos jovens residentes.

Pretende-se com o presente estudo conhecer as possíveis relações entre estilos parentais, resiliência e comportamentos delinquentes numa amostra de jovens portugueses com e sem registo de comportamentos delinquentes.

A investigação terá aplicação de instrumentos, nomeadamente, o MSR - Measuring State Resiliense (questionário de resiliência), o PAQ - Parental Authoritative Questionnaire (questionário de Estilos Parentais) e um questionário de delinquência auto-revelada. A aplicação dos questionários será feita individualmente, não interferindo com as actividades lectivas nem institucionais.

A requerente compromete-se por sua honra a garantir a preservação da confidencialidade dos dados recolhidos, sendo automaticamente codificados com um número, de forma a não recolher a identidade dos alunos e a não utilizar os dados pessoais para além desta investigação.

Informa-se ainda que os jovens podem desistir em qualquer momento.

A requerente compromete-se a apresentar os resultados desta investigação.

Qualquer esclarecimento adicional poderá fazê-lo através do correio electrónico <mailto:isabeldmoreira@gmail.com>

Faro, ___ de _____ de 2016

Com os melhores cumprimentos,

Pede deferimento,

(Isabel Moreira)

Anexo J – Aprovação para aplicação dos questionários nos lares

Centro de acolhimento Temporário Gente Pequena
<cat.gentepequena@gmail.com> 17 de outubro de 2016 às 15:49
Para: Isabel Moreira <isabelmoreira@gmail.com>
Boa tarde Dr^a Isabel Moreira
Na sequência do email enviado acerca da aplicação de questionários aos jovens acolhidos neste CAT, a Equipa Técnica concordou com a proposta efetuada, devendo ser apresentada a disponibilidade para o efeito.
Aguardamos feedback face ao teor exposto.
Com os nossos melhores Cumprimentos,
Pela Equipa Técnica
Vanda Rosa

Exma. Sra. Dra. Isabel

Perante a solicitação efectuada por vossa Exa. no âmbito do projecto de investigação para a realização da dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e do Aconselhamento em Psicologia Clínica e do Aconselhamento da Universidade Autónoma de Lisboa, teremos o maior gosto em receber vossa Exa. para a realização e administração dos questionários aos jovens residentes.

Pelo que deve entrar em contacto com a Directora Técnica da valência Casa de Acolhimento Temporário Dra. Andreia Oliveira

Com os melhores cumprimentos

A DIRECCAO

Maria Joana Oliveira

Dra. Isabel Moreira

Em virtude do trabalho de colaboração que desenvolve com a nossa Associação e, consequentemente, com as jovens aqui acolhidas, autorizo a aplicação do seu inquérito.

Manifesto desde já o nosso interesse nos resultados do seu estudo que caso fosse possível muito gostaria que partilhasse connosco.

Desejo-lhe um bom trabalho.

Com os melhores cumprimentos.

Filomena Rosa
Presidente